



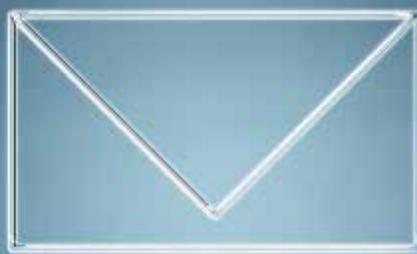
2014 | RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES

Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS

[ÍNDICE]

Mensagem da Diretoria	3
Acontecimentos em Destaque	4
Gestão de Benefícios	7
Gestão de Investimento	19
Demonstrações Contábeis	38
<i>Demonstrações do Plano BD Eletrobrás 41 a 42</i>	
<i>Demonstrações do Plano CD Eletrobrás 42 a 43</i>	
<i>Demonstrações do Plano CD ONS 44 a 45</i>	
<i>Demonstrações do Plano CV EPE 45 a 46</i>	
<i>Demonstrações do Plano CD CERON 47 a 48</i>	
Pareceres	73
<i>Plano BD Eletrobrás 74 a 82</i>	
<i>Plano CD Eletrobrás 83 a 85</i>	
<i>Plano CD ONS 85 a 86</i>	
<i>Plano CV EPE 86 a 88</i>	
<i>Plano CD CERON 88 a 90</i>	
Despesas	90
Eletros-Saúde	91
Administração	112
Contatos	116
Expediente	116

[CAPÍTULO 1] MENSAGEM DA DIRETORIA



Prezado participante e assistido,

A propósito do cenário econômico, observamos em 2014 um período particularmente agitado, marcado por fortes pressões do mercado financeiro e sucessivas altas na inflação, que se deram em função das eleições presidenciais, da instabilidade provocada pela crise política e pelos impactos da crise energética. Os fundos de pensão foram diretamente afetados em decorrência destes fatores, influenciando, assim, a valorização dos seus ativos e a rentabilidade dos investimentos.

Para reverter o quadro deficitário do Plano BD Eletrobrás, agravado pela crise econômica, a ELETROS elaborou, com o apoio da consultoria Towers Watson, especializada em serviços atuariais, um plano de equacionamento do déficit que propôs como solução uma nova contribuição extraordinária. Com o intuito de minimizar o impacto desta medida e de oferecer, assim, a alternativa mais vantajosa quanto às condições e aos prazos de pagamento, a Fundação apresentou uma proposta que busca equilibrar a saúde financeira do plano e atender às necessidades de seus participantes, assistidos e patrocinadoras.

O cenário com o Eletros-Saúde não foi diferente, especialmente para o Plano de Assistidos. Além das fortes pressões por reajustes acima da inflação médica por parte dos prestadores credenciados e de avanços tecnológicos que afetaram os custos assistenciais, ocorreram em 2014 alguns sinistros de altíssimo impacto financeiro. E como as mensalidades são calculadas para manter o equilíbrio financeiro do plano, foi necessário aplicar um reajuste de 39,7% para os Assistidos e 16,4% para os Vinculados, cobrindo assim os custos já realizados e os previstos para 2015.

Entendemos que todos estes reajustes, somados, atingiram principalmente os assistidos do Plano BD Eletrobrás, no entanto, asseguramos que as medidas tomadas foram as que apresentaram melhor custo, garantindo a saúde financeira dos planos, bem como a de seus usuários.

Como primeiro passo, afim de assegurar a sustentabilidade do plano de saúde, e desta forma aumentar o número de beneficiários e diluir o risco assistencial, foi dado início ao processo de segregação envolvendo a ELETROS e o Eletros-Saúde. As mudanças internas foram iniciadas ainda em 2014, com a separação do atendimento em equipes especializadas nos segmentos de saúde e previdência.

Visando preparar as equipes para esta especialização foi desenvolvido um programa de capacitação e desenvolvimento profissional: o Saber +, com o objetivo de estimular a disseminação e o compartilhamento de conhecimento, promovendo a integração entre as áreas da Fundação, assim como as do Eletros-Saúde. Outro programa que merece destaque é o de Redução de Despesas Administrativas, projeto que superou a meta de 5% proposta no Planejamento Estratégico, tendo obtido uma redução de 8% no orçamento previsto, feito que não ocorria desde 2001.

A ELETROS inicia 2015 cada vez mais próxima de você, participante e assistido, com novos canais de comunicação e investimentos em modernização para propiciar um atendimento cada vez mais eficiente e de qualidade. Sob os mais altos valores de transparência e responsabilidade, reafirmamos nosso compromisso de garantir o seu bem-estar e preservar o seu patrimônio.

Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente

Marcio Peres Silvano
Diretor de Benefícios Previdenciários

Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho
Diretor Financeiro

ACONTECIMENTOS EM DESTAQUE

Este capítulo apresenta de forma objetiva e transparente um resumo dos fatos mais marcantes envolvendo a Fundação em 2014. Além de informações relevantes sobre o seu plano de benefício e os novos projetos para o próximo ano.

Revisão do Planejamento Estratégico

Em abril, o Planejamento Estratégico (PE) da ELETROS e do Eletros-Saúde para o triênio 2014-2016 foi revisado, conforme ocorre anualmente.

O PE foi resultado do trabalho e da colaboração dos profissionais da Fundação, da Diretoria Executiva da ELETROS - DEE, do Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA e do Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, que participaram das diversas etapas do processo de revisão, desde o estabelecimento das diretrizes estratégicas, identificação e avaliação de riscos até a definição dos objetivos, metas e ações.

Entre as metas estabelecidas no último ano, destacam-se o plano de racionalização de despesas administrativas (com redução de 8% no orçamento previsto); a proposta de equacionamento do déficit do Plano BD Eletrobrás; o projeto de relacionamento com patrocinadoras, participantes e assistidos; a implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e um amplo estudo de impacto financeiro sobre a Fundação em decorrência do processo de segregação envolvendo a ELETROS e o Eletros-Saúde.

A execução do PE é um dos principais componentes para avaliação da performance organizacional, auxiliando na identificação de possíveis ameaças e traçando um diagnóstico de oportunidades e melhorias para a Fundação.

Equacionamento do Plano BD Eletrobrás

O Plano BD Eletrobrás apresentou um novo resultado deficitário em 2013 no valor de R\$ 203.544.868,32. Uma das principais consequências deste resultado é a conjuntura econômica nacional e internacional, cujos reflexos negativos afetaram diretamente os investimentos e a rentabilidade dos planos de benefícios. Esta realidade não é exclusividade da ELETROS e sim da maioria dos fundos de pensão brasileiros.

Com o objetivo de manter o equilíbrio financeiro do plano, e conforme estabelece a legislação, a Fundação elaborou, com apoio da consultoria atuarial Towers Watson, um Plano de Equacionamento do Déficit que foi aprovado por unanimidade pelo Conselho Deliberativo e oferece as melhores condições quanto aos prazos de pagamento, minimizando, assim, o impacto aos participantes, assistidos e às patrocinadoras.

Este plano foi enviado às patrocinadoras Eletrobras e Cepel em dezembro de 2014 e o andamento deste processo está sendo acompanhado de perto pela Diretoria Executiva da ELETROS.

Equacionar os déficits do Plano BD Eletrobrás é um dos principais desafios e prioridades da Fundação.

Programa Saber⁺

Projeto piloto da ELETROS para capacitação profissional e integração entre as áreas - Saber⁺ foi concebido em fevereiro de 2014, em resposta à necessidade de estimular o compartilhamento de informações entre áreas da Fundação.

Aplicado primeiramente aos departamentos da Diretoria de Benefícios Previdenciários (DBP), o programa foi dividido em quatro fases e três módulos de treinamento e contou com a participação de aproximadamente 20 colaboradores, que destacaram a importância do projeto em suas atividades diárias.

Em breve, o Programa Saber⁺ será estendido aos empregados das áreas ligadas à Presidência (PRE) e à Diretoria Financeira (DFI).

Segregação Eletros-Saúde

A Segregação das atividades de Saúde daquelas de caráter Previdenciário foi um tema bastante abordado ao longo de 2014, devido à sua importância, e foi a solução encontrada para permitir e estimular o crescimento do Eletros-Saúde e a ampliação do número de vidas sob sua administração.

Uma das primeiras ações realizadas para dar início a este processo foi a mudança no sistema de telefonia física das equipes de atendimento, com profissionais especializados e integrados às áreas técnicas, sempre em busca do aprimoramento contínuo dos serviços e para oferecer um atendimento mais eficiente e de qualidade.

Redução de Despesas Administrativas

Alinhada ao contexto do cenário econômico atual, a ELETROS, a fim de manter sua saúde financeira e uma balança positiva, buscou estimular seus colaboradores a superarem o percentual de 5% de redução orçamentária, ao criar um programa bem-sucedido de Redução das Despesas Administrativas. O projeto não só atingiu a meta como superou em 3% o esperado, constituindo assim, uma importante iniciativa face a um período de oscilação inflacionária.

Campanha de Contribuição Adicional

De novembro a dezembro de 2014, a Diretora de Benefícios Previdenciários DBP realizou, com o apoio das áreas de Relacionamento, Atuarial e Comunicação e Marketing da ELETROS, a Campanha de Contribuição Adicional que alcançou um resultado muito além do esperado e estipulado em meta, e em apenas um mês arrecadou aproximadamente R\$ 800.000,00.

O objetivo desta campanha foi estimular participantes e assistidos a aumentarem sua reserva previdenciária e obterem o benefício fiscal na declaração do Imposto de Renda.

Novas campanhas de fomento às contribuições adicionais estão programadas para 2015. Fique atento! Fique atento!

Apresentações de Resultados do Trimestre

Diferentemente da maioria dos fundos de pensão, a ELETROS, com o intuito de garantir maior comodidade aos seus participantes e assistidos no acesso às informações sobre a Fundação e os seus planos de benefícios, promoveu as tradicionais apresentações de resultados financeiros nas patrocinadoras e a ssociações.

Ao todo foram realizados três ciclos de palestras, com uma média de sete apresentações por trimestre, sendo que em duas ocasiões (abril e outubro) ainda foram abordadas questões relativas a Perfis de Investimento.

Esta iniciativa só reforça o compromisso da ELETROS em ser transparência e estar cada vez mais próxima dos seus participantes e assistidos.

Venda edifício Mario Bhering

O processo de venda do edifício Mario Bhering, iniciado em 1º de abril de 2014 com a apresentação de relatório técnico pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo da ELETROS, foi concluído nos últimos meses de 2014. Na concorrência, conduzida pela consultoria internacional Cushman & Wakefield, três grandes grupos empresariais disputaram a compra do imóvel, e o vencedor da disputa conduziu um processo – auditoria técnica, ambiental e legal envolvendo avaliações de ordem de documentação e estado físico do bem.

O edifício Mario Bhering é um ativo dos Planos BD e CD Eletrobrás, e sua venda será positiva para o resultado destes planos, uma vez que o preço final negociado foi superior ao valor registrado nas demonstrações contábeis.

Os nomes das empresas proponentes e do vencedor, por uma questão de sigilo comercial, só serão divulgados após a assinatura do contrato de compra e venda.

Programa SOMAR

Em agosto de 2014, uma nova etapa do projeto de modernização e integração de sistemas - SOMAR foi concluída. A comissão constituída pela Diretoria Executiva da ELETROS finalizou o relatório comparativo das propostas e alternativas para integração dos sistemas computacionais.

Este relatório foi elaborado a partir de um trabalho conjunto que envolveu profissionais de todas as diretorias da Fundação e apresentado à DEE que iniciou a fase final de negociação técnica e comercial com os proponentes.

O projeto SOMAR visa dotar a ELETROS de uma nova estrutura tecnológica de sistemas capaz de suportar os seus processos de negócios, aumentando a segurança, confiabilidade, disponibilidade e auditabilidade.

Instalação dos Comitês Consultivos

Representantes de patrocinadoras, participantes e assistidos podem acompanhar e conhecer a Política de Investimentos e monitorar o desempenho do seu plano de benefício no decorrer do ano através do Comitê Consultivo dos Planos de Benefícios administrados pela ELETROS. Até o momento apenas o do Plano CD ONS foi constituído.

Os comitês tem composição paritária, sendo metade indicada pela patrocinadora e a outra metade escolhida por participantes e assistidos do plano. O próximo comitê em vias de formação são os dos Planos BD e CD Eletrobrás.

Ação do Programa de Educação Financeira e Previdenciária da ELETROS - CULTIVAR

Por meio de uma iniciativa do Programa CULTIVAR, a ELETROS realizou em julho de 2014, para seus participantes e assistidos, a palestra "Escolhas Inteligentes para seu Bolso e sua Vida", tendo como palco a sede da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL).

Convidado da Fundação pela primeira vez, o especialista financeiro Gustavo Cerbasi debateu a importância da educação financeira e a necessidade do planejamento familiar, indo de encontro à criação de uma cultura previdenciária.

Ações como esta demonstram a preocupação da ELETROS em orientar e preparar participantes e assistidos quanto ao seu futuro financeiro.

[CAPÍTULO 3] GESTÃO DE BENEFÍCIOS



Ao longo do ano de 2014, a Diretoria de Benefícios Previdenciários – DBP da ELETROS realizou importantes ações com o intuito de oferecer o melhor serviço e de estar cada vez mais próxima de seus participantes e assistidos.

Uma das primeiras medidas tomadas foi a separação das equipes de Atendimento da ELETROS e do Eletros-Saúde e a consequente especialização destes profissionais por meio do Saber+, programa responsável pela disseminação e pelo compartilhamento de conhecimento, além de proporcionar a integração entre as áreas internas.

Outra iniciativa bastante significativa foi o monitoramento e o controle de todos os atendimentos realizados pela Central de Relacionamento com o Participante, para medir a qualidade de cada atendimento e propor melhorias.

No campo da tecnologia da informação e integração de sistemas, a ELETROS deu grandes passos, através do

Programa SOMAR, a Itaú Soluções Previdenciárias foi a parceira escolhida para levar adiante o projeto de implantação do sistema gestão que otimizará os processos interno da Fundação, além de oferecer novas alternativas tecnológicas e ferramentas de comunicação para os participantes.

No fim do ano, com a intenção de estimular o participante a aumentar a sua reserva previdenciária e obter isenção fiscal na declaração do imposto de renda, foi realizada a Campanha de Contribuição Adicional que superou a meta de arrecadação estipulada pela DBP.

Mas ainda existe um longo caminho a ser percorrido e a principal missão desta Diretoria para o ano de 2015 é desenvolver ações que orientem e auxiliem a vida financeira e pessoal dos participantes da ELETROS, de forma que estejam preparados e com objetivos traçados para a aposentadoria.

Fiquem atentos, em breve a ELETROS estará bem perto de você!



NÚMEROS DE PARTICIPANTES E ASSISTIDOS

Em 2014

PLANO BD ELETROBRÁS	
Eletobras	115
Cepel	83
Eletros	3
BPD	23
Autopatrocinador	7
Total de Ativos	231
Assistidos	1372
Pensão por Morte	395
Total de Ativos	1767
TOTAL DO PLANO BD ELETROBRÁS	1998

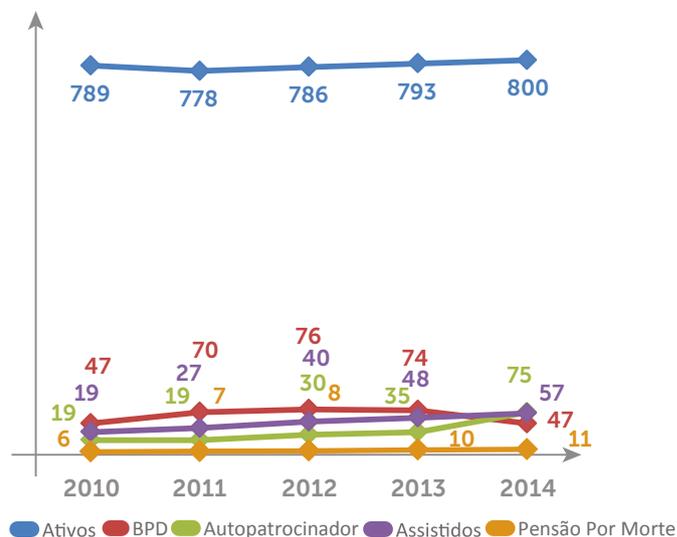
Nos últimos 5 anos



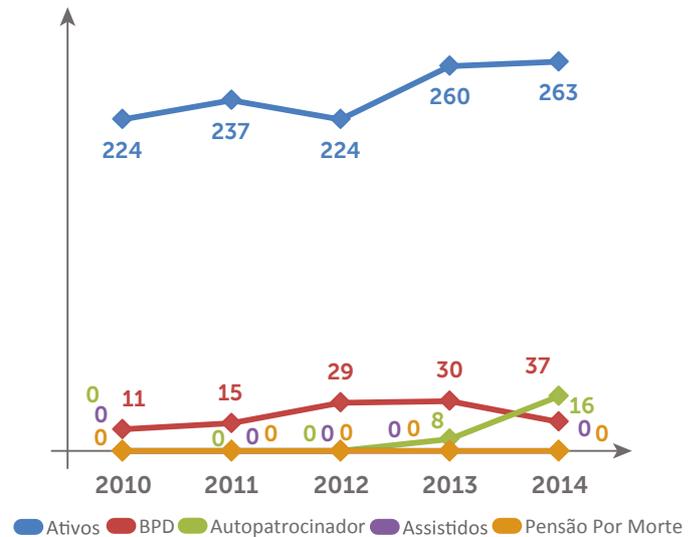
PLANO CD ELETROBRÁS	
Eletobras	791
Cepel	261
Eletros	117
BPD	73
Autopatrocinador	60
Total de Ativos	1302
Assistidos	377
Pensão por Morte	17
Total de Ativos	394
TOTAL DO PLANO CD ELETROBRÁS	1696



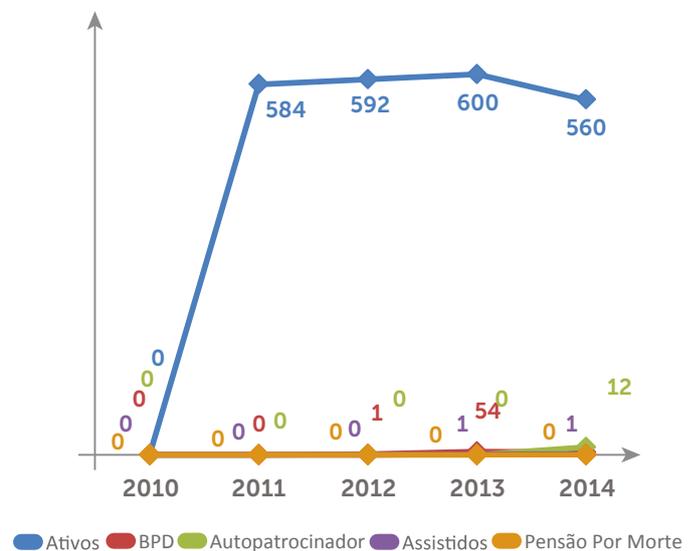
PLANO CD ONS	
ONS	800
Autopatrocinador	75
BPD	47
Total de Ativos	922
Assistidos	57
Pensão por Morte	11
Total de Assistidos	68
TOTAL DO PLANO CD ONS	990



PLANO CV EPE	
EPE	263
Autopatrocinador	37
BPD	16
Total de Ativos	316
Assistidos	-
Pensão por Morte	-
Total de Assistidos	-
TOTAL DO PLANO CV EPE	316



PLANO CD CERON	
CERON	560
Autopatrocinador	12
BPD	4
Total de Ativos	576
Assistidos	1
Pensão por Morte	1
Total de Assistidos	2
TOTAL DO PLANO CD CERON	578

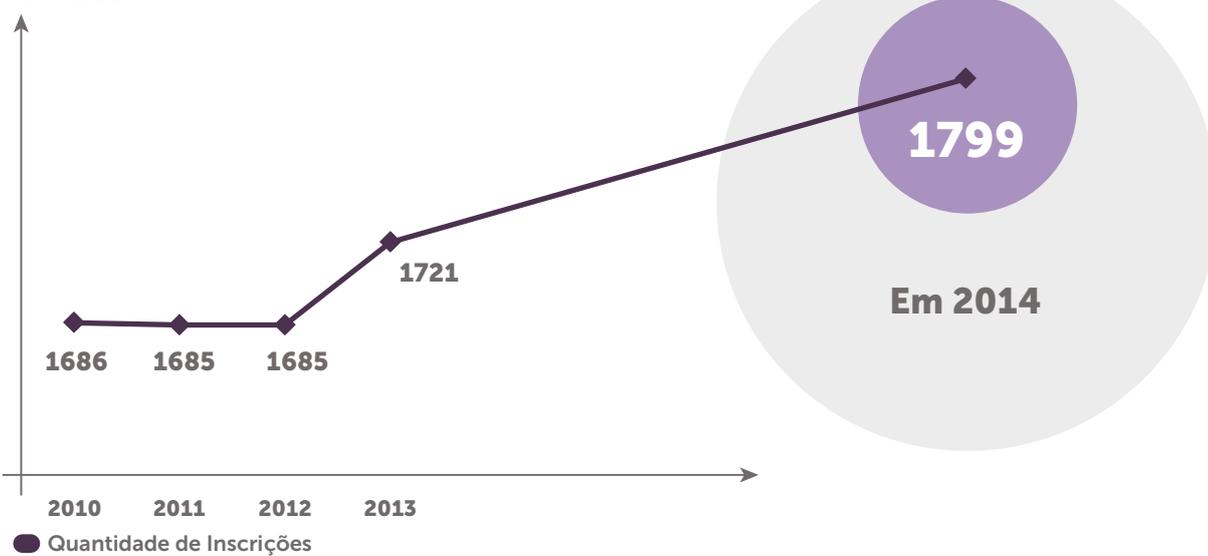


BENEFÍCIOS CONCEDIDOS POR PLANO

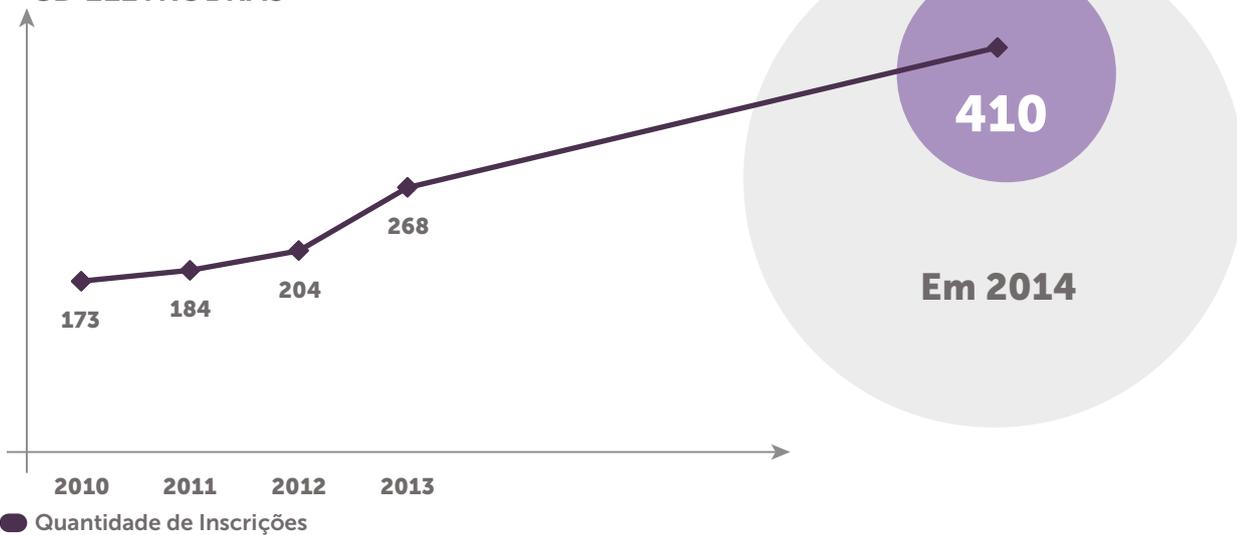
	Quantidade
BD ELETROBRÁS	1799
CD ELETROBRÁS	410
CD ONS	75
CD CERON	4

Nos últimos 5 anos

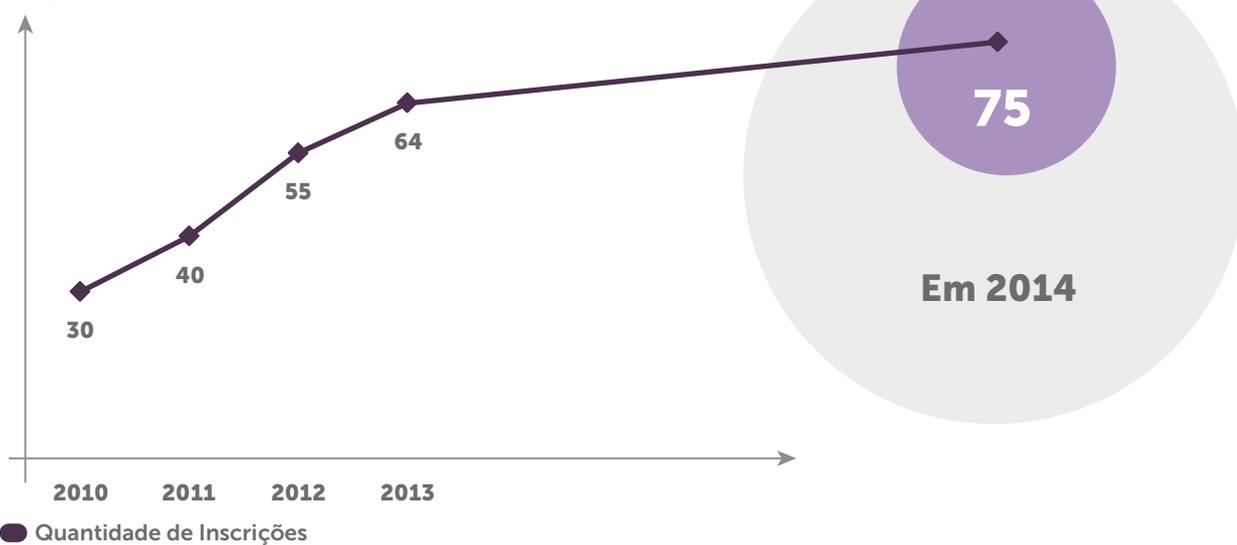
BD ELETROBRÁS

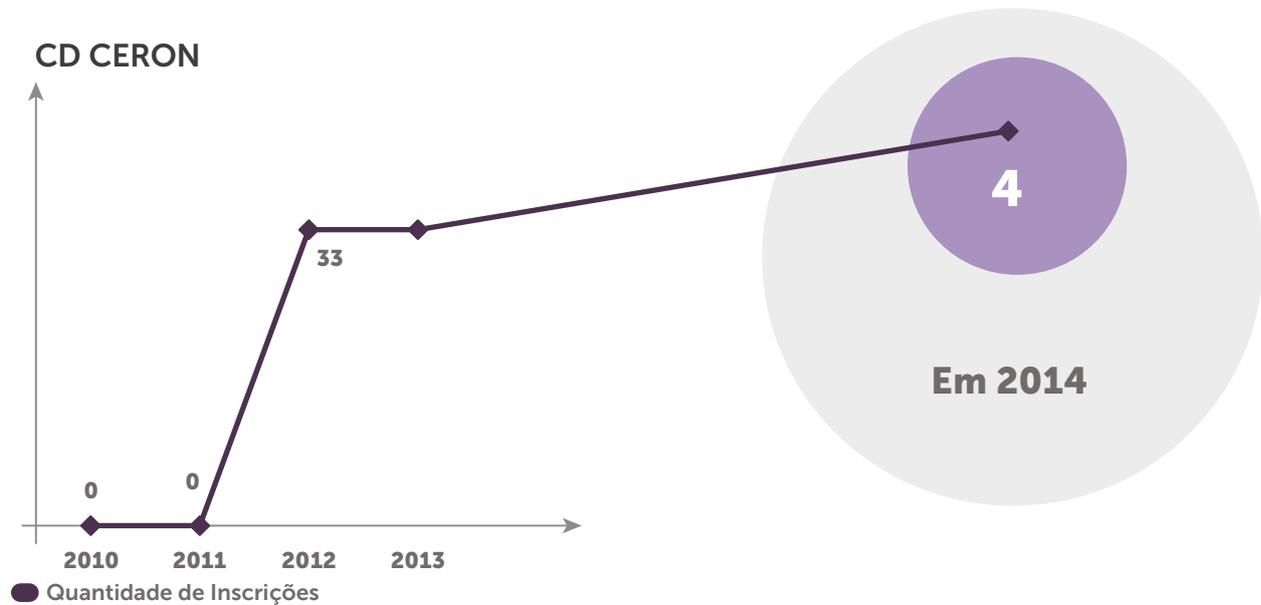


CD ELETROBRÁS



CD ONS



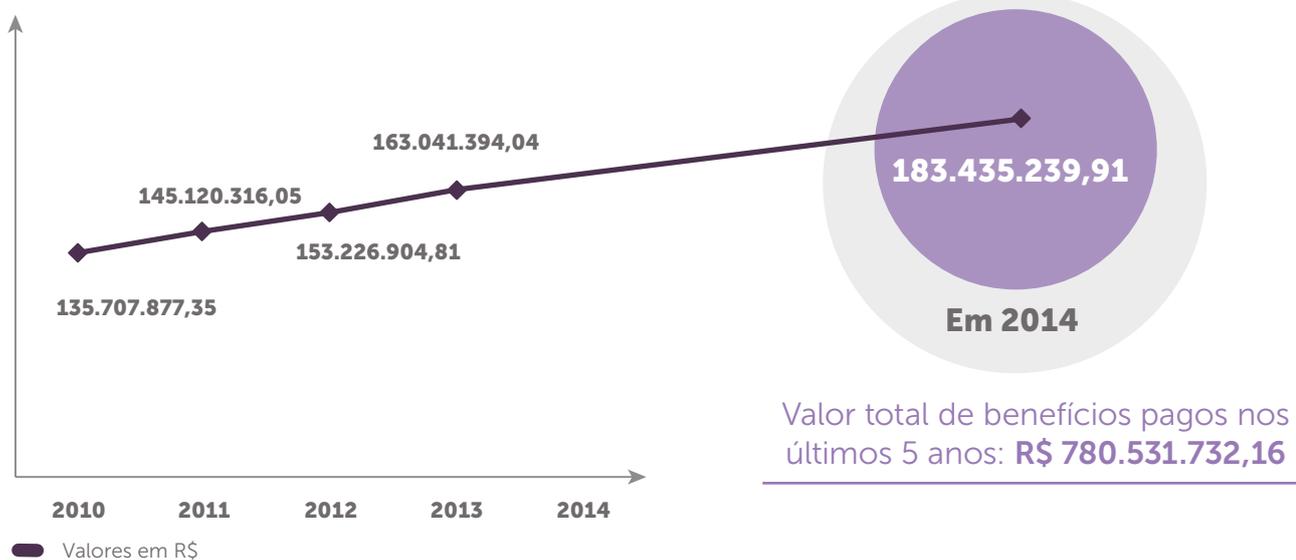


TIPOS DE BENEFÍCIOS EM 2014

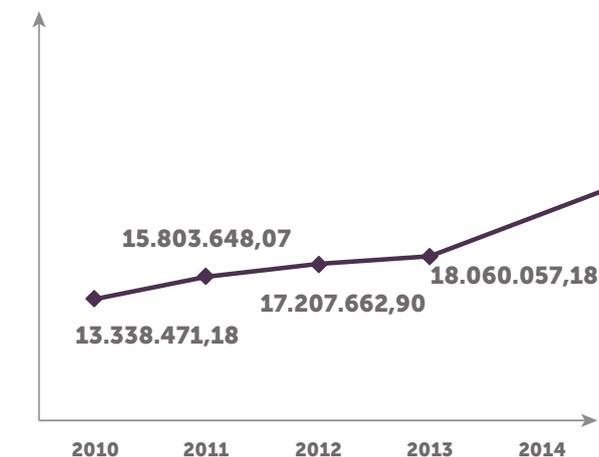
Aposentadoria por Invalidez	03
Aposentadoria por tempo de contribuição	19
Aposentadoria por idade	0
Pensão por morte	30
Auxílio-doença	28
Renda por Aposentadoria	53
Renda de Pensão por Morte	04

BENEFÍCIOS PAGOS (EM REAL) POR PLANO

BD Eletrobrás



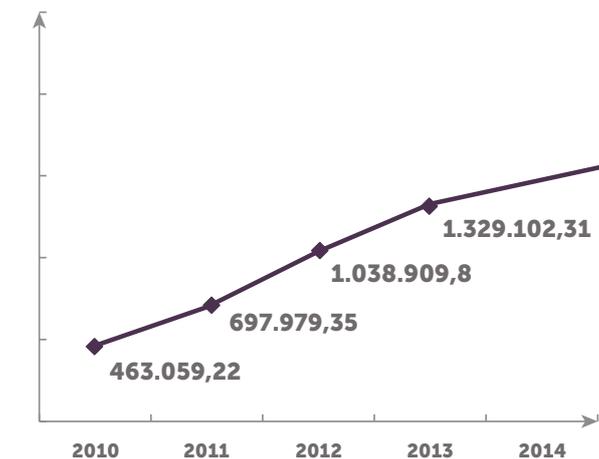
CD Eletrobrás



Valores em R\$

Valor total de benefícios pagos nos últimos 5 anos: **R\$ 105.236.640,80**

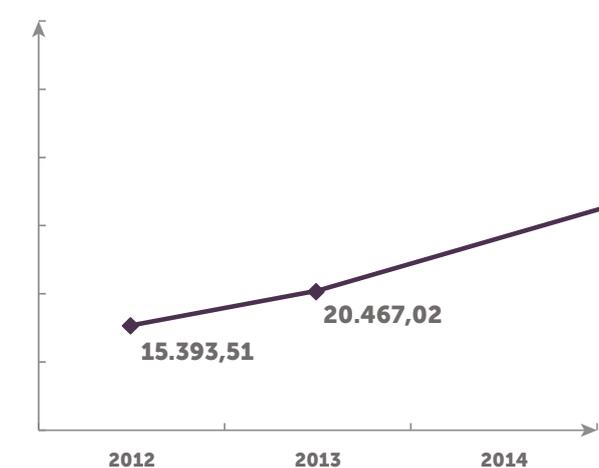
CD ONS



Valores em R\$

Valor total de benefícios pagos nos últimos 5 anos: **R\$ 5.515.892,09**

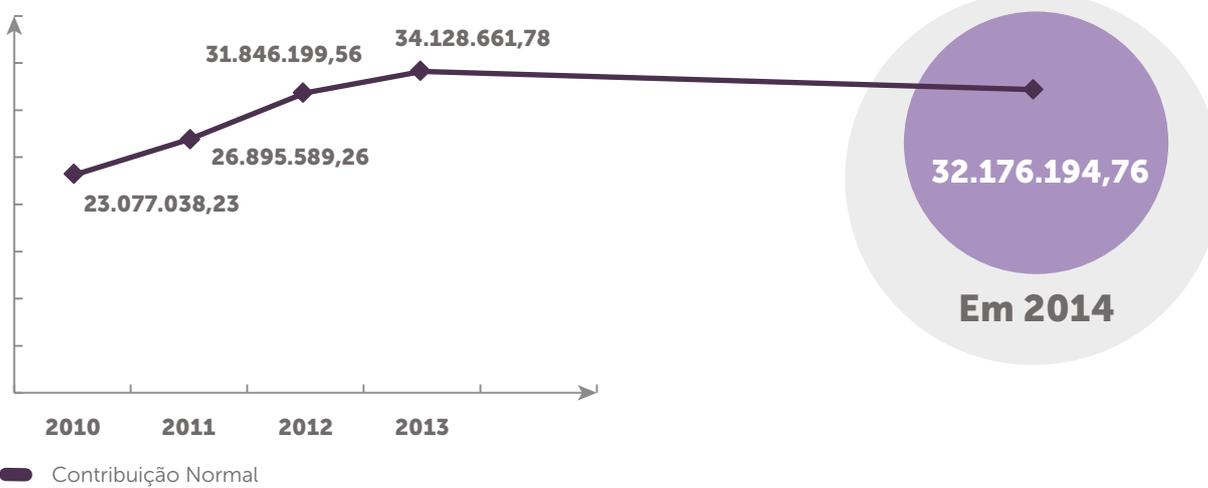
CD CERON



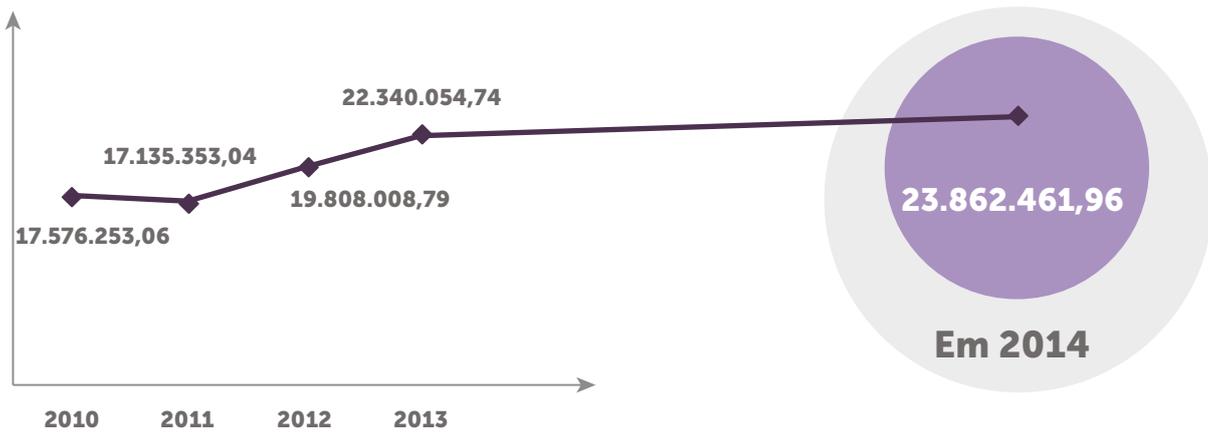
Valor total de benefícios pagos nos últimos 5 anos: **R\$ 5.515.892,09**

CONTRIBUIÇÕES NORMAIS (EM REAL) POR PATROCINADORAS

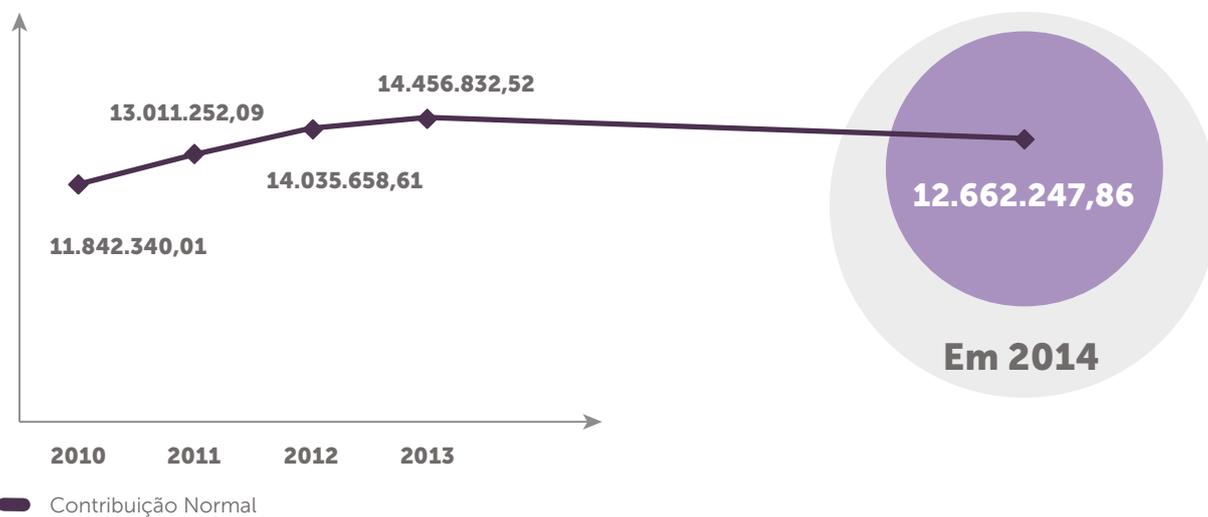
ELETROBRAS



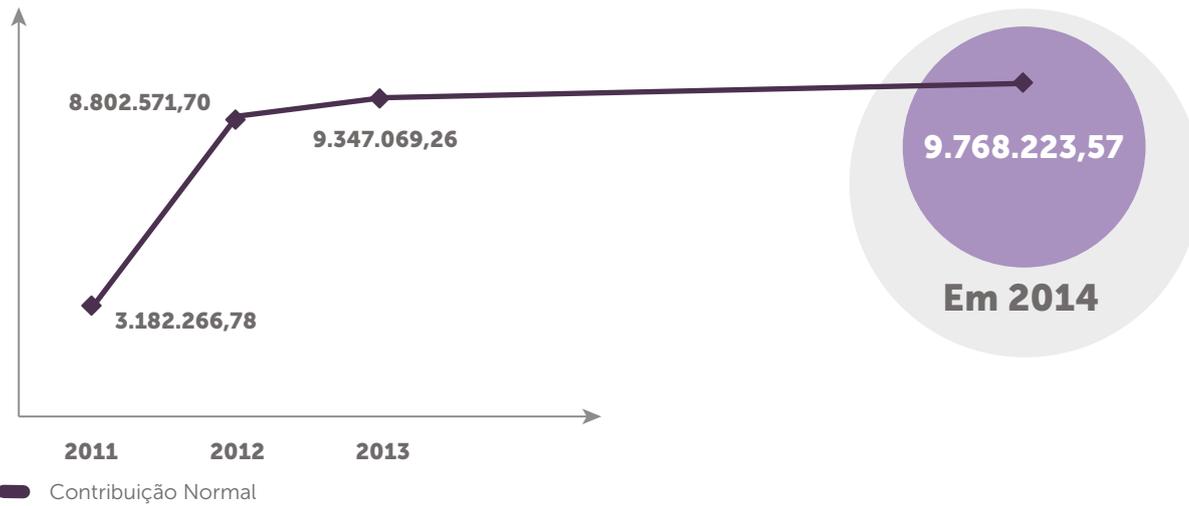
ONS



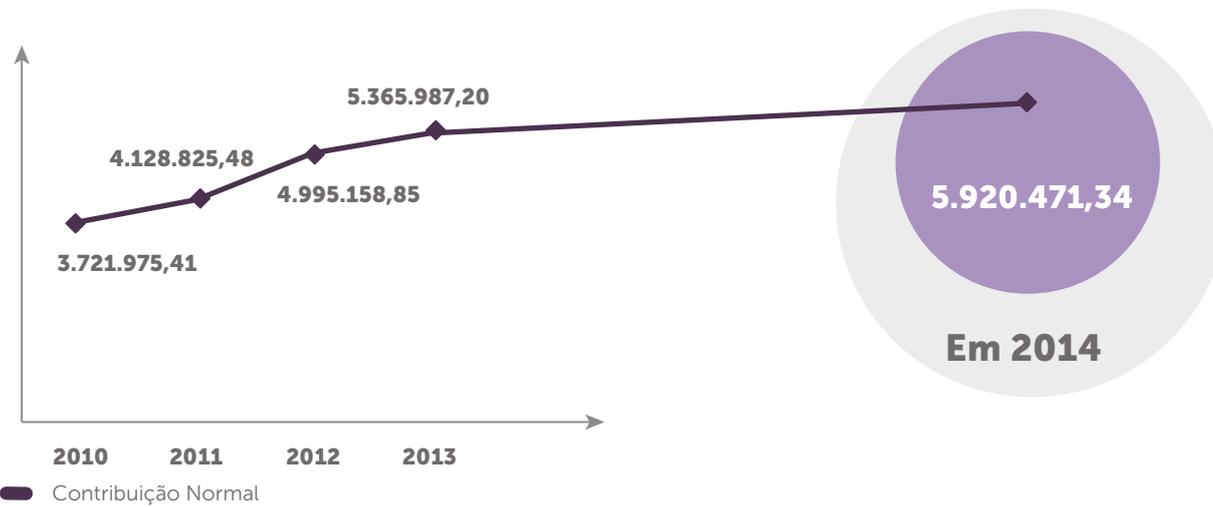
CEPEL



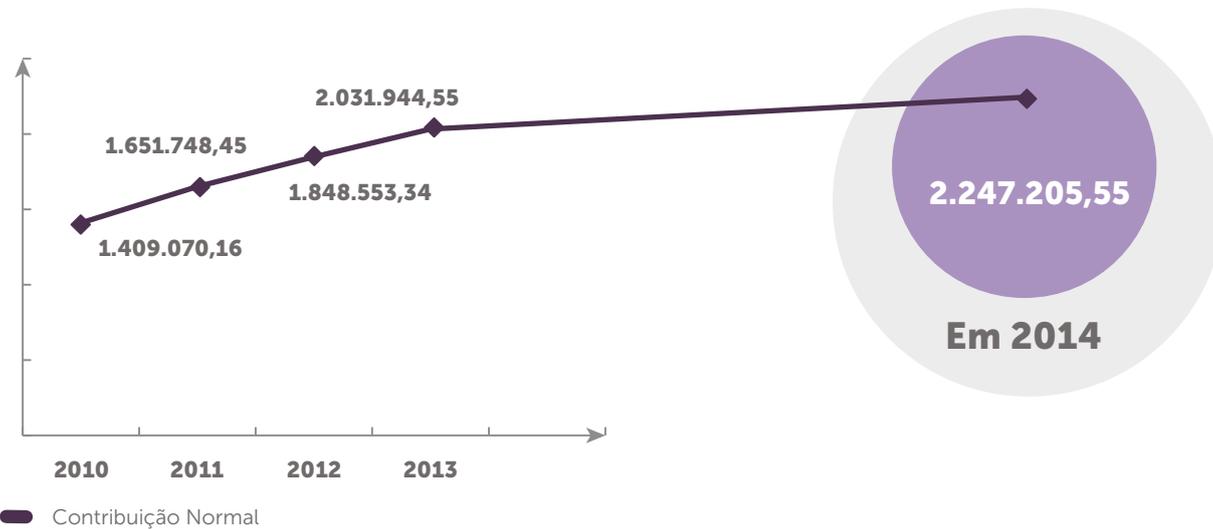
CERON



EPE

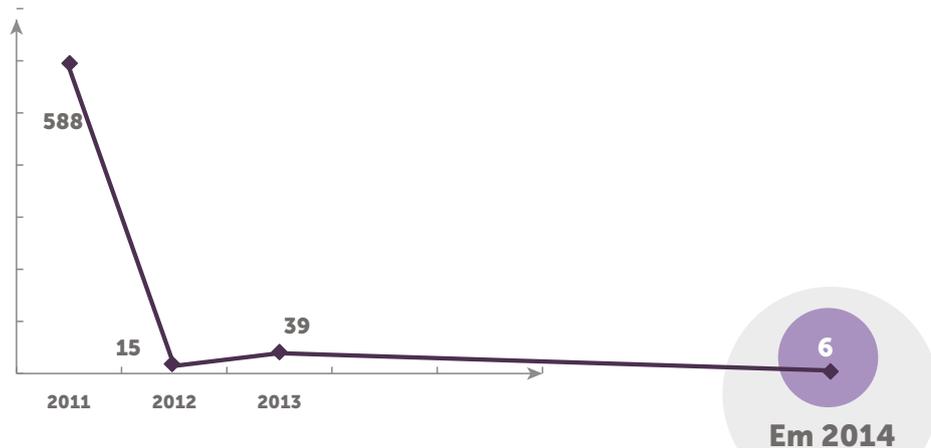


ELETROS

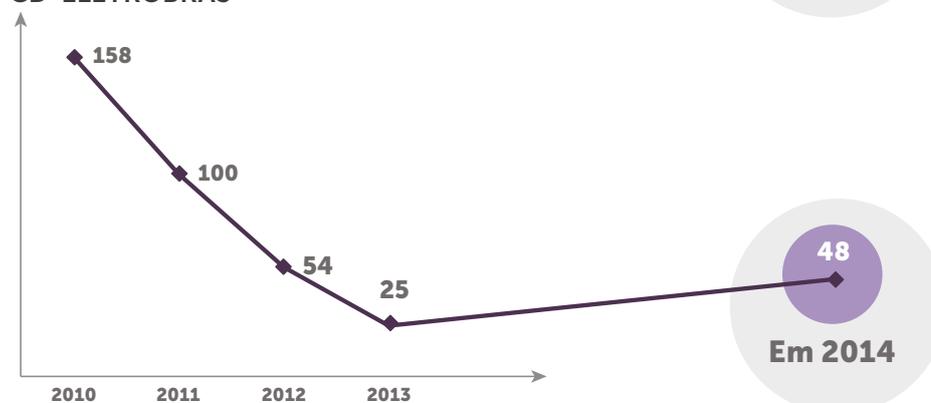


ADESÕES POR PLANOS

CD CERON

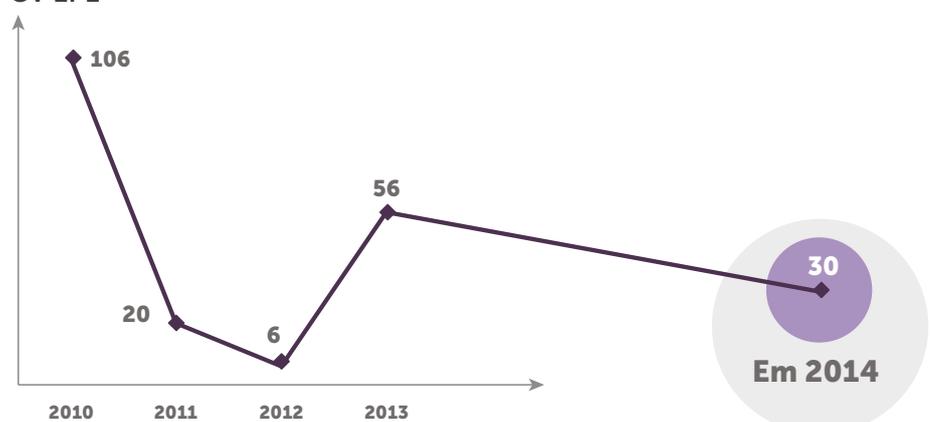


CD ELETROBRÁS



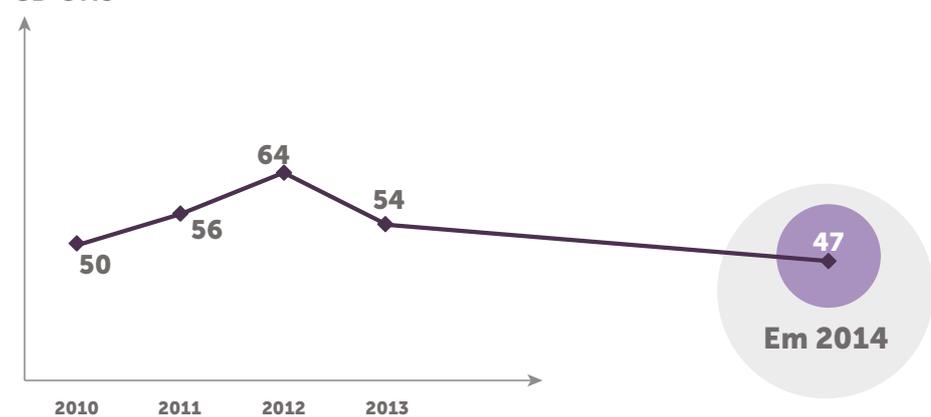
Quantidade de inscrições

CV EPE



Quantidade de inscrições

CD ONS



Quantidade de inscrições

CONTRIBUÇÕES ADICIONAIS 2014 POR PATROCINADORAS

Os valores apresentados a seguir só contabilizaram as contribuições adicionais realizadas no período da campanha de aporte adicional que ocorreu nos meses de novembro e dezembro do ano passado.

CEPEL	R\$ 9.500,00
ELETRORBRAS	R\$ 250.859,00
EPE	R\$ 136.241,66
ONS	R\$ 411.234,56

ADESÃO A INSTITUTOS EM 2014

Ao se desligar da patrocinadora, o empregado pode optar pelos seguintes institutos:

1 – Autopatrocínio: o participante mantém a sua inscrição no plano e contribui também com a parte da patrocinadora, até cumprir todas as carências e fazer jus à renda de aposentadoria.

2 – Benefício Proporcional Diferido - BPD: o participante não realiza o resgate e tem a opção de contribuir para aumentar seu benefício final, até completar o tempo necessário para se aposentar.

3 – Portabilidade: o participante transfere o total do saldo acumulado para outro plano de previdência, de entidade aberta ou fechada, deduzidas as despesas administrativas.

4 – Resgate: o participante resgata todas as suas contribuições deduzidas as despesas administrativas.

	Autopatrocínio	BPD	Portabilidade	Resgate
BD ELETRORBRÁS	7	23	1	3
CD ELETRORBRÁS	60	73	17	7
CD ONS	75	47	6	15
CD CERON	12	4	0	32
CV EPE	37	16	7	6

CONCESSÕES CONVÊNIO INSS E PATROCINADORAS EM 2014

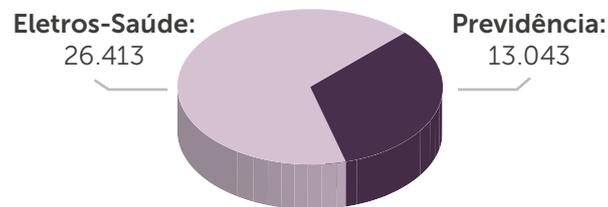
A ELETROS atua como interveniente junto ao INSS para tratar de todos os assuntos previdenciários para os empregados das empresas conveniadas e seus dependentes. Atualmente a própria Fundação este convênio, bem como as patrocinadoras Eletrobras e Cepel.

	Quantidade de concessões
ELETROS	02
ELETRORBRAS	50
CEPEL	13

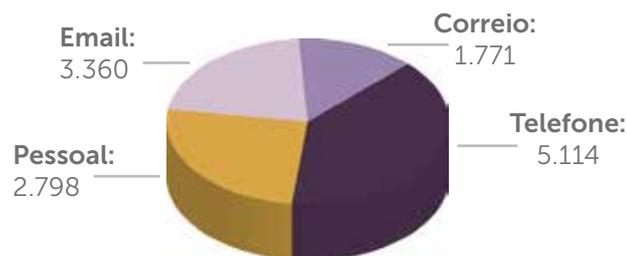
ATENDIMENTOS REALIZADOS NO ANO

A seguir você poderá conferir os atendimentos realizados pela equipe de Relacionamento com Participante ao longo de 2014.

Total de Atendimentos em 2014

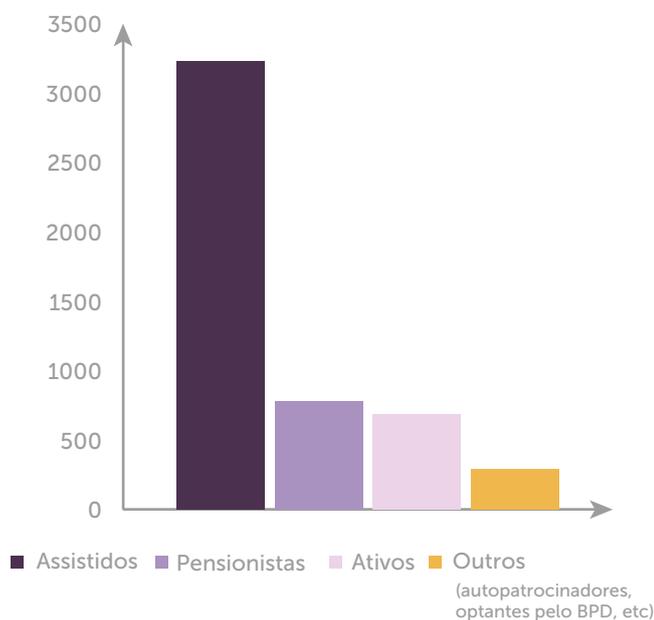


Atendimentos Previdenciários por canais de comunicação

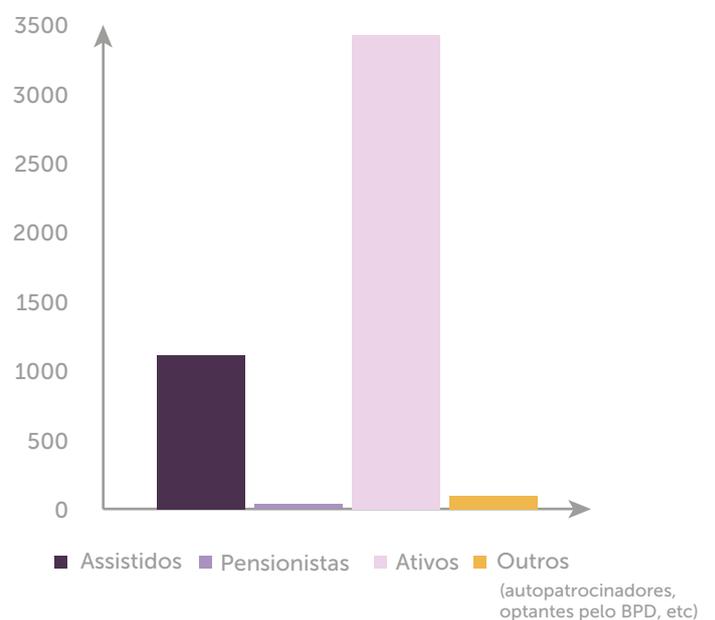


Atendimentos por plano de benefício e situação

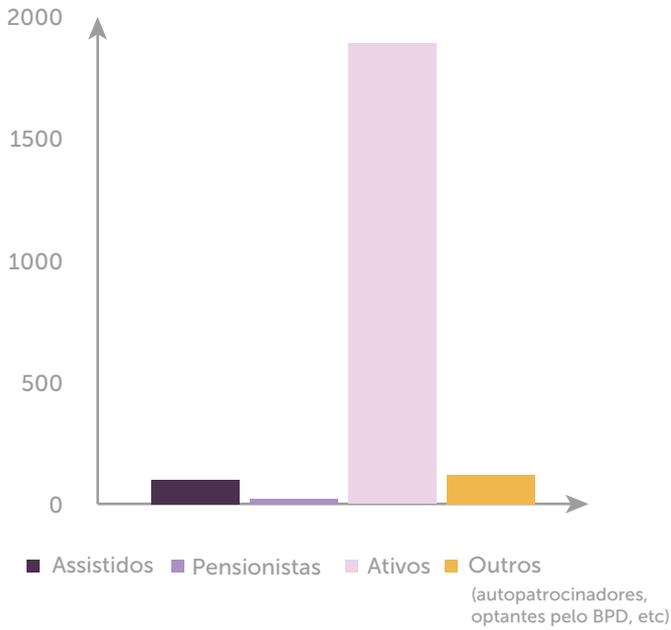
BD ELETROBRÁS:



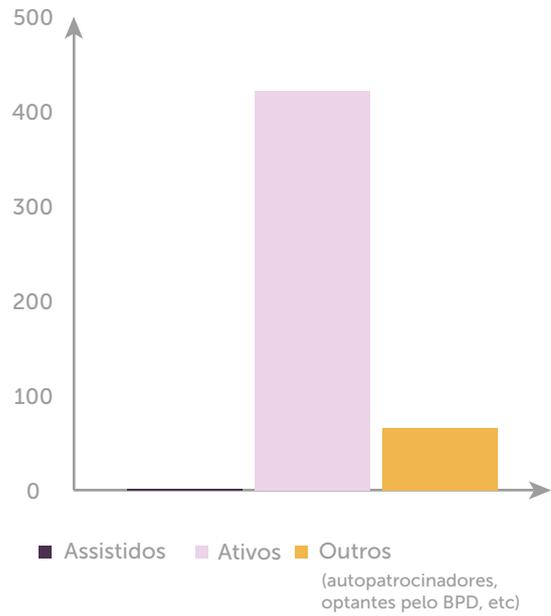
PLANO CD ELETROBRÁS:



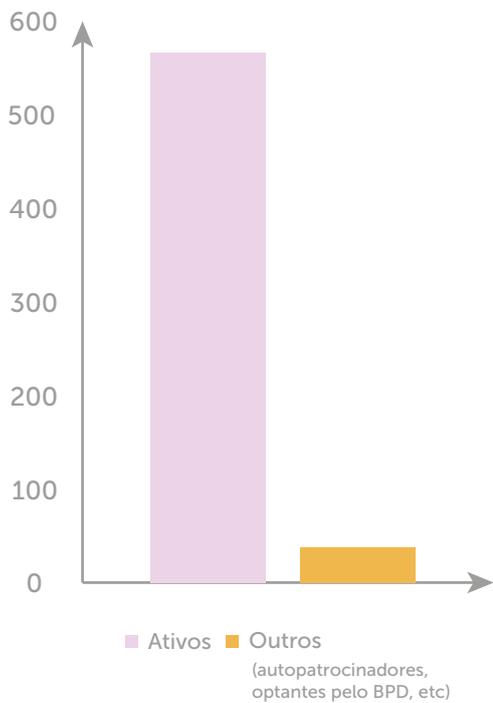
Plano CD ONS:



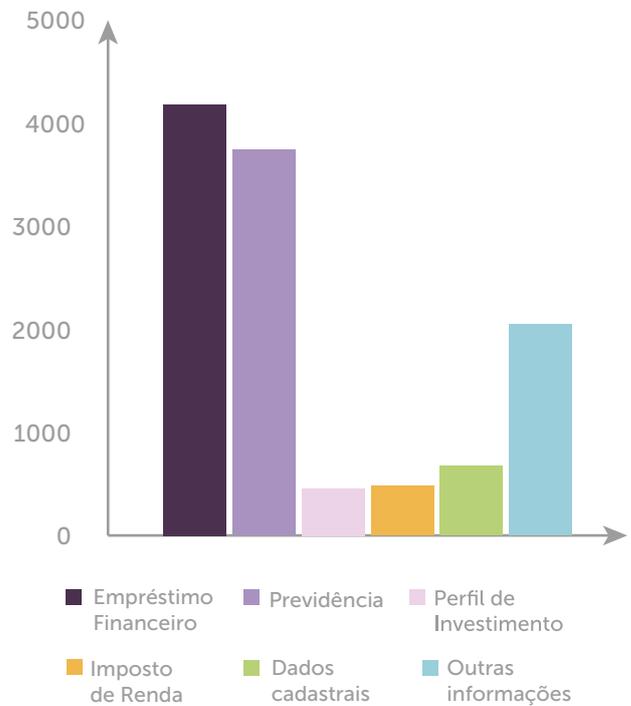
Plano CD CERON:



Plano CV EPE:



Número de atendimentos por assunto



[CAPÍTULO 4] GESTÃO DE INVESTIMENTO



Este capítulo apresenta informações sobre os investimentos da ELETROS. Nele, os participantes e assistidos terão acesso a detalhes acerca da rentabilidade alcançada por cada plano, do patrimônio da Fundação, da composição das carteiras de renda fixa e renda variável e informações sobre Perfis de Investimento.



CONJUNTURA ECONÔMICA

A conjuntura mais provável para 2015 é de baixo crescimento e inflação em nível acima do desejado, mas os ajustes previstos para ocorrer na área econômica deverão fazer com que a situação se reverta nos anos posteriores, contribuindo, assim, para a melhoria nos indicadores.

PERSPECTIVAS PARA OS INVESTIMENTOS

Durante o período de ajustes da economia brasileira, a taxa de juros básica Selic deverá se manter relativamente elevada, o que significa que o retorno médio esperado para a renda fixa – segmento de maior peso no patrimônio dos planos – continuará atrativo.

A renda variável tradicionalmente apresenta o maior risco de mercado do patrimônio, o qual é compensado com a expectativa de maior retorno real em prazos mais longos. Embora não tenha ocorrido nos últimos anos no Brasil, esse prêmio pelo risco se constitui em premissa importante para as decisões de investimento e fundamenta tecnicamente os ganhos reais sobre a renda fixa à medida que maior seja o horizonte de tempo da análise.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada.

O cenário externo deverá ser marcado por uma liquidez financeira considerável nos mercados, principalmente na Europa e na Ásia, que deverá ter impactos sobre os investimentos no Brasil. Na renda fixa, será um fator de redução da remuneração dos títulos de prazo mais longo e na renda variável poderá ser um indutor de valorizações nos índices acionários. Contudo, a extensão desses movimentos dependerá, em grande medida, do êxito da política econômica interna no próximo ano.



◆ ALOCAÇÃO ENTRE OS SEGMENTOS POR PLANOS

Compreende a alocação expressa em R\$ mil e em % de cada plano de benefício e de Gestão Administrativa.

Segmentos	BD ELETROBRÁS	%	CD ELETROBRÁS	%	CD ONS	%	CV EPE	%	CD CERON	%	PGA*	%
Renda Fixa*	1.202.365	68,5%	943.147	75,9%	223.314	78,3%	33.788	86,3%	26.070	88,7%	69.284	100,0%
Renda Variável	289.494	16,5%	190.347	15,3%	50.996	17,9%	5.365	13,7%	3.307	11,3%	-	-
Estruturados	7.368	0,4%	1.929	0,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Imóveis	170.414	9,7%	64.509	5,2%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	84.854	4,8%	43.532	3,5%	10.780	3,8%	-	-	-	-	-	-
Consolidado**	1.754.495	100,0%	1.243.464	100,0%	285.090	100,0%	39.153	100,0%	29.377	100,0%	69.284	100,0%

* PGA - Plano de Gestão Administrativa

◆ RENTABILIDADES BRUTAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

"A tabela a seguir apresenta a rentabilidade bruta nominal por segmento e consolidada de cada plano de benefício e de Gestão Administrativa em 2014.

	BD ELETROBRÁS	CD ELETROBRÁS	CD ONS	CV EPE	CD CERON	PGA
Renda Fixa	11,76%	14,46%	14,46%	14,46%	14,46%	11,70%
Renda Variável	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-
Imóveis	8,26%	8,26%	-	-	-	-
Empréstimos	12,56%	13,04%	12,34%	-	-	-
Inv. Estruturados	-4,80%	0,42%	-	-	-	-
Consolidado	9,04%	11,12%	10,86%	11,79%	12,64%	11,70%

* PGA - Plano de Gestão Administrativa.

OBS: A rentabilidade bruta é aquela encontrada após retornarmos com os valores descontados, como despesas de investimentos, correção, emolumentos e demais taxas."

◆ INDICADORES DE MERCADO

	2014
INPC (Inflação)	6,23%
CDI (Certificado de Depósito Interbancário - Renda Fixa)	10,81%
IBrX – Índice Brasil - Renda Variável	-2,78%
INPC + 5,5%	12,07%
INPC + 6,0%	10,69%

AVALIAÇÃO DOS GESTORES QUANTO ÀS RENTABILIDADES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

Plano BD

O ano de 2014 foi marcado por uma alta volatilidade nos mercados de renda variável e renda fixa, provocada pelo processo eleitoral e um cenário econômico bastante adverso. Aliado a estes fatores, a alta da inflação, medida pelo INPC, também criou um maior desafio para superação da taxa real de juro do plano. Apesar da rentabilidade da renda fixa, principal segmento do Plano de Benefício Definido, ter sido positiva em função da exposição aos títulos indexados ao IPCA, as NTN-B, esta foi prejudicada em parte pela exposição aos títulos indexados ao IGP-M (que foi bem inferior ao INPC). A rentabilidade do plano também foi afetada pela exposição à renda variável. O desempenho da carteira de ações, que até novembro vinha com uma boa rentabilidade, se reverteu em dezembro devido ao cenário político e econômico que se deterioraram no último mês do ano causando instabilidade nas bolsas e na renda fixa. A carteira de imóveis foi impactada negativamente por conta da vacância do edifício Mario Bhering. O segmento de operações com participantes (empréstimo) apresentou o retorno ligeiramente superior ao previsto na Política de Investimento. Apesar da baixa, a exposição do plano aos investimentos estruturados foi negativa em função do início do investimento em *private equity*, que se encontra em fase de aporte.

Planos CD e CV

O agravamento da conjuntura econômica nos últimos meses de 2014 elevou a percepção de risco de mercado e provocou efeitos distintos entre os segmentos dos planos. A renda fixa superou com folga a taxa de juros do plano e o CDI. O destaque ficou por conta da carteira de títulos indexados ao IPCA de longo prazo (NTN-B). O fechamento da curva de juros do mercado relativa ao final de 2013 gerou uma boa rentabilidade, contribuindo bastante para o bom desempenho do segmento. Já a renda variável foi bastante afetada em 2014. Apesar das principais bolsas mundiais apresentarem ganhos, o mercado local não obteve o mesmo desempenho devido às incertezas na condução da política econômica e à piora das contas fiscais. A carteira de imóveis pertencente aos planos

CD Saldado e CD Eletrobrás teve retorno abaixo do esperado devido à vacância do edifício Mario Bhering. O segmento de operações com participantes (empréstimo), que pertence a todos os planos, com exceção do CD Ceron e CV EPE, apresentou um retorno ligeiramente superior ao previsto na Política de Investimento. A parcela de investimentos estruturados¹ foi encerrada no início de 2014 devido à baixa expectativa de rentabilidade e praticamente não impactou os planos.

Perfis de Investimento

Os Perfis de Investimento possuem as mesmas carteiras dos Planos de Contribuição Definida, por isso as rentabilidades seguiram em linha com o retorno dos segmentos de renda fixa e renda variável dos planos. A rentabilidade de cada perfil se distingue por possuírem participações diferentes, com percentuais de aplicação que variam de 15% a 45%, nestes dois segmentos. Em 2013, por exemplo, o perfil com o menor retorno foi o Agressivo dada sua participação de 45% em ações, já o Super Conservador, por não possuir ações, apresentou um desempenho superior.

RELAÇÃO DESCRITIVA DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

Os Perfis de Investimento são uma tendência mundial e vieram para agregar flexibilidade aos planos de contribuição definida (CD). Cada vez mais, os planos de previdência têm possibilitado que o participante escolha o perfil de investimento que melhor atenda às suas necessidades, represente a sua tolerância ao risco e que a sua reserva seja constituída de acordo com essa escolha.

A mudança para um novo perfil de investimento pode ser feita pelo participante ou assistido (aposentado ou pensionista) dos Planos CD Eletrobrás e CD ONS da ELETROS que, no ato da alteração, escolhe a faixa percentual de alocação em renda variável de acordo com seu perfil de risco. Os demais segmentos se referem aos permitidos pela legislação vigente, permanecendo o participante sem a opção de decidir entre eles.

Ao optar por um determinado perfil, o participante ou assistido deve considerar que tanto o valor total das reservas acumuladas até a data de sua decisão, quanto às contribuições a serem realizadas a partir de então seguirão de acordo com o perfil escolhido.

¹ Neste caso, segmento composto por investimentos que possuem relação de risco e retorno mais elevada.

Maio e novembro são os meses para alteração do perfil, estas e outras condições devem ser observadas atentamente pelo participante e estão disponíveis em www.eletros.com.br para conhecimento, além de poder contar com a Central de Relacionamento com Participante para o esclarecimento de dúvidas.

TIPOS DE PERFIS DE INVESTIMENTO

▶ Super Conservador

O Perfil Super Conservador é aquele que agrupa investimentos considerados de menor risco e, por esta razão, exclui a alocação de recursos em renda variável.

▶ Conservador

O Perfil Conservador é destinado ao participante ou assistido que, por admitir certo grau de risco em seus investimentos, deseja aplicar um percentual de 15% da sua reserva em renda variável.

▶ Moderado

Ao optar por este perfil, o participante ou assistido deve estar disposto a suportar maiores riscos em troca de resultados mais consistentes no longo prazo e, para isso, aceita investir cerca de 30% de suas reservas no segmento de renda variável.

▶ Agressivo

O perfil Agressivo destina-se ao participante ou assistido que possui maior tolerância ao risco e está disposto a aceitar uma alocação de 45% em renda variável.

▶ ELETROS

O Perfil ELETROS é destinado a participantes e assistidos que desejam manter a decisão de alocação de investimentos em renda variável sob responsabilidade da Fundação.

TOLERÂNCIA A RISCO

A tolerância a risco significa quanto o participante ou assistido está disposto a arriscar quando escolhe seus investimentos. O fator que diferencia os perfis é a alocação em renda variável: quanto maior o percentual aplicado nesse segmento, maior também é o risco do investimento e o retorno esperado no longo prazo.

Na hora de tomar sua decisão, é necessário que o participante ou assistido tenha claro o nível de tolerância ao risco que julgar confortável para investir seus recursos com mais tranquilidade.

Antes de definir qual perfil é o mais adequado, o participante deverá levar em consideração alguns fatores, tais como: quantos anos faltam para a aposentadoria; sua situação financeira; se aceita assumir riscos no curto prazo acreditando que terá retorno maior no longo prazo; volatilidade dos investimentos; o quanto conhece a respeito dos investimentos, entre outros.

Salientamos que a rentabilidade passada não representa garantia de rentabilidade futura.

OBS: no site da ELETROS, o participante poderá realizar um teste para saber qual perfil é o mais adequado às suas necessidades.



◆ RENTABILIDADE DOS PERFIS DE INVESTIMENTO

Posição em 31/12/2014

	CD ELETROBRÁS				
	Agressivo	Moderado	ELETROS	Conservador	Super Conservador
Renda Fixa	14,46%	14,46%	14,46%	14,46%	14,46%
Renda Variável	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-
Imóveis	8,26%	8,26%	8,26%	8,26%	8,26%
Empréstimos	13,22%	13,22%	13,26%	13,25%	13,25%
Inv. Estruturados	0,24%	0,23%	0,85%	0,28%	-
Consolidado	7,24%	9,39%	10,37%	11,55%	13,94%

Posição em 31/12/2014

	CD ONS				
	Agressivo	Moderado	ELETROS	Conservador	Super Conservador
Renda Fixa	14,46%	14,46%	14,46%	14,46%	14,46%
Renda Variável	-0,66%	-0,66%	-0,66%	-0,66%	0,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Empréstimos	12,33%	12,33%	12,34%	12,34%	12,33%
Inv. Estruturados	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Consolidado	7,50%	9,66%	10,69%	11,83%	14,23%

◆ ADERÊNCIA DA ALOCAÇÃO À POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2014 - PI

Posição em 31/12/2014

Segmentos	BD ELETROBRÁS		CD ELETROBRÁS		CD ONS		CV EPE		CD CERON		PGA	
	PI	dez/14										
Renda Fixa	49,00% a 86,00%	68,5%	45,00% a 85,00%	75,86%	49,00% a 87,00%	78,33%	61,00% a 90,00%	86,30%	66,00% a 90,00%	88,74%	0,00% a 100,00%	100,00%
Renda Variável	5,00% a 25,00%	16,5%	9,00% a 32,00%	15,31%	10,00% a 35,00%	17,89%	10,00% a 25,00%	13,70%	10,00% a 20,00%	11,26%	-	-
Estruturados	0,00% a 6,00%	0,4%	0,00% a 6,00%	0,16%	0,00% a 6,00%	-	0,00% a 6,00%	-	0,00% a 6,00%	-	-	-
Imóveis	4,00% a 9,00%	9,7%	3,00% a 6,00%	5,19%	-	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	3,00% a 7,00%	4,8%	3,00% a 7,00%	3,50%	3,00% a 6,00%	3,78%	0,00% a 4,00%	-	0,00% a 4,00%	-	-	-
Exterior	0,00% a 4,00%	-	-	-								

♦ RENTABILIDADE NOMINAL PREVISTA NA PI X REALIZADA

Posição em 31/12/2014

PLANOS	Prevista na Política de Investimento de 2014	Realizada
BD ELETOBRÁS	12,10%	9,04%
CD ELETOBRÁS PURO	11,50%	11,05%
CD ELETOBRÁS SALDADO	11,50%	11,33%
CD ONS	11,60%	10,86%
CV EPE	11,50%	11,79%
CD CERON	11,40%	12,64%
PGA	10,50%	11,70%

♦ SELEÇÃO DE ATIVOS - INVESTIMENTOS POR MODALIDADE DE APLICAÇÃO

Posição em 31/12/2014

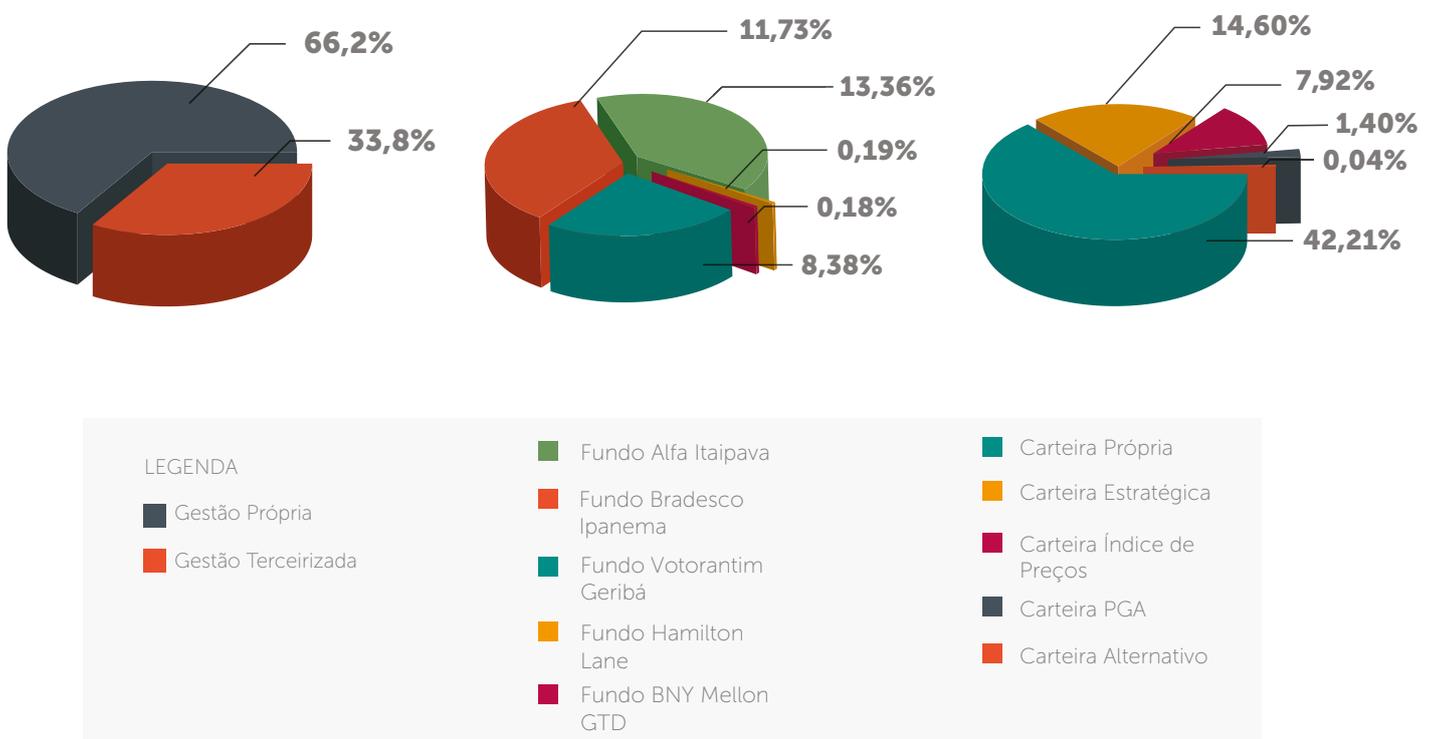
Segmentos	BD ELETOBRÁS	CD ELETOBRÁS	CD ONS	CV EPE	CD CERON	PGA
	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Investimentos em Renda Fixa	1.202.365	943.147	223.314	33.788	26.070	69.284
Notas Tesouro Nacional	816.866	281.753	66.712	10.094	8.522	35.026
Letras Hipotecárias	168.310	-	-	-	-	-
Letras Financeiras	53.057	152.835	36.188	5.475	4.055	-
Fundos de Renda Fixa	159.187	508.559	120.414	18.219	13.493	34.258
Debêntures Não Conversíveis	4.945	-	-	-	-	-
Investimentos em Renda Variável	289.494	190.347	50.996	5.365	3.307	-
Mercado à Vista	170.073	111.826	29.959	3.152	1.943	-
Bônus de Subscrição	-	-	-	-	-	-
Fundos de Ações	119.421	78.521	21.037	2.213	1.364	-
Investimentos Estruturados	7.368	1.929	-	-	-	-
Fundos Multimercado	7.368	1.929	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis	170.414	64.509	-	-	-	-
Imóveis para Aluguel e Renda	162.585	61.546	-	-	-	-
Imóveis de Uso Próprio	5.881	2.226	-	-	-	-
Outros Valores	1.948	737	-	-	-	-
Empréstimos	84.854	43.532	10.780	-	-	-
Emergência	240	26	-	-	-	-
Financeiro	76.067	43.825	10.827	-	-	-
Vesting	9.003	62	-	-	-	-
FABES	-	-	-	-	-	-
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(456)	(381)	(47)	-	-	-
Total dos Investimentos	1.754.495	1.243.464	285.090	39.153	29.377	69.284

◆ DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS ENTRE GESTÃO PRÓPRIA E TERCEIRIZADA

Renda Fixa

Posição em 31/12/2014

Gestão própria	R\$	% Total
Carteira Própria (ALM)	1.058.200	42,21%
Carteira Estratégica	366.035	14,60%
Carteira Índice de Preços	198.553	7,92%
Carteira PGA	35.026	1,40%
Carteira Alternativo	1.046	0,04%
Gestão terceirizada	R\$	% Total
Fundo Votorantim Geribá	209.998	8,38%
Fundo Bradesco Ipanema	294.098	11,73%
Fundo Alfa Itaipava	335.014	13,36%
Fundo Hamilton Lane	4.875	0,19%
Fundo BNY Mellon GTD	4.423	0,18%
TOTAL	2.507.268	100,00%



Na renda fixa, 1.658.860 mil (66,2%) compõem a carteira própria. Os demais recursos (R\$ 839.110 mil ou 33,4%) estão alocados em 3 (três) fundos de investimentos terceirizados. No segmento estruturado, aparecem 2 (dois) fundos, FIP Hamilton Lane e BNY Mellon GTD, com participação de 0,4% ou recursos de R\$ 9.298 mil.

A ELETROS participa no comitê de investimentos de todos os fundos.

◆ GESTÃO PRÓPRIA - RENDA VARIÁVEL

Posição em 31/12/2014

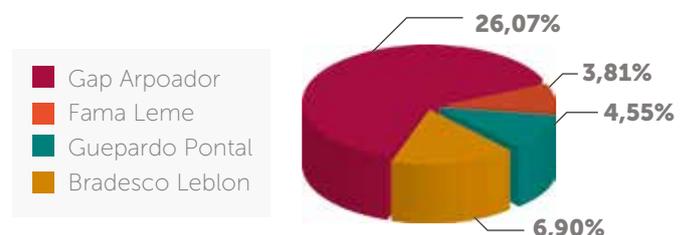
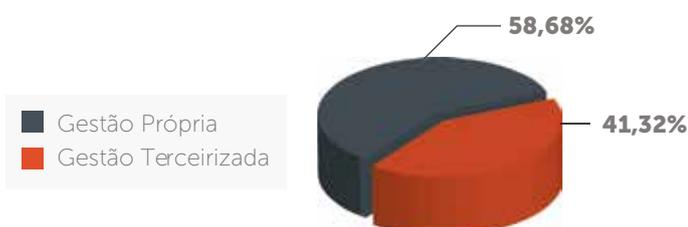
Ações	Quantidade	Preço	Financeiro (R\$ mil)	Participação (%)
Ambev ON	1.303.712	16,35	21.316	6,75%
Aliansce Shopping Centers SA	91.700	16,38	1.502	0,48%
Brasilon EJ NM	167.400	23,77	3.979	1,26%
Bradesco ON EB N1	147.100	34,32	5.048	1,60%
Bradesco PN EB N1	796.195	35,06	27.915	8,83%
Brasil Seguridade ON	225.200	32,16	7.242	2,29%
Ishares BOVA	95.350	48,54	4.628	1,46%
Bradespar PN N1	74.800	14,30	1.070	0,34%
BRF Foods ON NM	351.000	63,44	22.267	7,05%
Braskem PNA N1	91.000	17,50	1.593	0,50%
BR Malls PARON	145.100	16,43	2.384	0,75%
BMF Bovespa ON NM	591.500	9,85	5.826	1,84%
CCR Rodovias ON NM	392.700	15,41	6.052	1,92%
Cielo ON NM	341.700	41,67	14.239	4,51%
CPFL Energia ON NM	102.400	18,49	1.893	0,60%
Copel PNB*	27.800	35,90	998	0,32%
Cosan ON NM	36.000	28,85	1.039	0,33%
Cetip - CTIP ON	87.300	32,20	2.811	0,89%
Cyrela Realt ON NM	88.700	11,06	981	0,31%
Duratex ON MM	75.700	8,03	608	0,19%
Ecorodovias Infraestrutura	60.800	10,66	648	0,21%
Embraeron EJ NM	313.400	24,44	7.659	2,42%
Equatorial ON N2	46.800	27,70	1.296	0,41%
Estacio PART	130.900	23,82	3.118	0,99%
Fibria ON N1	123.500	32,51	4.015	1,27%
Gerdau PN N1	413.300	9,58	3.959	1,25%
Hypermarcas ON NM	223.200	16,65	3.716	1,18%
Itau SA PN N1	1.362.887	9,39	12.798	4,05%
Itau UNIBANCO PN N1	1.004.240	34,60	34.747	11,00%
JBS SA ON	416.500	11,20	4.665	1,48%
UNT N2	117.800	14,59	1.719	0,54%
Kroton ON	549.800	15,50	8.522	2,70%
Lojas Americ PN*	421.268	17,24	7.263	2,30%
Light S/A ON *INT NM	29.800	17,02	507	0,16%
Lojas Renner ON NM	41.400	76,47	3.166	1,00%

M.Dias Branco ON NM	8.900	91,00	8101	00,00%
Marfrig ON	893.000	6,10	5.4471	,72%
MRV Engenharia e Part	95.700	7,50	7180	,23%
Multiplan EMP Imobiliários	26.900	47,44 1	.276	0,40%
P. Açúcar - CBD PN N1	50.542	98,63 4	.985	1,58%
Petrobras ON	854.100	9,59 8	.191	2,59%
Petrobras PN	1.196.576	10,02	11.990	3,79%
Qual ON	71.300	27,80 1	.982	0,63%
RADL - Raia Drogasil ON	151.200	25,353	.833	1,21%
RLOG - Cosan Logística SA	36.000	2,86	1030	,03%
Seer ON	32.200	29,59	9530	,30%
Suzano Papel PNA I06 N1	330.100	11,25	3.7141	,18%
Tae - TAE SA CDA	33.400	18,84 6	29	0,20%
Tractebel ON NM	68.200	33,83	2.3070	,73%
Tim Part S/A ON	145.100	11,78	1.7090	,54%
Ultrapar ON N1	175.800	51,45 9	.045	2,86%
Vale R DOCE ON N1	392.408	21,91	8.5982	,72%
Vale R Doce PNA N1	605.500	19,23	11.644	3,68%
VIVT - Telef Brasil PN	90.900	46,85 4	.259	1,35%
Wegon EJ N1	85.600	30,60 2	.619	0,83%
Total de Mercado	-	-	316.000	100,00%

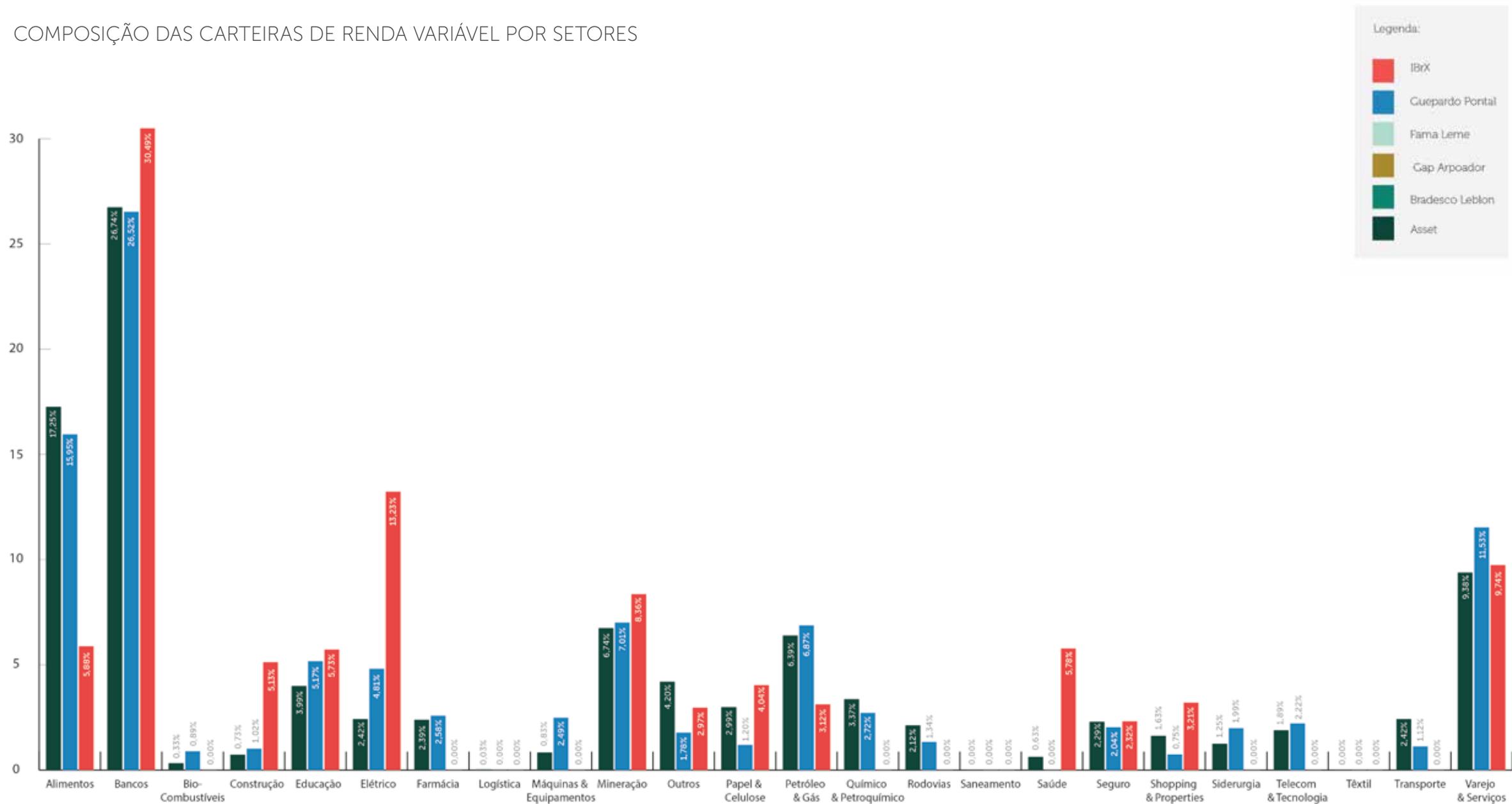
◆ GESTÃO TERCEIRIZADOS

Leblon	Bradesco Leblon	37.147	16,69%
Arpoador	Gap Arpoador	140.411	63,09%
Leme	Fama Leme	20.517	9,22%
Pontal	Guepardo Pontal	24.482	11,00%
TOTAL DO MERCADO		222.557	100,00%
TOTAL GERAL		538.557	-

*As ações da Carteira Especiais não estão alocadas nessa distribuição.



◆ COMPOSIÇÃO DAS CARTEIRAS DE RENDA VARIÁVEL POR SETORES



*As ações da Carteira Especiais não estão alocadas nessa distribuição.

◆ ENQUADRAMENTO

Descrição	LIMITE	BD ELETROBRÁS	CD ONS	CD ELETROBRÁS	CV EPE	CD CERON	PGA
	3792	31/12/2014					
Investimentos (R\$ Mil)	-	1.754.495	285.090	1.243.464	39.153	29.377	69.284
% do total de investimentos	-	54,0%	8,8%	38,3%	1,2%	0,9%	2,1%
Investimentos em Renda Fixa (R\$ Mil)	-	1.202.365	223.314	943.147	33.788	26.070	69.284
% Renda Fixa Total	100%	68,5%	78,3%	75,9%	86,3%	88,7%	100,0%
% Títulos Públicos Federais	100%	46,0%	23,0%	22,0%	25,0%	29,0%	50,0%
% Outros Títulos de Renda Fixa	80%	22,5%	55,3%	53,9%	61,3%	59,7%	50,0%
Investimentos em Renda Variável (R\$ Mil)	-	289.494	50.996	190.347	5.365	3.307	-
% Renda Variável Total	70%	16,5%	17,9%	15,3%	13,7%	11,3%	-
% Novo Mercado	70%	7,0%	7,6%	6,5%	5,8%	4,8%	-
% Nível 1	60%	0,1%	0,1%	0,1%	4,8%	3,9%	-
% Nível 2	50%	5,7%	6,2%	5,3%	0,1%	0,1%	-
% Outras ações	35%	2,2%	2,4%	2,0%	1,8%	0,6%	-
% Valores a receber/ a pagar	-	1,5%	1,6%	1,4%	1,2%	1,9%	-
Investimentos Estruturados (R\$ Mil)	-	7.368	-	1.929	-	-	-
% Investimentos Estruturados Total	20%	0,4%	-	0,2%	-	-	-
Investimentos no Exterior (R\$ Mil)	-	-	-	-	-	-	-
% Investimentos no Exterior Total	10%	-	-	-	-	-	-
Investimentos em Imóveis (R\$ Mil)	-	170.414	-	64.509	-	-	-
% Imóveis Total	8%	9,7%	0%	5,2%	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos (R\$ Mil)	-	84.854	10.780	43.532	-	-	-
% Empréstimos e Financiamentos Total	15%	4,8%	3,8%	3,5%	-	-	-

Atendendo à Resolução nº. 3792 do Conselho Monetário Nacional, de 28 de setembro de 2009, que regula os limites de investimentos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, assim como sua divulgação, demonstramos as informações constantes do Demonstrativo de Investimentos referente ao ano de 2014.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2015

1. INTRODUÇÃO

A Política de Investimento da ELETROS para o exercício de 2015 ("PI 2015") deve ser aplicada aos planos de benefícios previdenciários e administrativo geridos pela entidade.

Após cumprir as etapas do processo decisório interno, que inclui a avaliação e a recomendação dos comitês internos, a PI 2015 é submetida pela Diretoria Executiva à aprovação do Conselho Deliberativo. Para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) está designado o Diretor Financeiro,

que por essa razão é o responsável pelos investimentos junto ao órgão supervisor.

A PI 2015, que está em conformidade com a legislação, regulamentos, políticas e demais condições estabelecidas para cada plano e, em linha com as melhores práticas de gestão em fundos de pensão, é uma importante ferramenta do planejamento estratégico dos investimentos.

A PI 2015 apresenta e define diretrizes, objetivos, alocação e seleção de ativos, administração de riscos, responsabilidades e dá outras orientações. Destina-se aos participantes, em especial, mas também aos colaboradores e público em geral que precisem entender e se integrar aos seus objetivos, facilitando a comunicação, a transparência, o acompanhamento da gestão e o desempenho dos planos.

O glossário de termos se encontra na página 32.

2. DIRETRIZES DE INVESTIMENTOS

A PI 2015 baseia-se nas seguintes diretrizes:

- ▶ Na aplicação por plano, a saber:



▶ Na premissa de que os ativos que compõem os recursos garantidores ("patrimônio") são investidos com uma visão predominantemente de médio e longo prazo, orientada por metas adequadas de retorno e risco.

▶ Na alocação de ativos como fator determinante da rentabilidade, razão pela qual as decisões a ela relacionadas são as mais importantes a serem tomadas ao longo do exercício, ressalvadas as limitações vigentes para os Perfis de Investimento.

▶ Na diversificação entre os segmentos e entre os ativos que os compõem como princípio geral de redução de risco dos investimentos, orientada por fatores específicos de administração de riscos da entidade.

▶ Na integração com o cenário macroeconômico e dos investimentos apresentados no anexo, os quais, pela sua dinâmica, estão sujeitos a revisões ao longo do ano.

3. OBJETIVOS PARA 2015

A preservação do valor econômico-financeiro do patrimônio é uma meta permanente da ELETROS e adicionam-se os seguintes objetivos para 2015, por ordem de prioridade:

▶ Buscar superar as seguintes metas reais de rentabilidade¹, as quais devem estar ajustadas aos riscos dos investimentos:

¹ Metas reais brutas sobre a variação do INPC, sem a incidência de qualquer custo

	Exercício de 2015	Médio prazo (2015 a 2017)	Longo prazo (2015 a 2019)
Plano BD	5,1%	5,2%	5,5%
Plano CD Puro	5,3%	5,3%	5,5%
Plano CD Saldado (BPDS)	5,2%	5,2%	5,5%
Plano CD ONS	5,6%	5,6%	5,7%
Plano CV EPE	5,5%	5,5%	5,5%
Plano CD Ceron	5,5%	5,5%	5,5%
PGA	5,8%	6,0%	6,0%

Obter rentabilidade adicional a fim de contribuir para o equilíbrio econômico-financeiro do Plano BD Eletrobrás e para aumentar do valor do patrimônio dos demais planos.

Para o alcance dos objetivos acima, a ELETROS buscará implementar as propostas de alocação e seleção de ativos, sujeitas aos limites e parâmetros definidos nesta política.

4. TAXAS REAIS DE JURO UTILIZADAS NAS PROJEÇÕES ATUARIAIS

	Exercício de 2015 (taxa ao ano acima do INPC)
Plano BD	5,50%
Plano CD Puro	5,50%
Plano CD Saldado (BPDS)	5,50%
Plano CD ONS	5,50%
Plano CV EPE	5,50%
Plano CD Ceron	4,50%

5. ALOCAÇÃO E SELEÇÃO DE ATIVOS POR PLANO

A gestão de investimentos da ELETROS se baseia na segregação entre alocação e seleção de ativos.

A equipe de gestão interna possui a atribuição de analisar, elaborar e executar as operações, além de propor critérios para os investimentos em conformidade com normas e procedimentos aprovados.

A alocação de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição do patrimônio de cada plano entre os segmentos de renda fixa, renda variável, imóveis, operações com participantes (empres-timos), investimentos estruturados e no exterior.

▶ A alocação de ativos é de responsabilidade da equipe interna².

▶ A alocação de ativos é avaliada pelo CAA e as propostas são encaminhadas por esse comitê ao CEI, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

A seleção de ativos é definida como o conjunto de atividades relacionadas à distribuição de cada segmento do plano entre as modalidades (incluindo títulos e fundos de investimento) permitidas pela legislação, compreendendo a análise e a execução de operações.

▶ A seleção de ativos é de responsabilidade da equipe interna, no caso da gestão feita diretamente pela entidade, ou dos gestores externos, no caso dos fundos de investimento.

▶ A seleção de ativos é avaliada pelo CGC e as propostas são encaminhadas por esse comitê ao CEI, a quem cabe decidir, exceto nos casos previstos nesta política.

Para o alcance dos objetivos da PI 2015, as estratégias de seleção de ativos deverão, no mínimo, superar as metas definidas para cada segmento, obedecendo aos respectivos limites, requisitos e condições.

5.1 RENDA FIXA

Objetivos:

▶ Obter taxas de rentabilidade que contribuam para o atingimento das metas definidas nesta política.

2. Nos Perfis de Investimento Super Conservador, Conservador, Moderado e Agressivo dos planos CD Eletrobrás Puro e CD ONS, a alocação em renda variável é previamente fixada de acordo com as regras vigentes.

▶ Vincular os recebimentos de juros e principal dos ativos aos desembolsos financeiros previdenciários de curto, médio e longo prazo.

A meta de rentabilidade do segmento de renda fixa em 2015 será equivalente à variação de 105% do CDI acumulada no ano.

5.1.1 ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA FIXA POR PLANO

A renda fixa permanecerá como o segmento de maior alocação do patrimônio de cada plano em 2015.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA FIXA PARA 2015

Planos	Alocação em relação ao patrimônio				Rentabilidade 2015	
	Estimada	Proposta para 2015			Nominal	Real*
	Dez/2014	Mínima	Alvo	Máxima		
BD ELETROBRÁS	67%	52%	69%	88%	12,7%	5,4%
CD ELETROBRÁS TOTAL	74%	51%	74%	86%	12,7%	5,4%
CDELETROBRÁS PURO**	74%	49%	74%	85%	12,7%	5,4%
CD SALDADO (BPDS)	74%	59%	75%	90%	12,7%	5,4%
CD ONS**	75%	51%	71%	88%	12,7%	5,4%
CV EPE	85%	61%	78%	90%	12,7%	5,4%
CD CERON	85%	72%	81%	90%	12,7%	5,4%
PGA	100%	100%	100%	100%	13,2%	5,8%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

5.1.2 SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA FIXA

São elegíveis para compor o segmento de renda fixa de cada plano as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor, com as restrições aprovadas nesta política.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições e requisitos da legislação, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e com o regulamento dos fundos de investimento, no caso da gestão externa, considerando-se que:

▶ Os limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor se aplicam em cada plano, adicionando-se:

» Na aquisição para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos, o limite de um emissor privado, incluindo aplicações já existentes, não poderá ultrapassar 10% do total da carteira de renda fixa da ELETROS.

► A classificação de risco (“rating”) mínima aplicável à aquisição de ativos de emissor não financeiro para a gestão interna e para os fundos de investimento exclusivos de renda fixa será, no mínimo, de:

» “AA” da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, no caso de ativos com prazo médio acima de cinco anos.

» “A” da agência Fitch Ratings Brasil, ou o seu equivalente, nos demais casos.

A seleção de ativos de renda fixa do Plano BD Eletrobrás permanecerá orientada pelo fluxo de desembolsos previdenciários, o qual orienta a composição da carteira ALM (exclusiva do plano). Complementarão o segmento do BD Eletrobrás (i) outros títulos indexados à inflação e (ii) demais modalidades com objetivo de superar os índices de referência do segmento.

A seleção de ativos de renda fixa dos planos CD Eletrobrás Puro e CD Saldado (BPDS), CD ONS, CV EPE e CD CERON seguirá, como regra geral, as mesmas estratégias, orientando-se para a proteção contra a inflação e para os ganhos frente aos índices de referência do segmento.

A seleção dos ativos de renda fixa do PGA continuará orientada por uma composição entre fundo de investimento e Notas do Tesouro Nacional.

A liquidez do segmento de renda fixa é provedora de primeira ordem dos compromissos financeiros dos planos. Deverá ser mais elevada no BD Eletrobrás em razão do seu fluxo de caixa com desembolsos superiores às contribuições previdenciárias, situação que também ocorre no CD Eletrobrás Saldado (BPDS), embora em menor dimensão.

5.2 RENDA VARIÁVEL

Objetivos:

► Obter taxas de rentabilidade superiores às do segmento de renda fixa, observados os riscos associados.

► Superar a rentabilidade dos índices de referência do segmento, observados os mandatos definidos para cada gestor.

A meta de rentabilidade do segmento de renda variável em 2015 será equivalente à variação do IBrX acrescida de 2% acumulada no ano³.

5.2.1 ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA VARIÁVEL POR PLANO

A renda variável permanecerá como o segundo segmento de maior alocação no patrimônio dos planos em 2015, superada pela renda fixa.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DA RENDA VARIÁVEL PARA 2015

Planos	Alocação em relação ao patrimônio			Rentabilidade 2015		
	Estimada Dez/2014	Proposta para 2015		Nominal	Real*	
		Mín.	Alvo	Máx.		
BD ELETROBRÁS	17%	5%	17%	25%	13,8%	6,4%
CD ELETROBRÁS TOTAL	17%	9%	17%	33%	13,8%	6,4%
CD ELETROBRÁS PURO**	17%	10%	17%	35%	13,8%	6,4%
Perfil ELETROS do CD Puro***	21%	10%	21%	35%	13,8%	6,4%
CD SALDADO (BPDS)	15%	5%	15%	25%	13,8%	6,4%
CD ONS**	21%	10%	21%	35%	13,8%	6,4%
Perfil ELETROS do CD ONS***	21%	10%	21%	35%	13,8%	6,4%
CV EPE	15%	10%	15%	25%	13,8%	6,4%
CD CERON	15%	10%	15%	20%	13,8%	6,4%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

*** Alocação em relação ao total do Perfil ELETROS.

Perfis de Investimento

A alocação em renda variável permanecerá como opção do participante nos planos com Perfis de Investimento – CD Puro Eletrobrás e CD ONS até esta data –, o qual poderá escolher por:

Perfis de Investimento (CD Puro Eletrobrás e CD ONS)	Alocação em renda variável
BD ELETROBRÁS	0%
CD ELETROBRÁS TOTAL	15%
CD ELETROBRÁS PURO**	30%
Perfil ELETROS do CD Puro***	45%
CD SALDADO (BPDS)	De acordo com a PI 2015

3. Embora seja referência para todo o segmento de renda variável, a meta IBrX + 2% ao ano somente é aplicada aos fundos de ação denominados de Valor no prazo de três anos.

5.2.2 SELEÇÃO DE ATIVOS NA RENDA VARIÁVEL

São elegíveis para compor o segmento de renda variável de cada plano as ações de emissão de companhias abertas e os correspondentes bônus de subscrição, recibos de subscrição e certificados de depósitos, as cotas de fundos de índice referenciados em cesta de ações de companhias abertas, admitidas à negociação em bolsa de valores e empréstimo de ações. Os investimentos nas demais modalidades de renda variável permitidas pela legislação deverão ser aprovados caso a caso pelo Conselho Deliberativo.

A negociação de ativos no segmento deve estar em conformidade com as condições, requisitos, limites de enquadramento, de concentração por emissor e por investimento dispostos na legislação em vigor, com o processo decisório, no caso da gestão interna, e regulamentos dos fundos de investimento, no caso da gestão externa.

5.3 IMÓVEIS

Objetivos:

- ▶ Obter taxa de rentabilidade superior à inflação.
- ▶ Continuar avaliando as oportunidades de alienação na carteira.

A meta de rentabilidade do segmento de imóveis em 2015 será equivalente à variação do INPC.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS IMÓVEIS PARA 2015

Plano	Alocação em relação ao patrimônio				Rentabilidade 2015	
	Estimada	Proposta para 2015			Nominal	Real*
	Dez/2014	Mínima	Alvo	Máxima		
BD ⁴ ELETROBRÁS	10%	4%	6%	10%	7,0%	0,0%
CDELETROBRÁS TOTAL	5%	3%	4%	6%	7,0%	0,0%
CDELETROBRÁS Puro**	5%	3%	4%	6%	7,0%	0,0%
CD Saldado (BPDS)	6%	3%	4%	6%	7,0%	0,0%

* Real em relação ao INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

⁴ Não obstante os esforços implementados para a redução da carteira de imóveis do Plano BD Eletrobrás, a alocação estimada em dezembro/14 e a máxima prevista para 2015 superam o limite da legislação em vigor (8%) em razão exclusivamente de valorização passiva, não havendo qualquer investimento previsto para o segmento.

São elegíveis para compor o segmento de imóveis da ELETROS as modalidades de investimento permitidas pela legislação em vigor, nos limites de enquadramento ali dispostos.

As operações com imóveis deverão obedecer ao processo decisório interno; a aquisição, alienação de bens imóveis e a constituição de ônus reais sobre os mesmos competem ao Conselho Deliberativo.

5.4 OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES (EMPRÉSTIMOS)

As operações de empréstimo aos participantes e assistidos têm sido uma boa opção de diversificação de investimentos, com risco de crédito relativamente baixo e rentabilidade esperada superior a da renda fixa.

A meta de rentabilidade do segmento de operações com participantes em 2015 será equivalente à variação do INPC acrescido de 6,0% ao ano.

Os empréstimos obedecerão aos requisitos da legislação e às normas internas. Os encargos financeiros das operações deverão ser aprovados pelo Conselho Deliberativo.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS EMPRÉSTIMOS PARA 2015

Plano	Alocação em relação ao patrimônio				Rentabilidade 2015	
	Estimada	Proposta para 2015			Nominal	Real*
	Dez/2014	Mínima	Alvo	Máxima		
BD ELETROBRÁS	5%	3%	5%	7%	13,4%	6,0%
CD ELETROBRÁS TOTAL	3%	2%	3%	6%	13,4%	6,0%
CD ELETROBRÁS Puro**	3%	2%	3%	6%	13,4%	6,0%
CD Saldado (BPDS)	4%	2%	4%	6%	13,4%	6,0%
CD ONS**	4%	2%	6%	10%	13,4%	6,0%
CV EPE	0%	0%	5%	10%	13,4%	6,0%
CD CERON	0%	0%	2%	4%	13,4%	6,0%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

5.5 INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Com a economia brasileira passando por ajustes, as perspectivas para os investimentos estruturados não são alentadoras e a cautela deverá prevalecer no segmento, razão pela qual as projeções de rentabilidade se referem ao capital já comprometido no BD Eletrobrás, as quais serviram de referência para os demais planos.

A meta de rentabilidade do segmento de investimentos estruturados em 2015 será equivalente à variação de 80% do CDI acumulada no ano.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS PARA 2015

Plano	Alocação em relação ao patrimônio				Rentabilidade 2015	
	Estimada	Proposta para 2015			Nominal	Real*
	Dez/2014	Mínima	Alvo	Máxima		
BD ELETROBRÁS	1%	0%	2%	4%	11,5%	4,2%
CD ELETROBRÁS TOTAL	1%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%
CD ELETROBRÁS PURO**	1%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%
CD SALDADO (BPDS)	1%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%
CD ONS**	0%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%
CV EPE	0%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%
CD CERON	0%	0%	1%	2%	11,5%	4,2%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

5.6 INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

A busca por uma relação mais atrativa entre retorno e risco de mercado faz com que a ELETROS continue a avaliar a possibilidade de investir no exterior.

A referência de rentabilidade para os investimentos no exterior em 2015 será a meta estabelecida para o segmento de renda variável.

◆ ALOCAÇÃO E RENTABILIDADE DOS INVESTIMENTOS NO EXTERIOR PARA 2015

Plano	Alocação em relação ao patrimônio				Rentabilidade 2015	
	Estimada	Proposta para 2015			Nominal	Real*
	Dez/2014	Mínima	Alvo	Máxima		
BD ELETROBRÁS	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CD ELETROBRÁS TOTAL	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CD ELETROBRÁS PURO**	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CD SALDADO (BPDS)	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CD ONS**	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CV EPE	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%
CD CERON	0%	0%	1%	2%	13,8%	6,4%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

** Somando todos os Perfis de Investimento.

Rentabilidade esperada para o Patrimônio em 2015

Com base nas alocações-alvo dos itens anteriores, a rentabilidade nominal e real esperada para cada plano em 2015 é:

Plano	Rentabilidade 2015	
	Nominal	Real*
BD ELETROBRÁS	12,4%	5,1%
CD Puro	12,6%	5,3%
CD Saldado (BPDS)	12,5%	5,2%
CD ONS	13,0%	5,6%
CV EPE	12,9%	5,5%
CD CERON	12,9%	5,5%
PGA	13,2%	5,8%

* Real acima do INPC estimado em 7,0% para 2015.

6. ADMINISTRAÇÃO DE RISCOS DOS INVESTIMENTOS

Em 2014, o Comitê Executivo de Riscos (CER) aprovou o modelo proprietário de risco dos investimentos e a sua implementação ocorrerá a partir de 2015, compreendendo metodologias relacionadas à gestão e ao monitoramento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, legal e sistêmico.

6.1 RISCO DE CRÉDITO

Síntese das regras aprovadas para o risco de crédito:

6.1.1. Para a concessão de crédito de emissor não financeiro, a ELETROS utiliza critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna que se baseiam na avaliação da capacidade de pagamento, em informações de mercado e de consultoria externa. A classificação de risco deverá ser, no mínimo, "AA" da agência Fitch Ratings Brasil ou o seu equivalente, para títulos com prazo médio acima de cinco anos e, no mínimo, "A" da mesma agência, ou o seu equivalente, para os demais casos.

6.1.2. Para a concessão de crédito de emissor financeiro para títulos com prazo até um ano, a ELETROS contrata duas empresas especializadas em risco bancário,

cujas avaliações são incorporadas aos critérios desenvolvidos e aplicados pela equipe interna, baseados em indicadores de liquidez, solvência e outros. Para prazos superiores a um ano, adicionam-se os critérios descritos em 6.1.1.

6.2 RISCO DE MERCADO

Considera-se que a administração de risco de mercado compreenda tanto as atividades de gestão quanto as de monitoramento. O modelo integrado a ser implementado a partir de 2015 prevê a administração de risco de mercado por prazos e diferenciada por planos, buscando empregar metodologias desenvolvidas internamente que melhor se aplicam a essas variáveis.

6.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A medida do risco de liquidez do patrimônio é baseada na relação entre as receitas de investimentos e o fluxo de caixa previdenciário (receitas menos desembolsos previdenciários). Nas receitas de investimentos incluem-se as operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais que vencem e são renovadas diariamente, constituindo-se em importante fator de liquidez.

O segmento de renda fixa é o provedor de primeira ordem de liquidez para os planos. No BD Eletrobrás, o fluxo de caixa previdenciário é negativo e a cobertura necessária de liquidez é reforçada com títulos de renda fixa de longo prazo, com vencimentos vinculados aos desembolsos do passivo previstos nos estudos ALM.

A medida de liquidez de um ativo é baseada no número de dias em que se transforma em disponibilidade financeira. A ELETROS possui ativos com baixa liquidez, como é o caso de alguns títulos de renda fixa de longo prazo, imóveis e empréstimos aos participantes, mas que não interferem na gestão financeira integrada dos planos.

6.4 RISCO OPERACIONAL

Parte do patrimônio dos planos da ELETROS é gerida internamente e isso requer estrutura de governança com normas, procedimentos e verificação de conformidades.

O risco operacional é mitigado com a segregação de funções entre gestão, administração, liquidação e custódia de títulos.

O risco associado à execução das operações na gestão interna com títulos mobiliários é mitigado atra-

vés dos procedimentos contratuais com o agente custodiante, responsável por pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos, pela custódia e controladoria de fundos de investimentos exclusivos e das carteiras.

6.5 RISCO LEGAL

O risco legal na gestão dos investimentos associado a falhas contratuais, documentação insuficiente e falta de representatividade é mitigado pela intervenção da área jurídica, que emite parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade deva ser representada legalmente.

As provisões para inadimplências associadas aos investimentos são registradas de acordo com a legislação e as contingências de natureza judicial não possuem fluxo previsto na PI 2015.

O agente custodiante deve informar sobre qualquer mudança na legislação que implique em revisão ou ajustamento dos regulamentos dos fundos de investimento dos quais a ELETROS seja cotista, bem como deve prestar as informações necessárias para o cumprimento, por parte da ELETROS, dos dispositivos legais e regulamentares.

6.6 RISCO SISTÊMICO

O risco sistêmico dos investimentos deve estar representado pelos testes de estresse com base na definição de cenários críticos para os segmentos que possuam títulos mobiliários, através dos quais perdas extremas são estimadas para cada plano, mas não implicam em tomada de decisão automática.

7.2 USO DE DERIVATIVOS

A ELETROS tem tradição no uso de derivativos, sendo permitido no segmento de renda fixa ou de renda variável desde que esteja de acordo (i) com o processo decisório interno, no caso da gestão própria ou (ii) com o regulamento dos fundos, no caso da gestão externa.

7.3 PRECIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS:

O agente custodiante é responsável pelo apreamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da ELETROS.

A equipe interna da ELETROS é responsável pelo apreamento do segmento de operações com participantes e de imóveis, exceto no caso de reavaliações, as

quais serão feitas por empresa contratada na forma da legislação.

7.4 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A ELETROS é aderente aos princípios gerais de responsabilidade socioambiental ao adotar e valorizar as boas práticas de governança corporativa, ciente das consequências sociais e ambientais que sua atuação possui como prestadora de serviço.

8. RESPONSABILIDADES

Definem-se as seguintes responsabilidades para a adequada implementação desta política:

8.1. O Conselho Deliberativo será responsável por (i) aprovar esta política; (ii) reavaliá-la quando necessário; aprovar caso a caso (iii) os investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2015, (iv) as operações com valor igual ou superior a três por cento do patrimônio de um plano e (v) o aporte no segmento de investimentos estruturados. Será responsável pela (vi) aquisição, alienação e constituição de ônus sobre bens imóveis e (vii) pela definição dos encargos financeiros por plano das operações com participantes.

8.2. A Diretoria Executiva será responsável por (i) elaborar esta política e propor a sua alteração ao Conselho Deliberativo, a quem também deve propor a aprovação (ii) dos investimentos nas modalidades de renda variável permitidas pela legislação e não previstas na PI 2015, (iii) das operações com valor igual ou superior a três por cento do patrimônio de um plano, (iv) do aporte no segmento de investimentos estruturados, (v) da aquisição, alienação e a constituição de ônus sobre bens imóveis, (vi) dos encargos financeiros por plano das operações com participantes. Deverá ser responsável pelas decisões de alocação e seleção de ativos, e implementar a gestão interna dos investimentos, incluindo os riscos associados.

8.3. O Diretor Financeiro é designado para a função de Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ), sendo o responsável pela gestão dos investimentos junto ao órgão supervisor.

8.4. A equipe interna será responsável por (i) elaborar e recomendar alocação ativos à Diretoria Executiva, exceto em renda variável dos perfis Conservador, Moderado e Agressivo, e por (ii) elaborar e recomendar a seleção de ativos à Diretoria Executiva, além de (iii) exe-

cutar as operações na gestão interna de todos os planos e Perfis de Investimento; (iv) realizar o apreçamento dos imóveis, exceto no caso de reavaliações, e das operações com participantes.

8.5. O gestor externo dos fundos de investimento exclusivos deverá fazer a seleção de ativos seguindo o mandato acordado com a ELETROS e com o respectivo regulamento.

8.6. O agente custodiante será o responsável (i) pelos pagamentos e recebimentos ligados aos investimentos na forma contratada; (ii) por informar mudanças na legislação que afetem o regulamento dos fundos de investimento; (iii) por prestar informações necessárias para o cumprimento dos dispositivos legais e regulamentares; (iv) pelo apreçamento dos ativos dos fundos de investimento exclusivos e das carteiras da ELETROS, e pela execução dos procedimentos contábeis.

8.7. A área jurídica da ELETROS deverá emitir parecer prévio para todas as ocasiões em que a entidade seja representada legalmente.

Glossário

- ▶ **BD Eletrobrás** – plano de benefício definido dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS.
- ▶ **CAA** – Comitê de Alocação de Ativos.
- ▶ **CD Eletrobrás** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos das patrocinadoras Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - Cepel e Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, composto por plano CD Eletrobrás Puro e plano CD Saldado (BPDS).
- ▶ **CD Ceron** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON.
- ▶ **CD ONS** – plano de contribuição definida dos participantes e assistidos da patrocinadora Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.
- ▶ **CDI** – Certificado de Depósito Interfinanceiro (renda fixa).
- ▶ **CEI** – Comitê Executivo de Investimentos.

- ▶ **CGC** – Comitê de Gestão de Carteiras.
- ▶ **CV EPE** – plano de contribuição variável dos participantes e assistidos da patrocinadora Empresa de Pesquisa Energética - EPE.
- ▶ **INPC** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor (inflação).
- ▶ **IPCA** – Índice de Preços ao Consumidor Amplo (inflação).
- ▶ **IBrX** – Índice Brasil (renda variável).
- ▶ **PI 2015** – política de investimento da ELETROS para o exercício de 2015.
- ▶ **PIB** – Produto Interno Bruto (atividade econômica).

Anexo

CENÁRIO MACROECONÔMICO E DOS INVESTIMENTOS

O cenário macroeconômico mais provável para o período de 2015 a 2019, com probabilidade de ocorrência de 50%, é de um crescimento do PIB médio de 2% ao ano e uma taxa média real de juros medida pelo CDI de 4,6% ao ano no período.

◆ VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

	Estimativas	Projeções				
	Dez/2014	2015	2016	2017	2018	2019
Crescimento do PIB	0,3%	1,0%	2,5%	2,0%	2,0%	2,0%
Juros CDI no ano	10,8%	12,0%	10,8%	10,9%	10,9%	10,9%
Inflação INPC no ano	6,4%	7,0%	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
Juros reais CDI sobre INPC	4,1%	4,8%	4,5%	4,6%	4,6%	4,6%
Dólar no final do ano em R\$	2,55	3,00	3,13	3,27	3,42	3,42
Risco Brasil no final do ano (em pontos base)	200	320	300	280	260	260

* A estimativa para as variáveis de 2014 foram feitas a partir de dados realizados até novembro/14.

Dos cenários alternativos, o de tendência mais negativa, com probabilidade de 30%, envolveria um crescimento do PIB menor e uma inflação mais elevada, enquanto o cenário de tendência mais positiva, com probabilidade de 20%, teria um crescimento do PIB acima de 3% ao ano e inflação próxima do centro da meta de 4,5% ao ano.

CENÁRIO PARA OS INVESTIMENTOS

Durante o período de ajustes da economia brasileira, a taxa de juros básica Selic deverá se manter relativamente elevada, o que significa que o retorno médio esperado para a renda fixa – segmento de maior peso no patrimônio dos planos – continuará atrativo.

A renda variável compõe com a renda fixa o conjunto de ativos que forma a base da política de investimento. A carteira de ações tradicionalmente apresenta o maior risco de mercado do patrimônio, o qual é compensado com a expectativa de maior retorno real em prazos mais longos. Embora esse prêmio de retorno real não tenha ocorrido nos últimos anos no Brasil, se constitui em premissa importante para as decisões de investimento, valendo-se da hipótese de reversão à média que fundamenta os ganhos reais desses ativos acima da renda fixa à medida que maior seja o horizonte de análise.

As demais classes de investimento que compõem o patrimônio dos planos, embora recebam atenção pela possibilidade de diversificação, não projetam grande impacto na rentabilidade esperada.

O cenário externo deverá ser marcado por uma substancial liquidez nos mercados, especialmente nos países da Europa e da Ásia, que deverá ter impactos sobre os investimentos no Brasil. Na renda fixa, será um fator de redução da rentabilidade dos títulos de prazo mais longo e na renda variável poderá ser um indutor de valorizações nos índices acionários. Contudo, a extensão desses movimentos dependerá, em grande medida, do êxito da política econômica interna no próximo ano.

Elaborada por:

Jair Ribeiro Pereira Filho
Consultor

Revisada por:

Max Leandro Ferreira Tavares
Gerente

- Recomendada pela 109ª reunião do Comitê de Alocação de Ativos em 04/12/14 para aprovação do Comitê Executivo de Investimentos.
- Aprovada pela 801ª reunião do Comitê Executivo de Investimentos em 11/12/14 e pela 818ª reunião de Diretoria Executiva em 11/12/14 para encaminhamento ao Conselho Deliberativo da ELETROS.
- Aprovada na 264ª reunião do Conselho Deliberativo da ELETROS em 19/12/14.

[CAPÍTULO 5] DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. ESCOPO DOS EXAMES

Auditamos as demonstrações contábeis da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano de benefícios, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB), e pela determinação dos controles internos considerados necessários para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossos exames, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, que requerem o cumprimento de exigências éticas de nossa parte e que os nossos trabalhos sejam planejados e executados com

o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis, segundo julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e da razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração da Entidade e da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, referidas no parágrafo 1, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS, em 31 de dezembro de 2014, e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

As diretrizes do equacionamento do deficit de 2013, consignadas no Plano de Equacionamento de 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 17 de outubro de 2014, ocasionou uma redução na variação anual das Provisões Matemáticas de R\$23.710 mil, contribuindo para apuração de um superavit no período de R\$8.598 mil, reduzindo o deficit acumulado.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
 CRCMG - 757/O - F - RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador - CRCRJ - 046.110/O

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
DISPONÍVEL		769	519
REALIZÁVEL		3.491.286	3.341.429
Gestão Previdencial	4	48.346	69.035
Gestão Administrativa	5	18.960	13.978
Investimentos	6	3.423.980	3.258.416
Títulos Públicos	6.1	1.218.973	904.012
Créditos Privados e Depósitos	6.1	424.865	417.942
Ações	6.2	316.953	333.738
Fundos de Investimento	6.3	1.085.986	1.229.378
Investimentos Imobiliários	6.4	234.923	229.642
Empréstimos		139.167	134.510
Depósitos Judiciais/ Recursais		3.113	9.194
PERMANENTE		1.160	1.900
Imobilizado		585	778
Intangível		535	1.061
Diferido		40	61
GESTÃO ASSISTENCIAL	7	12.344	17.023
TOTAL DO ATIVO		3.505.559	3.360.871

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
EXIGÍVEL OPERACIONAL		15.678	13.840
Gestão Previdencial	8	8.068	6.792
Gestão Administrativa		7.577	7.021
Investimentos		33	27
EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	9	15.010	39.699
Gestão Previdencial		468	22.513
Gestão Administrativa		11.421	7.992
Investimentos		3.121	9.194
PATRIMÔNIO SOCIAL	11	3.462.527	3.290.309
Patrimônio de Cobertura do Plano		3.358.951	3.191.625
Provisões Matemáticas		3.558.330	3.390.716
Benefícios Concedidos		2.850.028	2.462.433
Benefícios a Conceder		1.071.309	1.066.707
(-) Provisões Matemáticas a Constituir		(363.007)	(138.424)
Equilíbrio Técnico		(199.379)	(199.091)
Resultados Realizados		(199.379)	(199.091)
Superavit Técnico Acumulado		-	-
(-) Deficit Técnico Acumulado		(199.379)	(199.091)
Fundos		103.576	98.684
Fundos Previdenciais	12.1	24.834	23.825
Fundos Administrativos	12.2	71.168	66.654
Fundos de Investimentos	12.3	7.574	8.205
GESTÃO ASSISTENCIAL		12.344	17.023
TOTAL DO PASSIVO		3.505.559	3.360.871

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL – INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.292.736	3.347.070	(1,62)
1. Adições	520.834	222.488	134,10
Contribuições previdenciais	132.111	135.432	(2,45)
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	295.979	13.448	2.100,91
Reversão de contingências – Gestão previdencial	1.228	512	139,84
Receitas administrativas	31.171	29.933	4,14
Resultado positivo dos investimentos – Gestão administrativa	7.470	5.062	47,57
Receitas assistenciais	52.875	38.101	38,78
2. Destinações	(352.644)	(276.822)	27,39
Benefícios	(260.983)	(205.394)	27,06
Despesas administrativas	(32.411)	(31.296)	3,56
Constituição de contingências – Gestão administrativa	(1.717)	(1.759)	(2,39)
Reversão de fundos de investimentos	(631)	(344)	83,43
Despesas assistenciais	(56.902)	(38.029)	49,63
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	168.190	(54.334)	(409,55)
Provisões matemáticas	167.614	144.926	15,65
Superavit (Deficit) técnico do exercício	(288)	(201.197)	(99,86)
Fundos previdenciais	1.009	269	275,09
Fundos administrativos	4.513	1.940	132,63
Fundos dos investimentos	(631)	(344)	83,43
Gestão assistencial	(4.028)	72	(5.694,44)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)*	3.460.926	3.292.736	5,11
Mutação do Patrimônio Social da Gestão Assistencial			
*Inclui o Patrimônio da Gestão Assistencial			
No início do exercício	2.427	2.355	3,06
No final do exercício	(1.601)	2.427	(165,97)
Variação do Patrimônio no Exercício	(4.028)	72	(5.694,44)
Constituição / (Reversão) do Patrimônio Mínimo Ajustado	36	(388)	(109,28)
Constituição de Reservas	580	261	122,22
Superavit (Deficit) no Exercício	(4.644)	199	(2.433,67)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação
	31.12.14	31.12.13	(%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	66.654	64.714	3,00
1. Custeio da gestão administrativa	38.642	34.995	10,42
1.1. Receitas	38.642	34.995	10,42
Custeio administrativo da gestão previdencial	3.982	3.970	0,30
Custeio administrativo dos investimentos	16.280	15.832	2,83
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	189	147	28,57
Receitas diretas	835	490	70,41
Resultado positivo dos investimentos	7.470	5.062	47,57
Reembolso da gestão assistencial	7.119	6.855	3,85
Outras receitas	2.767	2.639	4,85
2. Despesas administrativas	34.128	33.055	3,25
2.1. Administração previdencial	15.714	15.179	3,52
Pessoal e encargos	10.240	9.803	4,46
Treinamentos/congressos e seminários	28	104	(73,08)
Viagens e estadias	34	73	(53,42)
Serviços de terceiros	2.151	2.002	7,44
Despesas gerais	1.035	998	3,71
Depreciações e amortizações	438	565	(22,48)
Tributos	268	309	(13,27)
Contingências	1.520	1.325	14,72
2.2. Administração dos investimentos	10.142	9.925	2,19
Pessoal e encargos	7.602	7.210	5,44
Treinamentos/congressos e seminários	21	77	(72,73)
Viagens e estadias	25	53	(52,83)
Serviços de terceiros	1.420	1.450	(2,07)
Despesas gerais	764	734	4,09
Depreciações e amortizações	310	401	(22,69)
2.3. Administração assistencial	7.119	6.855	3,85
2.4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
2.5. Outras despesas	1.153	1.096	5,20
3. Resultado negativo dos investimentos	-	-	-
4. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1-2-3)	4.514	1.940	132,68
5. Constituição/reversão do fundo administrativo (4)	4.514	1.940	132,68
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	71.168	66.654	6,77

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO BD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Ativos	1.851.787	1.893.218	(2,19)
Disponível	12	10	20,00
Recebível	94.893	112.600	(15,73)
Investimentos	1.756.882	1.780.608	(1,33)
Títulos públicos	816.866	778.559	4,92
Créditos privados e depósitos	226.312	236.739	(4,40)
Ações	170.073	174.988	(2,81)
Fundos de investimento	285.977	331.139	(13,64)
Investimentos imobiliários	170.415	166.551	2,32
Empréstimos	84.854	84.358	0,59
Depósitos judiciais/recursais	2.385	8.274	(71,17)
Obrigações	9.310	36.823	(74,72)
Operacional	6.450	6.036	6,86
Contingencial	2.860	30.787	(90,71)
Fundos não previdenciais	52.878	51.684	2,31
Fundos administrativos	48.015	45.873	4,67
Fundos dos investimentos	4.863	5.811	(16,31)
Ativo Líquido	1.789.599	1.804.711	(0,84)
Provisões matemáticas	1.984.546	2.008.256	(1,18)
Superávit (Déficit) Técnico	(194.947)	(203.545)	(4,22)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO BD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	1.804.711	1.969.647	(8,37)
1. Adições	1.804.711	44.193	316,41
Contribuições	37.978	43.681	(13,06)
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	144.818	-	
Reversão de contingências – Gestão previdencial	1.228	512	100,00
2. Destinações	(199.136)	(209.129)	(4,78)
Benefícios	(198.185)	(175.049)	13,22
Resultado negativo dos investimentos – Gestão previdencial	-	(32.917)	(100,00)
Custeio administrativo	(951)	(1.163)	(18,23)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	(15.112)	(164.936)	(90,84)
Provisões matemáticas	(23.710)	40.716	(158,23)
Superávit (Déficit) técnico do exercício	8.598	(205.651)	(104,18)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	1.789.599	1.804.711	(0,84)
C) Fundos não previdenciais	52.878	51.684	2,31
Fundos administrativos	48.015	45.873	4,67
Fundos dos investimentos	4.863	5.811	(16,31)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) - PLANO BD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.803.771	1.847.345	(2,36)
1. Provisões Matemáticas	1.984.546	2.008.256	(1,18)
1.1. Benefícios concedidos	2.164.716	1.877.790	15,28
Benefício definido	2.164.716	1.877.790	15,28
1.2. Benefício a conceder	175.351	255.920	(31,48)
Benefício definido	175.351	255.920	(31,48)
1.3. (-) Provisões Matemáticas a constituir	(355.521)	(125.454)	183,39
(-) Serviço passado	(245.553)	(87.907)	179,33
(-) Patrocinador(es)	(245.553)	(87.907)	179,33
(-) Deficit equacionado	(109.968)	(37.547)	192,88
(-) Patrocinador(es)	(51.036)	(18.774)	171,84
(-) Participantes	(26.516)	(9.219)	187,62
(-) Assistidos	(32.416)	(9.554)	239,29
2. Equilíbrio Técnico	(194.947)	(203.545)	(4,22)
2.1. Resultados Realizados	(194.947)	(203.545)	(4,22)
(-) Deficit técnico acumulado	(194.947)	(203.545)	(4,22)
3. Fundos	4.863	5.811	(16,31)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.863	5.811	(16,31)
4. Exigível Operacional	6.449	6.036	6,84
4.1. Gestão Previdencial	6.431	6.015	6,92
4.2. Investimentos	18	21	(14,29)
5. Exigível Contingencial	2.860	30.787	(90,71)
5.1. Gestão Previdencial	468	22.514	(97,92)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	2.392	8.273	(71,09)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO CD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Ativos	1.266.130	1.149.553	10,14
Disponível	21	20	5,00
Recebível	21.916	21.371	2,55
Investimento	1.244.193	1.128.162	10,28
Títulos públicos	281.754	99.225	183,95
Créditos privados e depósitos	152.835	143.319	6,64
Ações	111.826	122.789	(8,93)
Fundos de investimento	589.010	658.169	(10,51)
Investimentos imobiliários	64.509	63.047	2,32
Empréstimos	43.532	40.692	6,98
Depósitos judiciais/recursais	727	921	(21,06)
Obrigações	1.738	1.438	20,86
Operacional	1.008	517	94,97
Contingencial	730	921	(20,74)
Fundos não previdenciais	22.683	21.030	7,86
Fundos administrativos	20.447	19.063	7,26
Fundos dos investimentos	2.236	1.967	13,68
Ativo Líquido	1.241.709	1.127.085	10,17
Provisões matemáticas	1.228.215	1.104.763	11,17
Fundos previdenciais	17.926	17.867	0,33
Superávit (Déficit) Técnico	(4.432)	4.455	100,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO CD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	1.127.085	1.062.825	6,05
1. Adições	169.953	90.044	88,74
Contribuições	50.909	52.128	(2,34)
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	119.044	37.916	213,97
2. Destinações	(55.329)	(25.784)	114,59
Benefícios	(53.735)	(24.317)	120,98
Custeio administrativo	(1.594)	(1.467)	8,66
3. Acréscimo/ decréscimo no ativo líquido (1+2)	114.624	64.260	78,38
Provisões matemáticas	123.452	60.238	104,94
Fundos previdenciais	58	(433)	(113,39)
Superávit (Déficit) técnico do exercício	(8.886)	4.455	100,00
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	1.241.709	1.127.085	10,17
C) Fundos não previdenciais	22.683	21.030	7,86
Fundos administrativos	20.447	19.063	7,26
Fundos dos investimentos	2.236	1.967	13,68

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) - PLANO CD ELETROBRÁS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	1.245.683	1.130.490	10,19
1. Provisões Matemáticas	1.228.215	1.104.763	11,17
1.1. Benefícios concedidos	657.078	562.778	16,76
Contribuição definida	441.517	347.321	27,12
Benefício definido	215.561	215.457	0,05
1.2. Benefício a conceder	578.624	554.955	4,27
Contribuição definida	491.626	459.247	7,05
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	314.002	306.202	2,55
Saldo de contas - Parcela participantes	177.624	153.045	16,06
Benefício definido	86.998	95.708	(9,10)
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	(7.487)	(12.970)	(42,27)
(-) Serviço passado	(7.487)	(12.970)	(42,27)
(-) Patrocinador(es)	(7.487)	(12.970)	(42,27)
2. Equilíbrio Técnico	(4.432)	4.455	(199,48)
2.1. Resultados Realizados	(4.432)	4.455	(199,48)
Superávit técnico acumulado	-	4.455	(100,00)
Reserva de contingência(-)	-	4.455	(100,00)
Déficit técnico acumulado	(4.432)	-	
3. Fundos	20.162	19.834	1,65
3.1. Fundos Previdenciais	17.926	17.867	0,33
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	2.236	1.967	13,68
4. Exigível Operacional	1.008	517	94,97
4.1. Gestão Previdencial	997	512	94,73
4.2. Investimentos	11	5	120,00
5. Exigível Contingencial	730	921	(20,74)
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	730	921	(20,74)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

“DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO CD ONS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Ativos	286.672	237.132	20,89
Disponível	10	10	-
Recebível	1.572	943	66,70
Investimentos	285.090	236.179	20,71
Títulos públicos	66.712	21.128	215,75
Créditos privados e depósitos	36.188	30.518	18,58
Ações	29.959	31.493	(4,87)
Fundos de investimento	141.451	143.581	(1,48)
Empréstimos	10.780	9.459	13,97
Obrigações	437	211	107,11
Operacional	437	211	107,11
Fundos não previdenciais	2.047	1.370	49,42
Fundos administrativos	1.572	943	66,70
Fundos dos investimentos	475	427	11,24
Ativo Líquido	284.188	235.551	20,65
Provisões matemáticas	281.170	232.470	20,95
Fundos previdenciais	3.019	3.081	(2,01)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO CD ONS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	235.551	205.523	14,61
1. Adições	55.807	35.092	59,03
Contribuições	30.329	28.181	7,62
Resultado positivo dos investimentos – gestão previdencial	25.478	6.911	268,66
2. Destinações	(7.170)	(5.064)	41,59
Benefícios	(6.368)	(4.322)	47,34
Custeio administrativo	(802)	(742)	8,09
3. Acréscimo/ decréscimo no ativo líquido (1+2)	48.637	30.028	61,97
Provisões matemáticas	48.699	30.398	60,20
Fundos previdenciais	(62)	(370)	(83,24)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	284.188	235.551	20,65
C) Fundos não previdenciais	2.047	1.370	49,42
Fundos administrativos	1.572	943	66,70
Fundos dos investimentos	475	427	11,24

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) - PLANO CD ONS

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	285.100	236.189	20,71
1. Provisões Matemáticas	281.169	232.470	20,95
1.1. Benefícios concedidos	27.693	21.585	28,30
Contribuição definida	27.693	19.216	44,11
Benefício definido	-	2.369	(100,00)
1.2. Benefício a conceder	253.476	210.885	20,20
Contribuição definida	253.476	210.885	20,20
Saldo de contas - Parcela patrocinadora/instituidor	114.040	94.700	20,42
Saldo de contas - Parcela participantes	139.436	116.185	20,01
3. Fundos	3.494	3.508	(0,40)
3.1. Fundos Previdenciais	3.019	3.081	(2,01)
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	475	427	11,24
4. Exigível Operacional	437	211	107,11
4.1. Gestão Previdencial	435	210	107,14
4.2. Investimentos	2	1	100,00

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO CV EPE

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Ativos	39.419	29.625	33,06
Disponível	9	10	(10,00)
Recebível	257	146	76,03
Investimentos	39.153	29.469	32,86
Títulos públicos	10.094	2.996	236,92
Créditos privados e depósitos	5.475	4.327	26,53
Ações	3.152	3.065	2,84
Fundos de investimento	20.432	19.081	7,08
Obrigações	110	43	155,81
Operacional	110	43	155,81
Fundos não previdenciais	257	146	76,03
Fundos administrativos	257	146	76,03
Ativo Líquido	39.052	29.436	32,67
Provisões matemáticas	36.959	27.652	33,66
Fundos previdenciais	2.093	1.784	17,32

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO CV EPE

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	29.436	23.368	25,97
1. Adições	10.832	7.026	54,17
Contribuições previdenciais	7.006	6.050	15,80
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	3.826	976	292,01
2. Destinações	(1.216)	(958)	26,93
Benefícios	(949)	(735)	29,12
Custeio administrativo	(267)	(223)	19,73
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	9.616	6.068	58,47
Provisões matemáticas	9.307	5.812	60,13
Fundos previdenciais	309	256	20,70
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	39.052	29.436	32,67
C) Fundos não previdenciais	257	146	76,03
Fundos administrativos	257	146	76,03

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) - PLANO CV EPE

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	39.162	29.479	32,85
1. Provisões Matemáticas	36.959	27.652	33,66
1.1. Benefícios concedidos	36.959	27.652	33,66
Contribuição definida	36.959	27.652	33,66
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	17.013	12.909	31,79
Saldo de contas - Parcela participantes	19.946	14.743	35,29
3. Fundos	2.093	1.784	17,32
3.1. Fundos Previdenciais	2.093	1.784	17,32
4. Exigível Operacional	110	43	155,81
4.1. Gestão Previdencial	110	43	155,81

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DAL) - PLANO CD CERON

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Ativos	30.257	19.376	56,16
Disponível	4	10	(60,00)
Recebível	875	629	39,11
Investimentos	29.378	18.737	56,79
Títulos públicos	8.522	2.104	305,04
Créditos privados e depósitos	4.055	3.039	33,43
Ações	1.943	1.402	38,59
Fundos de investimento	14.858	12.192	21,87
Obrigações	145	80	81,25
Operacional	145	80	81,25
Fundos não previdenciais	875	629	39,11
Fundos administrativos	875	629	39,11
Ativo Líquido	29.237	18.667	56,62
Provisões matemáticas	27.440	17.574	56,14
Fundos previdenciais	1.797	1.092	64,56

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO (DMAL) - PLANO CD CERON

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
A) Ativo líquido – Início do Exercício	18.667	10.089	85,02
1. Adições	12.685	9.923	27,83
Contribuições previdenciais	9.872	9.362	5,45
Resultado positivo dos investimentos – Gestão previdencial	2.813	561	401,43
2. Destinações	(2.114)	(1.346)	57,06
Benefícios	(1.745)	(972)	79,53
Custeio administrativo	(369)	(374)	(1,34)
3. Acréscimo/decréscimo no ativo líquido (1+2)	10.570	8.578	23,22
Provisões matemáticas	9.866	7.763	27,09
Fundos previdenciais	704	815	(13,62)
B) Ativo líquido – Final do Exercício (A+3)	29.237	18.667	56,62
C) Fundos não previdenciais	875	629	39,11
Fundos administrativos	875	629	39,11

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS (DPT) - PLANO CD CERON

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em		Variação (%)
	31.12.14	31.12.13	
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	29.382	18.747	56,73
1. Provisões Matemáticas	27.440	17.575	56,13
1.1. Benefícios concedidos	540	280	92,86
Contribuição definida	540	280	92,86
1.2. Benefício a conceder	26.900	17.295	55,54
Contribuição definida	26.900	17.295	55,54
Saldo de contas - parcela Patrocinadora/instituidor	13.368	8.631	54,88
Saldo de contas - Parcela participantes	13.532	8.664	56,19
3. Fundos	1.797	1.092	64,56
3.1. Fundos Previdenciais	1.797	1.092	64,56
4. Exigível Operacional	145	80	81,25
4.1. Gestão Previdencial	145	80	81,25

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, instituída pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS e tem por finalidade básica instituir e executar planos privados de concessão de benefícios de caráter previdenciário. Tais planos são acessíveis aos empregados da patrocinadora-instituidora e das patrocinadoras Centro de Pesquisas de Energia Elétrica - CEPEL, Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON e a própria ELETROS, extensivos aos seus respectivos beneficiários legais.

Administra, ainda, serviços de assistência à saúde, através do plano Eletros-Saúde desde 1991, devidamente autorizado pela SPC, através do Ofício DPC/SNPSC/MTPS nº 123/91, de 20 de março de 1991 e ratificado pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 76.

Os recursos de que a entidade dispõe para a consecução de seus objetivos são formados por contribuições de suas patrocinadoras, de seus participantes e dos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos, que devem obedecer ao disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.792, de 24 de setembro de 2009.

As atividades da entidade são regulamentadas pelas Leis Complementares n.ºs 108/2001 e 109/2001, e pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e fiscalizado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS).

Atualmente administra cinco planos de benefícios, todos inscritos no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios - CNPB mantidos pela PREVIC.

► Plano BD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de benefício definido, CNPB nº 19.790.021-18, teve sua primeira aprovação pela SPC em 25 de julho de 1979, através da Portaria PT-GM nº 1.713, com regulamento vigente

aprovado por meio do Ofício GAB/SPC/CGPAC, nº 836, de 22 de outubro de 1993 e a última alteração aprovada pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT nº 3.698, de 23 de outubro de 2008, Portaria SPC nº 2.574 de 23 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 24 de outubro de 2008, estando fechado a novas adesões de participantes a partir de 01 de abril de 2006, em função da aprovação do Plano CD Eletrobrás.

► Plano CD Eletrobrás - patrocinado pela ELETROBRAS, CEPEL e ELETROS, na forma de contribuição definida, CNPB nº 20.060.015-74, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.004 de 29 de março de 2006, Portaria SPC nº 359 de 29 de março de 2006 e ratificado pelo Ofício SPC/DETEC/CGAT, nº 1.771 de 29 de maio de 2006 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC nº 2.926 de 26 de maio de 2009.

► Plano CD ONS - patrocinado pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.000.056-83, com regulamento vigente aprovado por meio do Ofício SPC/COG nº 2.214, de 26 de julho de 2000 e a última alteração aprovada pela Portaria SPC/DETEC nº 3.268, de 7 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 8 de janeiro de 2010.

► Plano CV EPE - patrocinado pela Empresa de Pesquisa Energética - EPE, na forma de Contribuição Variável, CNPB nº 20.090.029-38, com regulamento vigente aprovado por meio da Portaria nº 3.149, de 12 de novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 13 de novembro de 2009.

► Plano CD CERON - patrocinado pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON, na forma de Contribuição Definida, CNPB nº 20.110.015-11, com regulamento e convênio de adesão vigentes aprovados por meio da Portaria nº 389 de 26 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial da União Seção 1 em 27 de julho de 2011.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e em

conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade e pronunciamentos contábeis aplicáveis às entidades de previdência complementar, e Resolução do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011; alterada pela Resolução CNPC nº 12, de 9/08/2013, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, alterada pela Instrução MPS/Previc nº 5, de 08 de setembro de 2011 e pela Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014 e Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a ITG 2001.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planilha contábil padrão das EFPC reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG 26.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (previdencial, assistencial e administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões previdencial e administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações. A contabilização e os relatórios contábeis da Gestão assistencial seguem as normas contábeis determinadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, sendo apresentados para fins destas demonstrações contábeis somente os valores patrimoniais consolidados da Gestão assistencial (ativo e passivo) e a movimentação que demonstra a variação da Gestão assistencial consolidada.

As operações do Plano Assistencial são contabilizadas de acordo com as regras e o plano de contas da ANS, estabelecido pelas Resoluções Normativas nº 247 e pela Instrução Normativa nº 46, ambas de 25 de fevereiro de 2011, evidenciando o patrimônio assistencial em demonstrações específicas.

As demonstrações consolidadas representam o somatório dos saldos contábeis apresentados em cada Plano de Benefícios, Assistencial e no PGA.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do Resultado

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimento, bem como as variações patrimoniais da Gestão Assistencial são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios.

b. Contribuições para a gestão previdencial

As contribuições do Plano BD Eletrobrás são registradas pelo regime de competência, e as contribuições do Plano CD Eletrobrás, CD ONS, CV EPE e CD CERON pelo regime de caixa.

► Plano de Benefício Definido - BD ELETROBRÁS

As contribuições dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais que variam de 8,16% a 29,60%, consoante as faixas salariais; as de responsabilidade das patrocinadoras são fixadas no mesmo valor das contribuições dos participantes ativos, conforme definido no Demonstrativo Atuarial vigente; e as dos participantes assistidos (em gozo de benefício de prestação continuada) são calculadas tendo como base percentuais que variam de 2,5% a 19,0%, consoante as faixas de benefícios.

As contribuições vigentes estão de acordo com o previsto em regulamento, propostas pelo atuário responsável do plano mediante avaliação atuarial.

Cobranças extraordinárias mensais foram estipuladas para assistidos e ativos, visando o reequilíbrio atuarial do plano correspondendo a 2,4780 % sobre o Salário Real de Contribuição – SRC dos participantes ativos e sobre os benefícios, até março/2014.

► Plano de Contribuição Definida - CD ELETROBRÁS

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,5% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até 10 (dez) Unidades Reajustáveis do Plano – URP; e 15,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

► Plano de Contribuição Definida – CD ONS

Há duas formas de contribuições básicas para o Plano CD ONS:

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais cumulativos que correspondem a 2,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico); e 10,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A segunda alternativa de contribuição corresponde à opção de aplicação de percentual de 2,0% a 6,0% (variando em 1%) incidente sobre a remuneração.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social - TCPS, em fevereiro de 2009, atualizado anualmente, a partir de 2010, utilizando-se o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora, que ocorre em setembro.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante em ambos os casos.

A contribuição para custeio dos benefícios de pecúlio por morte ou por invalidez permanente é dividida em 41,0% paga pelo participante e 59,0% paga pela patrocinadora.

A contribuição para o custeio do benefício de auxílio-doença é paga exclusivamente pela patrocinadora.

► Plano de Contribuição Variável – CV EPE

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 3,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do teto de contribuição para a Previdência Social; e 11,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

► Plano de Contribuição Definida – CD CERON

As contribuições básicas dos participantes ativos são calculadas com base em percentuais calculados cumulativamente; correspondem a 4,0% da parcela da remuneração mensal, inclusive sobre a 13ª remuneração, compreendida até o valor do SRB (Salário de Referência Básico) e 13,0% da parcela da remuneração mensal que exceder ao valor do parâmetro citado anteriormente.

A patrocinadora contribui paritariamente com o participante.

O SRB (Salário de Referência Básico) corresponde ao valor do Teto de Contribuição da Previdência Social – TCPS na data de início de vigência do Plano, atualizado anualmente, utilizando-se o mesmo índice de reajuste salarial anual definido no Acordo Coletivo de Trabalho firmado pela patrocinadora.

c. Investimentos

► Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Em atendimento à Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 4, de 30 de janeiro de 2002 e suas alterações posteriores, em especial a Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados em duas categorias, a saber:

(i) Títulos para negociação – Aqueles com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor provável de realização.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento – Aqueles com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a entidade mantenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, bem como classificados como de baixo risco por agência de risco no País, os quais devem ser avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os critérios utilizados para apuração do valor justo dos títulos e valores mobiliários obedecem às orientações técnicas estabelecidas nas Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC TG 46 (R1), aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº

1.428, de 25 de janeiro de 2013, que estabelece:

a) Hierarquia de valor justo com objetivo de priorizar as informações das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação adotadas para mensurar o valor justo.

b) Divulgação das Técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver as mensurações das hierarquias de valor justo:

Informações de Nível 1 – preços cotados em mercados ativos para ativos e passivos idênticos acessíveis na data da mensuração.

Informações de Nível 2 – informações também observáveis para o ativo ou passivo, cujos preços não sejam cotados incluídos no Nível 1. Adoção de preços cotados em mercado ativos ou passivos similares; em mercados que não sejam ativos para ativos ou passivos idênticos.

Informações de Nível 3 – dados observáveis para o ativo ou passivo, na medida em que dados observáveis relevantes não sejam disponíveis, pouca ou nenhuma atividade de mercado.

► Ações

As aplicações no mercado de ações foram classificadas como “Títulos para negociação” e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas diretas de corretagem e outras taxas, ajustado ao valor de mercado, considerando a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, de acordo com a Resolução Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 25, de 30 de junho de 2008 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial ou pelo custo, dos dois o menor.

As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos ou juros sobre capital próprio, foram reconhecidas contabilmente a partir da data em que a ação ficou ex-dividendos, em atendimento à Instrução nº 5 da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), de 08 de setembro de 2011.

► Fundos de Investimentos

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

► Investimentos imobiliários

Os investimentos em imóveis estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados por reavaliações periódicas, contabilizadas com base em laudos de peritos independentes. Os planos de benefícios que optarem pela reavaliação dos investimentos imobiliários com periodicidade superior a um ano devem contabilizar a depreciação mensalmente, em caso de reavaliação anual fica dispensado o registro da depreciação. A depreciação das edificações é calculada pelo método linear, estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, definidas nos Laudos.

Os imóveis devem ser reavaliados, preferencialmente, anualmente ou, pelo menos a cada três anos de acordo com o item 19 letras "h" e "k" do Anexo "A" da Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e suas alterações posteriores, em especial a Instrução MPS/Previc nº 15, de 12 de novembro de 2014. O resultado da reavaliação, positivo ou negativo, deverá ser contabilizado uma única vez em conta do respectivo ativo, em contra partida da conta de "Rendas/Variações Positivas" ou "Deduções/Variações Negativas", no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de emissão do respectivo laudo, no mesmo exercício social a que se referir.

► Operações com participantes

Os empréstimos concedidos aos participantes são apresentados pelos valores liberados, deduzidos das amortizações, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos, quando aplicável, da provisão para perdas na realização de créditos.

d. Provisão para perdas na realização de créditos

A entidade constituiu provisão para perdas na realização de créditos representados por direitos creditórios de liquidação incerta, de acordo com o disposto no

item 11, Anexo "A" da Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, que estabeleceu os seguintes percentuais de provisão sobre os créditos do devedor inadimplente, vencidos e vincendos, de acordo com os períodos de atraso da parcela mais antiga: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias, 50% entre 121 e 240 dias, 75% entre 241 e 360 dias e 100% para atrasos superiores a 360 dias.

e. Imobilizado e intangível

Os bens corpóreos são registrados ao valor de custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada.

Os direitos adquiridos relacionados ao apoio às atividades da ELETROS são contabilizados ao valor de custo, deduzidos da amortização acumulada, também calculada pelo método linear, durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A depreciação e a amortização são calculadas às seguintes taxas ao ano:

Móveis e utensílios	10% (dez por cento)
Máquinas e equipamentos de uso	10% (dez por cento)
Biblioteca	10% (dez por cento)
Computadores e periféricos – "Hardware"	20% (vinte por cento)
Direito de uso de software	20% (vinte por cento)

As benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros estão sendo amortizadas de acordo com a temporalidade que beneficiará os exercícios sociais subsequentes.

f. Provisão de férias e 13º salário e respectivos encargos

As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de férias e o 13º salário, são provisionados no PGA, segundo o regime de competência, acrescidos dos encargos sociais.

g. Ativos e Passivos Contingentes

Registra o montante das provisões em decorrência de ações judiciais passivas mantidas contra a Fundação.

A Provisão é ajustada através de informações jurídicas sobre o curso dessas ações, de acordo com a possibilidade de êxito.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, de 15 de setembro de 2009, conforme descrito abaixo:

Ativos contingentes (quando aplicável): trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco “Praticamente Certo”), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

Passivos contingentes: são registrados sempre que classificados como perdas prováveis, observando-se a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, com exceção dos processos trabalhistas, cuja provisão é constituída com base na perda histórica. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados apenas em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

Obrigações legais: originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade. Tais processos têm seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso. Os montantes discutidos são quantificados, registrados e atualizados mensalmente.

h. Provisões Matemáticas

São apuradas com base em cálculos atuariais, procedidos pelos atuários responsáveis pelos planos. Representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, relativos aos benefícios concedidos e a conceder ajustados a valor presente.

i. Superavit / Deficit Acumulados

Apurados pela diferença do Ativo Líquido, Provisões Matemáticas e Fundos Previdenciais. O Superavit é registrado em Reserva de Contingência até o limite de 25% em relação ao saldo das Provisões Matemáticas. O excedente é registrado em Reserva Especial para Revisão do Plano a cada exercício.

j. Estimativas Contábeis

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração utilize-se de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis.

Os principais itens de balanço sujeitos a essas estimativas incluem: a provisão para crédito de liquidação duvidosa, os valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões matemática; as provisões com demandas judiciais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Alta Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos por ocasião do Balanço. Entretanto, alguns valores efetivos dessas operações poderão divergir dos valores estimados, em face da subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

k. Plano de Gestão Administrativa

O registro contábil dos recursos destinados ao PGA, pelos Planos de Benefícios administrados pela Fundação, foi realizado de acordo com o Regulamento do Plano de Gestão Administrativa aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação.

As operações administrativas são registradas conforme Resoluções Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) nº 8, de 31 de outubro de 2011 e nº 29, de 31 de agosto de 2009 e Instrução Secretaria de Previdência Complementar (SPC) nº 34, de 24 de setembro de 2009, reconhecidas no PGA, que possui patrimônio segregado dos Planos de Benefícios Previdenciais.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas (Previdencial, Investimentos, Diretas e do Assistencial), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial, dos investimentos e do assisten-

cial, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas do Fundo Administrativo.

A parcela equivalente à participação dos Planos de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo no PGA foi registrada nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa", no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, nos respectivos Planos de Benefícios. O saldo do Fundo Administrativo é segregado por Planos de Benefícios Previdenciários, não caracterizando obrigações ou direitos aos Patrocinadores e Participantes dos planos.

I. Ajustes e Eliminações

Ao final de cada mês, a EFPC deve registrar nas contas "Participação no Plano de Gestão Administrativa, no Ativo, e "Participação no Fundo Administrativo do PGA", no Passivo, a parcela equivalente à participação do Plano de Benefícios Previdenciários no Fundo Administrativo registrado no PGA.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superavit Técnico", "Deficit Técnico", "Migração entre Planos", "Compensação de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa" e "Participação no Fundo Administrativo PGA".

Os ajustes e eliminações necessárias à consolidação das Demonstrações Contábeis e balancetes devem ser registrados em documentos auxiliares.

Contribuições contratadas

Representam as coberturas de reservas matemáticas já contratadas referentes aos planos BD Eletrobrás e CD Eletrobrás, e são devidas pela patrocinadora Cepel, conforme previsto no regulamento da entidade.

As contribuições contratadas em aberto em 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser assim demonstradas:

Contratos			Prazo	Parcelas (a)		Encargos	Valor		Exercício findo em		
	Firmados	Patrocinadora		Plano	Amortização		Quitadas	Vincendas	Contratado	Parcela	31.12.14
CF-015/06		CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	105	75	*INPC + 6% a.a.	2.774	36	2.323	2.466
CF-016-A/06		CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	117	63	*INPC + 6% a.a.	2.894	39	2.191	2.386
CF-017/A/06		CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	117	63	*INPC + 6% a.a.	12.764	172	9.661	10.522
CF-018/10		CEPEL	BD Eletrobrás	15 anos	59	121	*INPC + 5,5% a.a.	1.625	17	1.641	1.656
CF-022A/13		CEPEL	CD Eletrobrás	15 anos	24	156	**URE + 5,5% a.a.	798	7	814	805
								Total		16.630	17.835

(a) - Parcelas com vencimento no dia 28 de cada mês.

4. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contribuições do mês	1.342	519
Contribuições em atraso	288	3.341.429
Contribuições contratadas	16.630	69.035
Outros recursos a receber	618	13.978
Outros realizáveis	29.468	3.258.416
Depósitos judiciais/recursais	-	904.012
TOTAL	48.346	69.035

Contribuições do mês

Representam os recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais normais do mês em curso, prevista na avaliação atuarial anual.

Contribuições em atraso

Referem-se aos recursos a receber do plano BD Eletrobrás, referentes às contribuições previdenciais extraordinárias (equacionamento do déficit) dos participantes e da patrocinadora Eletrobras.

Garantias:

(a) Não possui garantia conforme Ofício nº 118/2006/MP/SE/DEST de 29 de março de 2006 do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais – DEST, que excluiu a cláusula de garantia real. Os referidos contratos foram encaminhados à Secretaria de Previdência Complementar - SPC.

*INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

** URE – Unidade de Referência da ELETROS.

Outros recursos a receber

Referem-se a valores a receber relativos aos contratos firmados com os participantes das patrocinadoras Eletrobras, Cepel e ELETROS, decorrentes do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC). As diferenças de contribuições devidas foram apuradas entre a remuneração recebida pelo participante e o limite vigente, retroativas a 36 (trinta e seis) meses, conforme firmado pelo participante no “Termo de Opção pelo Desbloqueio do SRC no Plano BD Eletrobrás”, de acordo com o art. 15 do regulamento do Plano fechado BD Eletrobrás.

Esses valores são atualizados pela variação da URE (Unidade de Referência da ELETROS), com juros de 0,5% ao mês, acrescidos de 0,16% ao mês referente à taxa prestamista, a qual visa garantir a quitação da dívida em caso de morte ou invalidez.

Os recursos a receber até 31 de dezembro de 2014 e 2013 podem ser resumidos como segue:

Participantes	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
ELETROBRAS	CD Eletrobras	326	918
CEPEL	CD Eletrobras	269	522
ELETROS	CD Eletrobras	23	69
Total		618	1.509

Outros realizáveis

Representam os recursos a receber das patrocinadoras, essencialmente da patrocinadora Eletrobras, referentes ao valor do ressarcimento relativo ao depósito judicial efetuado pela ELETROS, para garantir a execução do julgado ao processo trabalhista movido por ex-empregados da Eletrobras, cujo objetivo visou a integração dos valores recebidos a título de participação nos lucros nos direitos trabalhistas, com o conseqüente reflexo nas provisões matemáticas.

Depósitos judiciais / recursais

Representam os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências passivas previdenciais.

5. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Estão registrados os valores a receber inerentes às atividades da Gestão Administrativa da Fundação e os valores depositados em juízo relativo aos processos judiciais. Esses depósitos foram atualizados de acordo com os índices de atualização utilizada pela instituição financeira depositária.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são apresentado a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contas a receber	541	527
Responsabilidade de empregados	72	75
Responsabilidade de terceiros	142	132
Outros recursos a receber	327	320
Despesas Antecipadas	440	369
Depósitos Judiciais	11.530	7.724
Outros realizáveis	6.449	5.358
Valores a recuperar	435	640
Convênio com INSS	6.014	4.718
Total	18.960	13.978

6. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a carteira de investimentos consolidada apresentava a seguinte composição:

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Títulos públicos	1.218.973	904.012
Notas do Tesouro Nacional	1.217.927	904.012
Letras Financeiras do Tesouro	1.046	-
Créditos privados e depósitos	424.865	417.942
Letras hipotecárias	168.310	164.370
Letras financeiras	251.610	229.719
Debêntures	7.633	26.541
PDD	(2.688)	(2.688)
Ações	316.953	333.738
Instituições Financeiras	85.189	72.097
Companhias Abertas	231.764	261.641
Fundos de investimentos	1.085.986	1.229.378
Renda fixa	839.110	837.042
Ações	222.557	265.266
Multimercado	-	107.737
Direitos creditórios	15.022	15.013
Participações	9.297	4.320
Investimentos imobiliários	234.923	229.642
Aluguéis e renda	234.923	229.642
Empréstimos e financiamentos	139.167	134.510
Empréstimos	139.167	134.510
Depósitos judiciais/recursais	3.113	9.194
Total de Investimentos	3.423.980	3.258.416

Fundamentada no conservadorismo, a ELETROS mantém provisão de R\$ 2.688 mil em 2014 e 2013, para absorver possíveis perdas com investimentos em Debêntures da empresa Ferreira Guimarães, que vem apresentando patrimônio líquido negativo nos últimos anos.

Demonstrativo da Composição da Carteira de Investimentos por Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa (PGA):

EM 31.12.14							
Investimentos	BDELETROBRÁS	CD			CV EPE	PGA	Consolidado
		ELETROBRÁS	ONS	CERON			
Titulos Públicos	816.866	281.754	66.712	8.522	10.094	35.025	1.218.973
Créditos privados e depósitos	226.312	152.835	36.188	4.055	5.475	-	424.865
Ações	170.073	111.826	29.959	1.943	3.152	-	316.953
Fundos de investimentos	285.977	589.010	141.451	14.858	20.432	34.258	1.085.986
Investimentos imobiliários	170.414	64.509	-	-	-	-	234.923
Empréstimos e Financiamentos	84.855	43.532	10.780	-	-	-	139.167
Depósitos Judiciais	2.386	727	-	-	-	-	3.113
Total de Investimentos	1.756.883	1.244.193	285.090	29.378	39.153	69.283	3.423.980

EM 31.12.14							
Investimentos	BDELETROBRÁS	CD			CV EPE	PGA	Consolidado
		ELETROBRÁS	ONS	CERON			
Titulos Públicos	778.559	99.225	21.128	2.104	2.996	-	904.012
Créditos privados e depósitos	236.739	143.319	30.518	3.039	4.327	-	417.942
Ações	174.989	122.789	31.493	1.402	3.065	-	333.738
Fundos de investimentos	331.138	658.169	143.581	12.192	19.081	65.217	1.229.378
Investimentos imobiliários	166.551	63.047	-	-	-	44	229.642
Empréstimos e Financiamentos	84.359	40.692	9.459	-	-	-	134.510
Depósitos Judiciais	8.273	921	-	-	-	-	9.194
Total de Investimentos	1.780.608	1.128.162	236.179	18.737	29.469	65.261	3.258.416

6.1. Títulos Públicos e Créditos Privados e Depósitos

Os títulos e valores mobiliários foram classificados como "Títulos para negociação" estão avaliados pelo valor de mercado e os "Títulos Mantidos até o Vencimento" são avaliados pelo custo amortizado, pro rata dia até o vencimento.

Em observância ao Artigo 8º da Resolução CGPC nº4, de 30 de janeiro de 2002 estão indicados a seguir os valores dos títulos da carteira própria e os alocados em fundos de investimentos exclusivos, dos Planos de Benefícios e do PGA.

Demonstrativo, por prazo de vencimento, Consolidado dos Títulos Públicos e Privados:

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
Títulos e Valores Mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	9.035	114.964	691.378	815.377
NTN-C	-	128.588	-	273.962	402.550
LFT	-	1.046	-	-	1.046
Total de Títulos Públicos	-	138.669	114.964	965.340	1.218.973
Títulos Privados					
Debêntures	-	4.945	-	-	-
Letras Financeiras Subordinadas	-	251.610	-	-	-
Letras Hipotecárias	-	-	168.310	-	168.310
Total de Títulos Privados	-	256.555	168.310	-	424.865
Fundos de Investimentos	550.648	303.484	-	-	854.132
Total de Títulos	550.648	698.708	283.274	965.340	2.497.970

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
Títulos e Valores Mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	103.627	365.371	468.998
NTN-C	-	128.588	-	-	128.588
LFT	-	1.046	-	-	1.046
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	129.634	103.627	365.371	598.632
Títulos Privados					
Debêntures	-	4.945	-	-	4.945
Letras Financeiras Subordinadas	-	251.610	-	-	251.610
Letras Hipotecárias	-	-	168.310	-	168.310
Total de Títulos Privados	-	256.555	168.310	-	424.865
Fundos de Investimentos	550.648	303.484	-	-	854.132
Total de Títulos	550.648	689.673	271.937	365.371	1.877.629

6.1.1. Títulos para Negociação a) Consolidado

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
Títulos e Valores Mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	512.214	512.214
NTN-C	-	124.334	-	267.464	391.798
Total de Títulos Públicos	-	124.334	-	779.678	904.012
Títulos Privados					
Debêntures	18.696	-	-	5.157	23.853
Letras Financeiras Subordinadas	-	229.719	-	-	229.719
Letras Hipotecárias	-	-	164.370	-	164.370
Total de Títulos Privados	18.696	229.719	164.370	5.157	417.942
Fundos de Investimentos	788.424	-	-	171.368	959.792
Total de Títulos	807.120	354.053	164.370	956.203	2.281.746

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
Títulos e Valores Mobiliários	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	512.214	512.214
NTN-C	-	124.334	-	267.464	391.798
Total de Títulos Públicos	-	124.334	-	779.678	904.012
Títulos Privados					
Debêntures	18.696	-	-	5.157	23.853
Letras Financeiras Subordinadas	-	229.719	-	-	229.719
Letras Hipotecárias	-	-	164.370	-	164.370
Total de Títulos Privados	18.696	229.719	164.370	5.157	417.942
Fundos de Investimentos	788.424	-	-	171.368	959.792
Total de Títulos	807.120	354.053	164.370	956.203	2.281.746

b) Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos	-				
NTN-B	-	-	103.627	-	103.627
NTN-C	-	128.588	-	-	128.588
Total de Títulos Públicos	-	128.588	103.627	-	232.215
Títulos Privados					
Debêntures	-	4.945	-	-	4.945
Letras Financeiras Subordinadas	-	53.057	-	-	53.057
Letras Hipotecárias	-	-	168.310	-	168.310
Total de Títulos Privados	-	58.002	168.310	-	226.312
Fundos de Investimentos	90.547	68.642	-	-	159.189
Total de Títulos	90.547	255.232	271.937	-	617.716

d) Plano de Benefícios CD ONS

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos	-	-	-	66.712	66.712
NTN-B	-	128.588	-	66.712	66.712
Total de Títulos Públicos	-	128.588	103.627	-	232.215
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	36.188	-	-	36.188
Total de Títulos Privados	-	36.188	-	-	36.188
Fundos de Investimentos	79.168	41.247	-	-	120.415
Total de Títulos	79.168	77.435	-	66.712	223.315

c) Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos	-				
NTN-B	-	-	-	281.089	281.089
Total de Títulos Públicos			-	281.089	281.089
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	152.835	-	-	152.835
Total de Títulos Privados	-	152.835	-	-	152.835
Fundos de Investimentos	334.359	174.199	-	-	508.558
Total de Títulos	334.359	327.034	-	281.089	942.482

e) Plano de Benefícios CV EPE

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	10.094	10.094
Total de Títulos Públicos	-	-	-	10.094	10.094
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	5.475	-	-	5.475
Total de Títulos Privados	-	5.475	-	-	5.475
Fundos de Investimentos	11.978	6.241	-	-	18.219
Total de Títulos	11.978	11.716	-	10.094	33.788

f) Plano de Benefícios CD CERON

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	7.476	7.476
LFT	-	1.046	-	-	1.046
LTN	-	-	-	-	-
Total de Títulos Públicos	-	1.046	-	7.476	8.522
Títulos Privados					
Letras Financeiras Subordinadas	-	4.055	-	-	4.055
Total de Títulos Privados	-	4.055	-	-	4.055
Fundos de Investimentos	8.871	4.622	-	-	13.493
Total de Títulos	8.871	9.723	-	7.476	26.070

g) Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Valor de Mercado
Fundos de Investimentos	25.724	8.534	-	-	34.258
Total	25.724	8.534	-	-	34.258

6.1.2. Títulos Mantidos até o Vencimento

a) Consolidado

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	9.035	11.337	326.007	346.379
NTN-C	-	-	-	273.962	273.962
Total de Títulos Públicos	-	9.035	11.337	599.969	620.341

b) Plano de Benefícios BD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	310.388	310.388
NTN-C	-	-	-	273.962	273.962
Total de Títulos Públicos	-	-	-	584.350	584.350

c) Plano de Benefícios CD ELETROBRÁS

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Custo Amortizado
Títulos Públicos					
NTN-B	-	-	-	665	665
Total de Títulos Públicos	-	-	-	665	665

d) Plano de Gestão Administrativa (PGA)

Posição em 31.12.14					
Prazo de Vencimento					
	Até 1 ano	1 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Títulos Públicos					
NTN-B	-	9.035	11.337	14.654	35.026
Total de Títulos Públicos	-	9.035	11.337	14.654	35.026

6.2. Ações

a) Carteira Consolidada

Carteira de Ações	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Instituições Financeiras	84.486	71.480
Companhias Abertas	231.515	261.453
A Receber		
Dividendos	38	28
Juros sobre Capital Próprio	914	777
Ações	316.953	333.738

b) Carteira por Plano de Benefícios

Em 31.12.14						
Carteira de Ações	BDELETROBRÁS	CD			CV EPE	Consolidado
		ELETROBRÁS	ONS	CERON		
Instituições Financeiras	45.334	29.808	7.986	518	840	84.486
Companhias Abertas	124.228	81.682	21.883	1.420	2.302	231.515
A Receber						
Dividendos	20	13	3	-	-	36
Juros sobre Capital Próprio	491	323	87	5	10	916
Total de Ações	170.073	111.826	29.959	1.943	3.152	316.953

Em 31.12.13						
Carteira de Ações	BDELETROBRÁS	CD			CV EPE	Consolidado
		ELETROBRÁS	ONS	CERON		
Instituições Financeiras	37.479	26.299	6.745	300	657	71.480
Companhias Abertas	137.087	96.194	24.672	1.098	2.402	261.453
A Receber						
Dividendos	15	10	3	-	-	28
Juros sobre Capital Próprio	407	286	73	4	7	777
Total de Ações	174.988	122.789	31.493	1.402	3.066	333.738

6.3. Fundo de Investimentos

As aplicações efetuadas pelos planos em cotas de fundos de investimentos, exclusivos ou não, são atualizadas em função do valor da cota de fechamento divulgado pelos respectivos administradores. A variação da diferença entre os valores das cotas e o de mercado é apropriada ao resultado.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Fundo de Renda Fixa	839.109	837.041
Alfa Itaipava FIM Crédito Privado	335.013	287.744
FIM Votorantim Geribá Multimercado	209.998	285.490
Bradesco FIM Ipanema Crédito Privado	294.098	263.807
Fundo de Ações	222.557	265.267
Bradesco FIA IBRX Ativo Leblon	37.146	94.519
GAP Arpoador IBRX Ativo FIA	140.412	121.725
FIA Leme	20.517	22.121
Pontal FIC FIA	24.482	26.902
Fundo Multimercado	-	107.737
Búzios FIM	-	107.737
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	15.022	15.013
FIDC IN BA IN PE SN2	15.022	15.013
Fundo de Investimento em Participações	9.298	4.320
Mellon GTP FIP	4.423	4.320
Hamilton LN FICFIP	4.875	-
Total	1.085.986	1.229.378

6.4. Investimentos Imobiliários

Imóveis	Reavaliação	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
Localização			
Uso próprio:		8.107	8.255
Rua Uruguaiana nº 174 – RJ (Edifício Metropolitan Center)	Dezembro/2012	8.107	8.255
Locados às patrocinadoras:		91.220	83.920
Avenida Presidente Vargas nº 409 - RJ (Edifício Herm Stoltz)	Dezembro/2014	73.600	66.614
Avenida Marechal Floriano nº 19 - RJ (Edifício Vital Brazil)	Dezembro/2014	11.020	11.251
Avenida Presidente Vargas nº 417 - RJ (Edifício Central)	Dezembro/2014	6.600	6.055
Locados a terceiros:		132.912	134.846
Avenida Presidente Vargas nº 642 - RJ (Edifício Belacap)	Dezembro/2014	71.200	72.015
Rua da Quitanda nº 196 - RJ (Edifício Mário Bhering)	Dezembro/2012	61.712	62.831
Valores a receber		2.684	2.621
Total		234.923	229.642

6.4.1. Reavaliação de Imóveis

A Entidade promoveu a avaliação de 69,94% de sua carteira imobiliária, em 01 de dezembro de 2014, com exceção dos imóveis do Edifício Metropolitan Center e do Edifício Mário Bhering, pela empresa CCA - Câmara de Consultores Associados, cujos laudos técnicos foram elaborados observando as normas legais aplicáveis.

O resultado positivo das reavaliações possibilitou um acréscimo patrimonial no montante líquido de R\$ 10.357 mil registrado no fluxo dos investimentos.

Imóveis Reavaliados	Valor Reavaliado	Exercício findo em		Empresa Avaliadora	Vida útil Remanescente
		Valor Contábil	Ajuste		
Locados às patrocinadoras					
Edifício Vital Brazil					
Av. Marechal Floriano, 19	11.020	10.983	37	CCA	30 anos
Edifício Herm Stoltz					
Av. Presidente Vargas, 409	73.600	65.219	8.381	CCA	30 anos
Edifício Central					
Av. Presidente Vargas, 417	6.600	5.912	688	CCA	30 anos
Total	91.220	82.114	9.106		
Locados a terceiros					
Edifício Belacap					
Av. Presidente Vargas, 642	71.200	69.949	1.251	CCA	25 anos
Total	71.200	69.949	1.251		
Total Imóveis Reavaliados	162.420	152.063	10.357		
CCA - Câmara de Consultores Associados					

7. REALIZÁVEL - GESTÃO ASSISTENCIAL

Registra as atividades de controle das contribuições e dos benefícios, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza assistencial.

Os planos assistenciais à saúde, com registro e em situação ativa na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS mantêm sua contabilidade segregada dos planos de benefícios.

Desta forma, a transparência, a identificação e a independência do patrimônio são mantidas, conforme determinação normativa do agente regulador, bem como o desdobramento analítico das contas, de acordo com a planificação contábil estabelecida pela ANS.

8. EXIGÍVEL OPERACIONAL - GESTÃO PREVIDENCIAL

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a gestão previdencial pode ser assim resumida:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contas a pagar	668	310
IRRF a recolher	4.525	3.643
Retenções a recolher	2	2
Outras exigibilidades	2.873	2.837
Total	8.068	6.792

9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

9.1. Contingências – Perda Provável

As provisões decorrentes dos processos com chance de perda provável estão apresentadas no quadro a seguir, o qual demonstra a composição das provisões contingenciais. Essas provisões registram ocorrências de fatos que serão objeto de decisões e que, provavelmente, irão gerar desembolsos futuros, e estão compostas por contingências de natureza previdencial, trabalhista, cível e fiscal.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Gestão Previdencial	468	22.513
Aposentadorias	-	20.186
Outros processos	468	1.191
Processos Trabalhistas	-	1.136
Gestão Administrativa	11.421	7.992
Contingências Tributárias	11.386	7.855
Reclamações Trabalhistas	-	7
Outros processos	35	130
Investimentos	3.121	9.194
IOF	-	4.820
IPTU	-	796
Tributárias IN SRF 170	2.667	2.557
RET	454	915
Outros processos	-	106
Total	15.010	39.699

9.1.2. Contingências da Gestão Previdencial

De acordo com orientações dos advogados da ELETROS e também considerando a análise detalhada dos processos ativos realizada pela divisão jurídica da ELETROS, foram constituídas provisões relativas aos processos judiciais movidos por participantes assistidos contra a ELETROS.

9.1.3. Contingências da Gestão Administrativa

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências tributárias e cíveis.

9.1.4. Contingências de Investimentos

Referem-se a provisões destinadas a cobrir eventuais perdas com contingências relacionadas principalmente a PIS, COFINS e RET.

10. PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

10.1. Passivos Contingentes

Os processos com probabilidade de perda possível representam o montante de R\$ 480 mil e envolvem discussões fiscais, administrativas, ações judiciais de natureza previdencial, trabalhista e cível.

10.2. Ativo Contingente - OFND

Ação ordinária ajuizada pela ABRAPP em face do Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND, do BNDES e da União Federal. A ação objetiva o refazimento dos cálculos relacionados à atualização do valor das OFND e, conseqüentemente, dos respectivos rendimentos. Propõe-se a adoção do IPC, em vez do BTN, correspondente ao período de abril de 1990 a fevereiro de 1991. O trânsito em julgado do mérito ocorreu em 28/09/2008 e o processo entrou na fase de execução. Em 18/05/2012, a execução foi suspensa em função da Ação Rescisória interposta pela União Federal em face da ABRAPP. Embasada na opinião dos assessores jurídicos, classificou a probabilidade de êxito como “provável” e não como “praticamente certo”, em função de não existir uma data prevista para o seu recebimento e que a mensuração dos valores ainda vai ser alvo de discussão entre as partes.

11. PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas foram constituídas com base em cálculos elaborados por atuários responsáveis pelos planos.

11.1. Benefícios concedidos

Registram a totalidade dos recursos efetivamente acumulados pelos assistidos em gozo de benefício de prestação continuada, deduzidos das contribuições a receber dos beneficiados, no caso do plano de benefício definido.

11.2. Benefícios a conceder

Registram o valor atual dos compromissos correspondentes aos benefícios a conceder, deduzidos das correspondentes contribuições a receber, no caso do plano de benefício definido.

11.3. Provisões matemáticas a constituir/(-) Serviço passado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes a serviço passado das patrocinadoras. Com a seguinte composição:

- ▶ Patrocinadora Eletrobras

Serviço Passado correspondente à parcela do valor presente dos benefícios já concedidos, após o fechamento do Plano BD Eletrobrás à novas adesões, não coberta pelo patrimônio garantidor.

- ▶ Operações não contratadas
Referem-se a:

- » **Aporte de reservas do desbloqueio do SRC**

Representam os recursos a receber da patrocinadora ELETROS, de R\$ 23 mil em 2014 (R\$ 84 mil em 2013), referentes a aportes de reservas originárias do desbloqueio do Salário Real de Contribuição (SRC), dos participantes, empregados da ELETROS, que optaram pela migração ao Plano Previdenciário de Contribuição Definida até junho de 2008.

Em 2010, as patrocinadoras Eletrobras e Cepel efetuaram integralmente o pagamento dos valores provisionados.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS, a dívida da patrocinadora ELETROS teve o seguinte tratamento:

(a) A parcela correspondente à provisão matemática do SRC foi quitada em 2010;

(b) O participante da ELETROS teve a opção de parcelar o pagamento das contribuições devidas decorrentes do desbloqueio do SRC; e

(c) A patrocinadora ELETROS vem contribuindo paritariamente junto com o participante.

- » **Aporte de reservas de aposentadorias especiais**

Estão em processo de cobrança ou de contratação com as patrocinadoras e referem-se, essencialmente, a aportes de reservas destinadas a aposentadorias especiais, no montante de R\$ 12.769 mil em 2014 (R\$ 17.686 mil em 2013). Distribuídos da seguinte forma:

Participantes	Plano de Benefícios	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
ELETOBRAS	BD	5.029	4.485
ELETOBRAS	CD	760	549
CEPEL	BD	276	316
CEPEL	CD	6.704	12.336
Total		12.769	17.686

11.4. Provisões matemáticas a constituir/(-) Déficit equacionado

Registram o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referente à Déficit Técnico do Plano BD Eletrobrás no montante de R\$ 109.968 mil em 2014 (R\$ 37.547 mil em 2013), equacionado paritariamente, pelos patrocinadores, participantes e assistidos, através de contribuições extraordinárias, determinadas por avaliação atuarial. Dos R\$ 109.968 mil, temos que:

- ▶ R\$ 38.954 mil são referentes ao déficit apurado no exercício de 2011, que já vem sendo equacionado;
- ▶ R\$ 71.014 mil são referentes ao déficit apurado no exercício de 2013, que teve seu Plano de Equacionamento elaborado ao longo do exercício de 2014, com pagamentos a serem iniciados em 2015.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as provisões matemáticas possuíam a seguinte composição consolidada:

Provisões Matemáticas	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Benefícios concedidos	2.850.028	2.462.433
Contribuição definida	469.751	366.817
Benefício definido	2.380.277	2.095.616
Benefícios a conceder	1.071.309	1.066.707
Contribuição definida	808.961	715.079
Benefício definido	262.348	351.628
Provisões matemáticas a constituir	(363.007)	(138.424)
(-) Serviço passado	(253.039)	(100.877)
Patrocinadora Eletrobras	(246.036)	(83.107)
Operações não contratadas	(7.003)	(17.770)
(-) Déficit equacionado	(109.968)	(37.547)
Total	3.558.330	3.390.716

11.5. Premissas atuariais por plano de benefícios:

As premissas e hipóteses atuariais estão adequadas aos normativos legais, inclusive com a Resolução CNPC nº 9, de 29/11/2012, publicada no Diário Oficial em 23/01/2013.

	PLANO BD ELETOBRÁS	
	31.12.14	31.12.13
Taxa real anual de Juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de Rotatividade (Ativos)	Nula	Nula
Taxa de Crescimento Salarial (Ativos)	1,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa de Crescimento de Benefícios (Assistidos)	0,00% a.a.	0,0% a.a.
Capacidade Salarial	97%	100%
Capacidade de Benefício	97%	97%
Tábua Geral	AT 2000 Básica-M&F	AT-2000 Basic Masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Light Fracas	IAPB-57
Tábua Sobrevida de Inválidos	RRB-1983	IAPB-57
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Experiência ELETROS Ajustada (**)

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 95% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

(**) Calculamos axH(12) considerando o valor do encargo médio de pensão por morte, para falecimento de todos os titulares, participantes ativos e assistidos, obtendo valores ajustados e projetados para todas as idades dos respectivos titulares.

11.6. Composição das Provisões Matemáticas

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisões Matemáticas	1.984.546	2.008.256
Benefícios concedidos	2.164.716	1.877.790
Benefício definido	2.164.716	1.877.790
Benefício a conceder	175.351	255.920
Benefício definido	175.351	255.920
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(355.521)	(125.454)
(-) Serviço passado	(245.553)	(87.907)
(-) Patrocinadoras	(245.553)	(87.907)
Atividade Especial	(5.306)	(4.801)
Artigo 61	(82.920)	(83.106)
Artigo 61 Adicional 2013	(157.327)	-
(-) Déficit equacionado	(109.968)	(37.547)
(-) Déficit Equacionado 2011	(38.954)	(37.547)
(-) Patrocinador(es)	(19.477)	(18.774)
(-) Participantes	(9.566)	(9.219)
(-) Assistidos	(9.911)	(9.554)
(-) Déficit Equacionado - Equacionamento 2013	(71.014)	-
(-) Patrocinador(es)	(31.559)	-
(-) Participantes	(16.950)	-
(-) Assistidos	(22.505)	-
Equilíbrio Técnico	(194.947)	(203.545)
Resultados Realizados	(194.947)	(203.545)
(-) Déficit técnico acumulado	(194.947)	(203.545)

O resultado apresentado, Déficit Técnico, foi de R\$ 194.947 mil, correspondente a 9,82% das provisões matemáticas.

O artigo 28 da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 13/2013, estabelece que, em caso de déficit inferior a 10% das provisões matemáticas, o resultado deficitário apurado no terceiro ano consecutivo

deverá ser equacionado com base em plano de equacionamento de déficit.

A ELETROS optou pelo diferimento do equacionamento desse déficit apurado em 31 de dezembro de 2014.

As principais causas do déficit foram o patrimônio do plano não ter alcançado, no exercício de 2014, a meta atuarial (INPC + 5,5%), as alterações em 2014 das hipóteses atuariais e o diferimento do equacionamento do déficit de 2013.

As diretrizes do equacionamento do déficit de 2013 estão dispostas no Plano de Equacionamento de 2013, aprovado pelo Conselho Deliberativo, na 261ª Reunião, em 17 de outubro de 2014. O Déficit de 2013 foi parcialmente custeado com contribuições extraordinárias.

O valor da Provisão Matemática a Constituir – Serviço Passado – Artigo 61, de R\$ 82.920 mil corresponde aos compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás e no Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a ELETROS. O referido termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). A reavaliação deste valor, conforme Plano de Equacionamento do Déficit de 31 de dezembro de 2013, atualizado para 31 de dezembro de 2014, resultou no valor adicional de R\$ 157.327 mil. Este valor foi apurado de acordo com a mesma metodologia considerada na segregação do Déficit do Artigo 61 original, ou seja, pela proporção da dívida relativa aos assistidos amparados pelo artigo 61 em relação ao total das provisões matemáticas a constituir (líquido das dívidas não contratadas). Esse percentual foi aplicado sobre o valor do déficit técnico acumulado total de 31 de dezembro de 2013, atualizado para 31 de dezembro de 2014, para apurar o valor adicional que será amortizado pela Eletrobras.

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras, o Déficit Equacionado de 2011 e de 2013 são de responsabilidade da Eletrobras, ELETROS, Participantes e Assistidos não amparados no Artigo 61 Adicional. As contribuições extraordinárias para a amortização das Provisões Matemáticas a Constituir, a vigorar a partir de janeiro de 2015.

Contribuições Extraordinárias Anuais	R\$ mil	Em % da folha de salário real de contribuição	Prazo (anos) a partir de 01/01/2015
Serviço Passado - Eletrobras			
Artigo 61	18.945	75,30%	5 anos
Artigo 61 Adicional 2013	15.332	60,94%	14 anos e 11 meses
Déficit Equacionado 2011			
Patrocinadoras	4.450	17,69%	5 anos
Participantes ativos	2.186	8,69%	5 anos
Assistidos – não amparados Artigo 61	743	2,57%	23 anos e 6 meses
Déficit Equacionado Adicional 2013			
Patrocinadoras – referente aos assistidos	1.361	4,75%	23 anos e 1 mês
Patrocinadoras – referente aos participantes ativos	2.016	7,03%	8 anos e 4 meses
Participantes ativos	2.520	8,79%	8 anos e 4 meses
Assistidos – não amparados Artigo 61	1.702	7,45%	23 anos e 1 mês

PLANO CD ELETROBRÁS		
	31.12.14	31.12.13
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Light Fraca
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Família Real (*)	Família Real

(*) Para os ativos adota-se hipótese de que 85% dos participantes são casados e que as mulheres são 4 anos mais jovens que os homens. Para os assistidos é adotada a composição familiar real declarada pelo mesmo.

OBS 1: No BPDS o Reajuste dos Benefícios se dá pelo Indexador Atuarial do Plano - IAP, definido no Artigo 50 - XXVI, atualmente o INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem. O reajuste dos benefícios dos demais aposentados se dá pelo recálculo anual.

OBS 2: Taxa de juros de 5,5% para o cálculo do passivo atuarial do BPDS – Benefício Proporcional Diferido Saldado.

OBS 3: Relativamente ao benefício do BPDS, os beneficiários dos participantes que optaram por este benefício serão os mesmos reconhecidos pela Previdência Oficial.

11.7. Composição das Provisões Matemáticas

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisões Matemáticas	1.228.215	1.104.763
Benefícios concedidos	657.078	562.778
Contribuição definida	441.517	347.321
Benefício definido	215.561	215.457
Benefício a conceder	578.624	554.955
Contribuição definida	491.626	459.247
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	314.002	306.202
Saldo de contas - parcela participantes	177.624	153.045
Benefício definido	86.998	95.708
(-) Provisões Matemáticas a constituir	(7.487)	(12.970)
(-) Serviço passado	(7.487)	(12.970)
(-) Patrocinadoras	(7.487)	(12.970)
Equilíbrio Técnico	(4.432)	4.455
Resultados Realizados	(4.432)	4.455
Superávit técnico acumulado	-	4.455
Reserva de contingência	-	4.455
(-) Déficit técnico acumulado	(4.432)	-

PLANO CD ONS		
	31.12.14	31.12.13
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Light Fraca
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

11.8. Composição das Provisões Matemáticas

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisões Matemáticas	281.169	232.470
Benefícios concedidos	27.693	21.585
Contribuição definida	27.693	19.216
Benefício definido	-	2.369
Benefício a conceder	253.476	210.885
Contribuição definida	253.476	210.885
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	114.040	94.700
Saldo de contas - parcela participantes	139.436	116.185

Plano CV EPE		
	31.12.14	31.12.13
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Light Fraca
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	(*)	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

11.9. Composição das Provisões Matemáticas

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisões Matemáticas	36.959	27.652
Benefícios concedidos	-	-
Contribuição definida	-	-
Benefício a conceder	36.959	27.652
Contribuição definida	36.959	27.652
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	17.013	12.909
Saldo de contas - parcela participantes	19.946	14.743

Plano CD CERON		
	31.12.14	31.12.13
Taxa Real Anual de Juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Tábua Geral	AT 2000 Básica - M&F	AT 2000 Básica (M)
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana	Light Fraca
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT 49	AT 49
Hipótese sobre Composição Familiar	Não Aplicável	(*)

(*) Será utilizada a estrutura de beneficiários definida pelos participantes.

11.10. Composição das Provisões Matemáticas

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisões Matemáticas	27.440	17.575
Benefícios concedidos	540	280
Contribuição definida	540	280
Benefício a conceder	26.900	17.295
Contribuição definida	26.900	17.295
Saldo de contas - parcela patrocinadora/instituidor	13.368	8.631
Saldo de contas - parcela participantes	13.532	8.664

12. FUNDOS

12.1. Fundos Previdenciais

São constituídos de acordo com a nota técnica atuarial de cada plano de benefício previdencial e podem ser assim resumidos:

Fundos Previdenciais	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Fundo de risco	24.136	23.164
Fundo de transição	698	661
TOTAL	24.834	23.825

► Fundo de Risco

Representa o somatório dos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desse risco, conforme o caso. Nessa conta são lançados também o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de Patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. O saldo do fundo de risco está composto como segue:

Plano de Benefícios	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
CD ELETROBRÁS	17.837	17.800
CD ONS	2.736	2.823
CV EPE	1.985	1.700
CD CERON	1.578	841
TOTAL	24.136	23.164

► Fundo de Transição

Representa o somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão. A reversão desse fundo ocorre quando o herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

12.2. Fundo da Gestão Administrativa

O Fundo da Gestão Administrativa se destina a cobrir os gastos relativos ao custeio administrativo da ELETROS sendo constituído pela diferença entre as receitas (taxas de administração do ativo, taxas de carregamento previdencial, ressarcimentos de despesas operacionais e outras receitas) e as despesas administrativas.

Da rentabilidade auferida pelo fundo administrativo do PGA, no valor de R\$ 7.470 mil em 2014 (R\$ 5.062 mil em 2013) foram usados no custeio R\$ 2.957 mil em 2014 (R\$ 3.122 mil em 2013), o que permitiu que o valor remanescente fosse transferido para reforço do saldo do fundo, que atingiu em 31 de dezembro o montante de R\$ 71.167 mil em 2014 (R\$ 66.654 mil em 2013).

As despesas administrativas da ELETROS no exercício de 2014 e 2013 foram rateadas a partir da ponderação do tempo médio anual de alocação dos empregados nas gestões e o custo médio de cada área.

12.3. Fundo dos Investimentos

O Fundo dos Investimentos, denominado fundo garantidor de empréstimos é constituído para fazer face à quitação dos empréstimos concedidos aos participantes na eventualidade de seu falecimento. O montante desse fundo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 7.574 mil (R\$ 8.205 mil em 2013).

13. DETALHAMENTO DOS SALDOS DAS RUBRICAS CONTÁBEIS COM A DENOMINAÇÃO "OUTROS"

Composição dos registros contábeis relativos aos saldos das rubricas com a denominação "Outros(as)", que ultrapassaram, em 31 de dezembro de 2014 e 2013, no total, um décimo do valor do respectivo grupo de contas:

13.1. Realizável - Gestão Previdencial

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Outros recursos a receber	618	1.509
Contribuições Contratadas participantes	618	1.509
Outros realizáveis	29.468	26.145
Valores a receber das patrocinadoras	28.593	26.059
Outros valores a receber	875	86
TOTAL	30.086	27.654

13.2 Realizável - Gestão Administrativa

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Outros recursos a receber	327	320
Reembolso das despesas administrativas do Plano Eletros-Saúde	244	60
Outros valores a receber	83	260
Outros realizáveis	6.449	5.358
Convênio de interveniência com o INSS	4.955	4.476
Valores a receber dos assistidos	320	525
Valores a receber referente ao seguro Plasas	1.011	241
Outros valores a receber	163	116
TOTAL	6.776	5.678

13.3. Realizável - Gestão Previdencial

Outras Exigibilidades	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Recursos da patrocinadora Eletrobras	2.873	2.837
TOTAL	2.873	2.837

13.4 Realizável – Gestão Administrativa

Outras Exigibilidades	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Valores referentes a seguros a pagar	1.213	1.160
Valores referentes a convênios com as patrocinadoras	448	756
Outros	495	101
TOTAL	2.156	2.017

14. OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 Ajustes na Precificação de Ativos

Com a divulgação das Resoluções CNPC nº 15 e nº 16, ambas de 19 de novembro de 2014, com adoção facultativa em 2014 e obrigatória a partir de 2015 a Previc divulgou a Instrução nº 19, de 05 de fevereiro de 2015 contemplando as seguintes abordagens: duração do passivo, taxa de juros parâmetro e o ajuste de precificação de ativos.

Complementando as regras contidas na Resolução nº 16/2014, a Instrução nº 19/2015 dispõe sobre os critérios a serem seguidos pelas EFPC para a realização

de precificação de ativo, para os títulos que estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento.

Considerando que a Fundação optou em adotar as novas regras em 2015, para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás, com o objetivo de dar transparência ao ajuste de precificação, demonstramos:

AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO							
NTN-B							
Vencido	Qtdes	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,50%	Valor Curva 5,50%	Diferença
15/08/40	55.099	6,4900	2,4194	133.307	2,7363	150.767	17.460
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
15/08/50	5.700	6,5181	2,3938	13.645	2,7611	15.738	2.093
TOTAL	129.199	6,5161		310.689		355.361	44.672

NTN-C							
Vencido	Qtdes	Taxa	PU Curva do Papel	Valor Curva	PU Curva 5,50%	Valor Curva 5,50%	Diferença
01/01/31	30.338	6,1587	4,9501	150.176	5,2333	158.767	8.591
01/01/31	17.007	6,1587	4,9501	84.186	5,2333	89.002	4.816
01/01/31	8.000	6,1587	4,9501	39.601	5,2333	41.866	2.265
	55.345	6,1587		273.962		289.635	15.673
TOTAL	184.544	6,4530		584.651		644.996	60.345

Como o resultado do ajuste de precificação do Plano BD Eletrobrás foi positivo e será acrescido na apuração do resultado do plano para fins de equacionamento de déficit de acordo com o Artigo 28-A, da Resolução nº 16/2014.

	BD ELETROBRÁS
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31.12.14
a) Resultado Realizado	(194.947)
a.2) (-) Déficit Técnico Acumulado	(194.947)
b) Ajuste de Precificação	60.345
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	(134.602)

15. APRESENTAÇÃO DOS EFEITOS DAS CONSOLIDAÇÕES

Consolidação de Balancetes									
EM 31.12.14									
Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo
	BD	CD	PGA	CV EPE	CD ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	12	21	713	9	10	4	-	-	769
Realizável	1.851.775	1.266.109	88.293	39.410	286.663	30.253	-	71.217	3.491.286
Gestão Previdencial	46.878	1.469	-	-	-	-	-	-	48.346
Gestão Administrativa	48.015	20.447	19.009	257	1.572	875	-	71.217	18.958
Investimentos	1.756.882	1.244.193	69.284	39.153	285.091	29.378	-	-	3.423.980
Permanente	-	-	1.160	-	-	-	-	-	1.160
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	12.344
Total do Ativo	1.851.787	1.266.130	90.166	39.419	286.673	30.257	-	71.217	3.505.559
Exigível Operacional	6.450	1.008	7.578	110	437	145	51	-	15.677
Gestão Previdencial	6.431	997	-	110	435	145	51	-	8.067
Gestão Administrativa	-	-	7.577	-	-	-	-	-	7.577
Investimentos	19	11	1	-	2	-	-	-	33
Exigível Contingencial	2.860	730	11.421	-	-	-	-	-	15.011
Gestão Previdencial	468	-	-	-	-	-	-	-	468
Gestão Administrativa	-	730	11.421	-	-	-	-	-	12.151
Investimentos	2.392	-	-	-	-	-	-	-	2.392
Patrimônio Social	1.842.477	1.264.392	71.167	39.309	286.236	30.112	71.166	-	3.462.527
Patrimônio de Cobertura	1.789.599	1.223.783	-	36.959	281.170	27.440	-	-	3.358.951
Fundos	52.878	40.609	71.167	2.350	5.066	2.672	71.166	-	103.576
Previdenciais	-	17.926	-	2.093	3.019	1.797	-	-	24.835
Administrativos	48.015	20.447	71.167	257	1.572	875	71.166	-	71.167
Investimentos	4.863	2.236	-	-	475	-	-	-	7.574
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	12.344
Total do Passivo	1.851.787	1.266.130	90.166	39.419	286.673	30.257	71.217	-	3.505.559

Consolidação de Balancetes									
EM 31.12.13									
Grupos de Contas	Plano						Eliminação de Consolidação		Saldo
	BD	CD	PGA	CV EPE	CD ONS	CERON	Débito	Crédito	
Disponível	10	20	459	10	10	10	-	-	519
Realizável	1.893.208	1.149.533	79.308	29.615	237.122	19.366	-	66.723	3.341.429
Gestão Previdencial	66.727	2.308	-	-	-	-	-	-	69.035
Gestão Administrativa	45.873	19.063	14.047	146	943	629	-	66.723	13.978
Investimentos	1.780.608	1.128.162	65.261	29.469	236.179	18.737	-	-	3.258.416
Permanente	-	-	1.900	-	-	-	-	-	1.900
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	17.023
Total do Ativo	1.893.218	1.149.553	81.667	29.625	237.132	19.376	-	66.723	3.360.871
Exigível Operacional	6.037	517	7.021	43	211	80	69	-	13.840
Gestão Previdencial	6.016	512	-	43	210	80	69	-	6.792
Gestão Administrativa	-	-	7.021	-	-	-	-	-	7.021
Investimentos	21	5	-	-	1	-	-	-	27
Exigível Contingencial	30.786	921	7.992	-	-	-	-	-	39.699
Gestão Previdencial	22.513	-	-	-	-	-	-	-	22.513
Gestão Administrativa	-	-	7.992	-	-	-	-	-	7.992
Investimentos	8.273	921	-	-	-	-	-	-	9.194
Patrimônio Social	1.856.395	1.148.115	66.654	29.582	236.921	19.296	66.654	-	3.290.309
Patrimônio de Cobertura	1.804.711	1.109.217	-	27.652	232.470	17.575	-	-	3.191.625
Fundos	51.684	38.898	66.654	1.930	4.451	1.721	66.654	-	98.684
Previdenciais	-	17.868	-	1.784	3.081	1.092	-	-	23.825
Administrativos	45.873	19.063	66.654	146	943	629	66.654	-	66.654
Investimentos	5.811	1.967	-	-	427	-	-	-	8.205
Gestão Assistencial	-	-	-	-	-	-	-	-	17.023
Total do Passivo	1.893.218	1.149.553	81.667	29.625	237.132	19.376	66.723	-	3.360.871

DIRETORIA EXECUTIVA


Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente


Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários


Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho
Diretor Financeiro

CONTADOR RESPONSÁVEL


Cleber Leal
Contador CRC/RJ - 62.288/O-3

[CAPÍTULO 6] PARECERES

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação Eletrobras de Seguridade Social - ELETROS, abaixo assinados, usando das atribuições que lhes confere o Estatuto da Entidade, após exame que fizeram nas Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais por Plano de Benefício, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e os Pareceres da Fernando Motta & Associados Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e, tendo apreciado, ao longo do exercício, os balancetes e os acompanhamentos orçamentários mensais da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, bem como embasados nos pareceres atuariais emitidos pela TOWERS WATSON CONSULTORIA LTDA. sobre o Plano de Benefício Definido ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - BD ELETROBRÁS; pelo Atuário Bruno Sardinha Lopes sobre o Plano de Contribuição Definida ELETROBRÁS, CEPEL e ELETROS - CD ELETROBRÁS, sobre o Plano de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD ONS, sobre o Plano de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV EPE e sobre o Plano de Contribuição Definida das Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CD CERON são de parecer que as aludidas peças representam a posição econômico-financeira da ELETROS e do Plano Assistencial à Saúde - ELETROS-SAÚDE, naquela data.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2015.

Orsino Borges de Oliveira Filho

Presidente do Conselho Fiscal da ELETROS

Paulo Sergio Petis Fernandes

Marcio Kennedy de Almeida

Eleilson Santos Costa

RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DE 25/03/2015 TOMADAS NA 268ª REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DA ELETROS - CDE:

"1) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS POR PLANO DE BENEFÍCIOS EM 31/12/2014, DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2014 DO PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DA ELETROS (ELETROS-SAÚDE - GESTÃO ASSISTENCIAL) E RESPECTIVOS RELATÓRIOS (PARECERES) DE AUDITORIA INDEPENDENTE (FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS), INSTRUÍDOS COM O PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ELETROS - CFE

► **Deliberação - O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, à unanimidade dos presentes, com base na Proposta da Diretoria Executiva nº 005, de 12/03/2015, e após ter apreciado os Relatórios da empresa de Auditoria Independente sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2014 e o Parecer do Conselho Fiscal, aprovou as Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais por Plano de Benefícios da ELETROS referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, bem como as Demonstrações Contábeis do Plano de Assistência à Saúde da ELETROS (ELETROS-Saúde), referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, determinando que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, e à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e a informação disponibilizada aos participantes e assistidos na forma da legislação vigente.**

2) DEMONSTRAÇÕES ATUARIAIS (RESULTADO DAS AVALIAÇÕES ATUARIAIS) EM 31/12/2014 E PLANOS DE CUSTEIO COM INÍCIO DE VIGÊNCIA A PARTIR DE 01/04/2015 DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELA ELETROS: BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) - Eletrobrás, CEPEL E ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) Eletrobrás, CEPEL,

ELETROS, DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) ONS, DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL (CV) EPE, PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA (CD) CERON E RESPECTIVOS PARECERES ATUARIAIS, PARA EMISSÃO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL.

► **Deliberação 1:** O Conselho Deliberativo da ELETROS – CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 006, de 12/03/2015 e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios BD - Eletrobras / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2014, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2015, proferido pela empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD.

► **Deliberação 2:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 006, de 12/03/2015 e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios CD - Eletrobras / Cepel / ELETROS, referente ao exercício de 2014, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2015, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - Eletrobras / Cepel / ELETROS.

► **Deliberação 3:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 006, de 12/03/2015 e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida do Operador Nacional do Sistema Elétrico - CD - ONS, referente ao exercício de 2014, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2015, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD - ONS.

► **Deliberação 4:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 006, de 12/03/2015 e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou a Demonstração Atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Variável da Empresa de Pesquisa Energética - CV - EPE, referente ao exercício de 2014, que contempla as premissas demográficas, financeiras

e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2015, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CV – EPE.

► **Deliberação 5:** O Conselho Deliberativo da ELETROS - CDE, considerando a Proposta da Diretoria Executiva nº 006, de 12/03/2015 e o Parecer do Conselho Fiscal da ELETROS, à unanimidade dos presentes, aprovou o resultado da avaliação atuarial do Plano de Benefícios de Contribuição Definida da Centrais Elétricas de Rondônia S/A -CD - CERON, referente ao exercício de 2015, que contempla as premissas demográficas, financeiras e atuariais, o Plano de Custeio e respectivo Parecer, a vigorar a partir de abril/2015, proferido pelo atuário responsável pela avaliação atuarial do Plano CD – CERON.

Determinou que tais documentos sejam encaminhados à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, e a informação disponibilizada aos participantes na forma da legislação vigente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião, solicitando a mim, Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira, que a secretariei, que lavrasse a presente ata, a qual lida e achada conforme, é assinada, no mínimo, pela maioria dos membros presentes na ocasião, e por mim que a redigi.”

Rodrigo Madeira Henrique de Araujo
Presidente

Alice Valderez de Andrade Salomão
Cleber Villa Verde
Pedro Paulo da Cunha
Rosane Barboza da Silva
Sergio Bondarovsky

Malba Patricia Herbene da Cunha Palhano Teixeira
Secretária-Geral Assessoria aos Órgãos Estatutários

PARECERES ATUARIAIS

► Plano BD Eletrobrás

Para fins de avaliação atuarial referente ao exercício de 2014 do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, administrado pela ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 31/07/2014.

As empresas patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás são: CEPEL – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica, ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social e Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras SA.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2014.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da ELETROS, e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios BD Eletrobrás.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 2.574, de 23/10/2008, publicada no D.O.U de 24/01/2008.

O Plano de Benefícios BD Eletrobrás encontra-se em extinção desde 01 de abril de 2006, estando fechado à novas adesões de participantes.

◆ I – ESTATÍSTICAS

Benefícios a Conceder	31/07/2014
Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)	
Número	213
Idade média (em anos) ¹	52
Tempo de serviço médio (em anos) ¹	22
Participantes em aguardo de benefício proporcional	
Número	23

¹ Valores posicionados em 31/12/2014

Benefícios Concedidos	31/07/2014
Número de aposentados válidos	1.191

Benefícios Concedidos	31/07/2014
Idade média (em anos) ¹	70
Valor médio do benefício ¹	10.138
Número de aposentados inválidos	56
Idade média (em anos) ¹	65
Valor médio do benefício ¹	4.401
Número de benefícios proporcionais diferidos recebendo	133
Idade média (em anos) ¹	67
Valor médio do benefício ¹	6.520
Número de pensionistas (grupos familiares)	349
Idade média (em anos) ¹	69
Valor médio do benefício ¹	6.559

¹ Valores posicionados em 31/12/2014

◆ II – HIPÓTESES E MÉTODOS ATUARIAIS

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Towers Watson, Diretoria Executiva e os representantes do Conselho Deliberativo da ELETROS e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios BD Eletrobrás conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº09, de 29/11/2012 e a instrução nº7 de 12/12/2013.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2014	2013
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	1,00% a.a.	3,00% a.a.
Projeção do crescimento real do benefício do INSS	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.	0,0% a.a.
Fator de determinação real dos benefícios do plano		
– Salários	97%	100%
– Benefícios do plano	97%	97%
– Benefícios do INSS	97%	97%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2014	2013
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic ¹	AT-2000Basic Masculina
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1993	IAPB-57
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Fraca	IAPB-57
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula

¹ Segregada por sexo

Outras hipóteses	2014	2013
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS
Composição familiar		
Benefícios concedidos	Aposentados: cônjuge/dependente vitalício informado	Hx – Experiência ELETROS
Benefícios a conceder		
– Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Hx – Experiência ELETROS
– Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	Hx – Experiência ELETROS

Foram realizados, em outubro de 2014, pela Towers Watson, estudos de aderência das tábuas de mortalidade de válidos, entrada em invalidez, mortalidade de inválidos e rotatividade para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº9, de 29/11/2012 e da Instrução nº7 de 12/12/2013. Além disso, a Towers Watson efetuou estudo da projeção de crescimento real de salários e da taxa real de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº18, de 18/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº9/2012 e a Instrução nº7 de 12/12/2013, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos

que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Towers Watson foi contratada pela ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para desenvolver o estudo utilizando os fluxos futuros de pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, elaborados com as hipóteses recomendadas pelos estudos de aderência das hipóteses biométricas e demográficas e pelo estudo de aderência da hipótese de crescimento salarial realizados em outubro de 2014 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente aprovado.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, obtida nos mil cenários estocásticos pela alocação dos investimentos em 31/07/2014, indicaram significativa capacidade de rentabilização dos ativos a 5,5% a.a..

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 87% (oitenta e sete por cento), suporte para adoção da taxa real de juros de 5,5% a.a. para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás. Assim, pode-se afirmar, com elevado nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,5% a.a. para o Plano de Benefícios BD Eletrobrás, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores;

A Entidade e suas patrocinadoras optaram portanto, pela utilização da taxa de juro de 5,5% a.a. (cinco vírgula cinco por cento ao ano), na avaliação atuarial de 2014.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, conforme ata de reunião de 19/12/2014 e aprovado pelo Conselho Fiscal em parecer de 30/01/2015.

PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de projeção do crescimento real de salários deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo dos patrocinadores do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo realizado pela Towers Watson em outubro de 2014 para atender aos dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº18/2006, altera-

da pela Resolução MPS/CNPC nº 9/2012 e da Instrução nº 7 de 12/12/2013, indicou que a taxa de crescimento real de salários estava entre 1,58% a.a. e 0,25%a.a. com a média convergindo para 1,03%a.a., nos três anos analisados. Entretanto, observamos que não foi analisado o comportamento dos salários ao longo da carreira completa do empregado, visto que a maioria dos expulsos possui idade próxima à de aposentadoria.

As patrocinadoras optaram pela utilização da projeção do crescimento real de salário de 1,00% por considerarem que essa taxa reflete a melhor estimativa com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado na empresa.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, conforme ata de reunião de 08/01/2015 e aprovado pelo Conselho Fiscal em parecer de 30/01/2015.

FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de 0,5%.

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a

mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, foram realizados estudos de aderência de hipóteses.

Os resultados desses estudos indicaram a necessidade de alteração da tábua de mortalidade geral de válidos para AT-2000 Basic, segregada por sexo, da tábua de mortalidade de inválidos para RRB-1983 e da tábua de entrada em invalidez para Light Fraca.

O estudo acima foi aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social, conforme ata de reunião de 08/01/2015 e aprovado pelo Conselho Fiscal em parecer de 30/01/2015.

REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios/institutos do Plano de Benefícios BD Eletrobras são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

COMENTÁRIO SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006, alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 09, de 29/11/2012. Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2013.

III – PATRIMÔNIO SOCIAL

Com base no Balanço do Plano de Benefícios BD Eletrobrás de 31 de dezembro de 2014, o Patrimônio Social é de R\$1.842.477.802,04.

O valor do ativo a integralizar em 31/12/2014 corresponde à dívida assumida pelas patrocinadoras no valor de R\$15.816.476,14.

De acordo com informações prestadas pela ELETROS – Fundação Eletrobrás de Seguridade Social para a manutenção de títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Benefícios BD Eletrobrás possui estudos que evidenciam a capacidade de atendimento

to das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do plano de benefícios conforme determina Resolução CGPC nº 4/2002.

A Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela ELETROS.

IV – PATRIMÔNIO DE COBERTURA, PROVISÕES E FUNDOS DO PLANO

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

	Valores em R\$
Patrimônio de Cobertura do Plano	1.789.599.562,42
Provisões Matemáticas	1.984.546.350,08
• Benefícios Concedidos	2.164.716.478,51
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em regime de Capitalização Programado	2.164.716.478,51
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	1.839.541.175,86
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	325.175.302,65
• Benefícios a Conceder	175.350.886,33
– Contribuição Definida	0,00
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	169.450.810,05
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	208.188.848,50
• Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(19.369.019,23)
• Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(19.369.019,23)
– Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	5.900.076,28
• Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	7.304.841,74
• Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	(702.382,73)
• Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(702.382,73)
• Provisão Matemática a Construir	(355.521.014,76)
– Serviço Passado	(245.552.859,62)
• Atividade Especial	(5.305.887,68)
• Artigo 61	(82.919.940,26)
• Artigo 61 Adicional 2013	(157.327.031,68)
– Déficit Equacionado 2011	(38.954.066,76)
• Patrocinadores	(19.477.033,38)
• Participantes	(9.566.077,17)
• Assistidos	(9.910.956,21)
– Déficit Equacionado – Equacionamento 2013	(71.014.088,39)
• Patrocinadores	(31.558.660,88)
• Participantes	(16.950.051,66)
• Assistidos	(22.505.375,85)
Equilíbrio Técnico	0,00
• Resultados Realizados	0,00
– Superávit Técnico Acumulado	0,00
– Déficit Técnico Acumulado	194.946.787,66
• Resultados a Realizar	0,00
Fundos	52.878.239,62
• Fundo Administrativo	48.015.264,92
• Fundo de Investimento	4.862.974,70

No resultado apresentado para a avaliação atuarial de 31/12/2014 foi registrado o valor do Déficit Técnico de R\$194.946.787,66, correspondente a 9,82% das provisões matemáticas. O Artigo 28 da Resolução CGCP nº26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº13/2013, estabelece que, em caso de déficit inferior a 10% das provisões matemáticas, o resultado deficitário apurado no terceiro ano consecutivo deverá ser equacionado com base em plano de equacionamento de déficit. A ELETROS optou pelo diferimento do equacionamento desse déficit apurado em 31/12/2014.

As principais causas do déficit foram o patrimônio do plano não ter alcançado, no exercício de 2014, a meta atuarial (INPC +5,5%), as alterações em 2014 das hipóteses atuariais e o diferimento do equacionamento do déficit de 2013.

O valor de R\$5.305.887,68, correspondente ao Serviço Passado – Atividade Especial, informado pela ELETROS, deverá ser integralizado pela patrocinadora.

O valor da Provisão Matemática a Construir Serviço Passado – Artigo 61, de R\$82.919.940,26 corresponde aos compromissos estabelecidos no Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás e no Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a ELETROS. O referido termo determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo Artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do plano, em 31 de março de 2006). A reavaliação deste valor, conforme Plano de Equacionamento do Déficit de 31/12/2013, atualizado para 31/12/2014, resultou no valor, conforme Plano de Equacionamento do Déficit de 31/12/2013, atualizado para 31/12/2014, resultou no valor adicional de R\$157.327.031,68. Este valor foi, por recomendação da Diretoria da ELETROS, apurado de acordo com a mesma metodologia considerada na segregação do Déficit do Artigo 61, ou seja, pela proporção da dívida relativa aos assistidos amparados pelo Artigo 61 em relação ao total das provisões matemáticas a constituir (líquido das dívidas não contratadas). Esse percentual foi aplicado sobre o valor do déficit técnico acumulado total de 31/12/2013, atualizado para 31/12/2014, para apurar o valor adicional que será amortizado pela Eletrobras.

V –VARIAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2014 comparado com o passivo atuarial do Balancete de 30/11/2014 atualizado para 31/12/2014, pelo índice de Novembro/2014 do INPC (0,53%) e pela taxa de juros mensal de 0,45%.

Valores em R\$			
	Exercício Encerrado	Balancete de 31/12/2014	Variação em %
Passivo Atuarial	2.340.067.364,84	2.213.417.151,29	5,72%
Benefícios Concedidos	2.164.716.478,51	2.001.057.595,99	8,18%
Benefícios a Conceder	175.350.886,33	212.359.555,30	-17,43%

A provisão matemática de benefícios a conceder reduziu enquanto a provisão matemática de benefícios concedidos aumentou, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, indicando que participantes ativos iniciaram o recebimento de benefício.

Além disso, os compromissos atuariais variaram devido às alterações das premissas atuariais, cujo impacto é de aproximadamente 3,0% das provisões matemáticas, além da alteração da metodologia considerando a mudança do atuário do plano.

VI –Plano de Custeio

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2015, deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2014 e no plano de equacionamento do déficit de 2013. No período de abril de 2015 a março de 2016, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

As patrocinadoras, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

- Contribuições Normais dos Participantes Ativos e patrocinadoras – Vigorar a partir de 01/04/2015

Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	8,16%
Entre o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	17,13%
Entre 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	24,48%
Acima de 6 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	29,60%

► Contribuições Normais dos Participantes Assistidos – Conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo da ELETROS

Parcela do complemento de aposentadoria	Taxa A vigorar a partir de janeiro/2015	Taxa A vigorar a partir de janeiro/2015
Até ½ Teto de contribuição da Previdência Social	2,5%	2,5%
Entre ½ Teto de contribuição da Previdência Social e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,4%	5,0%
Entre 1 Teto de contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Teto de Contribuição da Previdência Social	8,1%	9,0%
Entre 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social e 6 vezes o Teto de Contribuição da Previdência Social	13,0%	15,0%
Acima de 6 vezes o Teto de Contribuição da Previdência Social	19,0%	19,0%

► Além das contribuições normais, definidas acima, deverão ser efetuadas as seguintes contribuições extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a Constituir, a vigorar a partir de 01/04/2015:

Contribuições Extraordinárias Anuais	Valores em R\$	Em % da folha de salário real de contribuição	Prazo (anos) A partir de 01/01/2015
Serviço Passado – Eletrobras			
<i>Artigo 61</i>	18.944.942,17	75,30%	5 anos
<i>Artigo 61 Adicional 2013</i>	15.332.066,33	60,94%	14 anos e 11 meses
Déficit Equacionado 2011			
<i>Patrocinadoras</i>	4.449.970,25	17,69%	5 anos
<i>Participantes ativos</i>	2.185.587,40	8,69%	5 anos
<i>Assistidos – não amparados Artigo 61</i>	742.898,19	2,57% ¹	23 anos e 6 meses
Déficit Equacionado Adicional 2013			
<i>Patrocinadoras – referente aos assistidos</i>	1.361.683,30	4,75% ²	23 anos e 1 mês
<i>Patrocinadoras – referente aos participantes ativos</i>	2.015.857,95	7,03% ²	8 anos e 4 meses
<i>Participantes ativos</i>	2.520.276,05	8,79% ²	8 anos e 4 meses
<i>Assistidos – não amparados Artigo 61</i>	1.702.410,54	7,45% ³	23 anos e 1 mês

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PATROCINADORAS

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 são de responsabilidade da Eletrobras e representam os compromissos estabelecidos no artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás, que foram inicialmente equacionados em 2010 e amortizados pelo período restante de 5 anos a partir de 31/12/2014, conforme o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a ELETROS. As contribuições foram apuradas considerando esse prazo e devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

As contribuições extraordinárias referentes ao serviço passado – Artigo 61 Adicional são de responsabilidade da Eletrobras e representam a parcela do déficit técnico de 2013 referente ao artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobras que de acordo com o Termo de Compromisso firmado entre a Eletrobras e a ELETROS determina que o valor contratado deve ser reavaliado anualmente para a cobertura da insuficiência referente às provisões matemáticas dos assistidos amparados pelo artigo 61 do instrumento regulamentar (assistidos com data de início do benefício até o fechamento do Plano, em 31 de março de 2006). O prazo de amortização corresponde a expectativa de vida ponderada pelo benefício dos assistidos amparados pelo artigo 61, que em 31/12/2013, era de 14 anos e 11 meses. De acordo com o Termo de Compromisso, as contribuições extraordinárias devem ser atualizadas mensalmente pela variação da URE da entidade.

O prazo restante de amortização do déficit equacionado de 2011 de responsabilidade das patrocinadoras é de 5 anos em 31/12/2014, conforme Termo de Compromisso formado entre as patrocinadoras e a ELETROS, resultando na contribuição de 17,69% do somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos.

A parcela do déficit equacionado adicional de 2013 atribuível às patrocinadoras, relativa aos assistidos não amparados pelo Artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefícios BD Eletrobrás será amortizada pela Tabela Price pelo prazo de 23 anos e 1 mês, que corresponde a 4,75% do somatório do salário real de contribuição dos participantes não elegíveis ao benefício em 31/12/2013, conforme apresentado no Plano de Equacionamento do Déficit, aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade. A patrocinadora deverá efetuar contribuição de 4,75% sobre o somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos.

A parcela do déficit equacionado adicional de 2013 atribuível às patrocinadoras, relativa aos participantes ativos será amortizada pela Tabela Price pelo prazo de 8 anos e 4 meses que correspondem a 7,03% do somatório do salários real de contribuição dos participantes não elegíveis ao benefício em 31/12/2013, conforme apresentado no plano de Equacionamento de Déficit, aprovado pelo conselho Deliberativo da Entidade. A patrocinadora deverá efetuar contribuição de 7,03% sobre o somatório do salário real de contribuição de todos os participantes ativos.

Adicionalmente a patrocinadora deverá efetuar contribuições referentes ao Serviço Passado – Atividade Especial na forma aprovada pela patrocinadora e entidade.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ATIVOS

O prazo de amortização do déficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos participantes ativos é de 5 anos, conforme determinado pela ELETROS – Fundação Eletrobras de Seguridade Social, resultando na contribuição de 8,69% do salário real de contribuição. O prazo máximo, segundo a da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução CNPC nº 14/2014, corresponde ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício, que equivale a 6 anos e 6 meses em 31/12/2014.

O déficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos participantes ativos, já disposto no plano de equacionamento de 2013, será equacionado pelo prazo de 8 anos e 4 meses, que corresponde ao tempo de serviço futuro dos participantes ativos ponderado pelo benefício apurado em 31/12/2013. O participante ativo deverá contribuir com o resultado obtido com a aplicação de 8,79% sobre o respectivo salário real de contribuição.

CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS PARTICIPANTES ASSISTIDOS

O prazo de amortização do déficit equacionado de 2011 de responsabilidade dos assistidos é de 23 anos e 6 meses que corresponde à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2014, resultando na contribuição de 2,57% do benefício de complementação.

O déficit equacionado adicional de 2013, atribuível aos assistidos não amparados pelo artigo 61 do Regulamento do Plano de Benefício BD Eletrobras, já disposto no plano de equacionamento de 2013, será equacionado pelo prazo de 23 anos e 1 mês, que corresponde à expectativa de vida ponderada pelo benefício dos participantes assistidos não amparados pelo artigo 61, apurado em 31/12/2013 e corresponde a 7,45% da folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61, não considerando os pensionistas.

A sobrecarga administrativa de 3% incluirá sobre as contribuições normais e extraordinárias do plano de custeio apresentado.

Taxas de Contribuição em % da folha de participação / benefício	Novo Plano de Custeio	Plano de Custeio Anterior
Patrocinadoras		
Normal	13,55%	13,76%
Déficit Equacionado 2011	18,22%	4,56%
Déficit Equacionado 2013	12,13%	-
Contribuição Total das Patrocinadoras	43,90%	18,32%
Participantes Ativos		
Normal	13,55%	13,76%
Déficit Equacionado 2011	8,95%	3,01%
Déficit Equacionado 2013	9,05%	-
Contribuição Total dos Participantes Ativos	31,55%	16,77%
Participantes Assistidos		
Normal	8,21% ¹	N/D ³
Déficit Equacionado 2011	2,65% ²	N/D ³
Déficit Equacionado 2013	7,67% ²	-
Contribuição Total dos Participantes Assistidos	18,53%	N/D³

¹Percentual para 2015 sobre a folha de benefícios dos assistidos (não considerando os pensionistas).

²Percentuais para 2015 sobre a folha de benefícios dos assistidos não amparados pelo artigo 61 (não considerando os pensionistas).

³Percentuais para 2014 sobre informados apenas sobre a folha de salários de participação. Não disponíveis sobre a folha de benefícios.

VII – CONCLUSÃO

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios BD Eletrobras, administrado pela ELETROS – Fundação Eletrobras de Seguridade Social, informamos que o plano apresentou um Déficit Técnico Acumulado no valor de R\$194.946.787,66, que corresponde a 9,82% das provisões matemáticas.

A Resolução CNPC nº13/2013 estabelece que as entidade têm até o final do exercício subsequente ao da apuração do terceiro resultado deficitário anual consecutivo, para realizar o equacionamento, caso o

AUTOPATROCINADOS

O participante com contrato de trabalho suspenso, salvo nos casos de afastamento compulsório por motivo de doença ou acidente de trabalho, assume, além da sua, a contribuição previdenciária, a sobrecarga administrativa e outros encargos, porventura atribuídos à patrocinadora inclusive os relativos ao déficit equacionamento.

Apresentamos, a seguir, o quadro comparativo dos percentuais indicados para 2014 com os que deverão ser praticados em 2015, referentes ao custo normal e extraordinário, com exceção do serviço passado do Artigo 61 e incluindo as contribuições para despesa administrativa:

déficit técnico acumulado seja igual ou inferior a dez por cento das provisões matemáticas.

Desta forma, é possível aguarda os próximos resultados, a fim de verificar a necessidade de adoção de medidas para eventual equacionamento do déficit técnico apurado, se necessário.

Towers Watson Consultoria Ltda.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2015.

Natasha Leal Ayres

MIBAnº930

Valéria Amadeu Monteiro

MIBAnº845

► Plano CD Eletrobrás

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2014, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

◆ ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Benefício proporcional diferido saldato	Capitalização	Agregado
Crédito adicional por invalidez	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal vitalícia de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda programada reversível em renda vitalícia	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

◆ HIPÓTESES ATUARIAIS

Premissa	Valor
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Fator de Determinação Valor Real Longo do Tempo Ben Entidade	0,98
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana
Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas	85% casados e mulher 4 anos mais nova

A tábua de entrada em invalidez utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("LIGHT FRACA") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "Grupo Americana", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("AT-2000 Basic masculina") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "AT-2000 Basic segregada por sexo", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A "Hipótese sobre Composição de Família de Pensionistas" é utilizada para cálculo das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder da Modalidade "Plano BPDS".

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (9,82%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (12,07%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "CD Puro ELETROS" onde está alocado a maior parte do Patrimônio do Plano. O Patrimônio de Cobertura dos Benefícios Saldados é aplicado conforme previsto na Política de Investimento, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Fundação. A rentabilidade desse patrimônio foi de 10,78%, o que também, não superou a meta atuarial (12,07%). Para 2015, projetou-se INPC em 5,74%.

O resultado acumulado no ano de 2014 no segmento de Renda Variável foi negativo em 0,66%, enquanto os segmentos de Renda Fixa, Imóveis, Empréstimos e Investimentos Estruturados apresentaram um resultado positivo em 14,46%, 8,26%, 13,26% e 0,85%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "CD Puro ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas

em 21,38% (10,69% para os participantes e 10,69% para as patrocinadoras), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 21,02% (10,51% para os participantes e 10,51% para as patrocinadoras). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsto no regulamento. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a taxa de administração de 0,5% ao ano. Não há sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 4% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Variação das provisões matemáticas:

Define-se modalidade “Plano CD Puro” como sendo a parcela do patrimônio composta pelos saldos individuais dos participantes e assistidos, acrescido dos Fundos Previdenciais.

Define-se modalidade “Plano CD Saldado” como sendo a parcela do patrimônio que faz jus ao compromisso do Plano com o grupo de participantes e assistidos que, durante o período de migração para este Plano, optaram pelo saldamento de seus benefícios no Plano de origem (Plano BD Eletrobrás) e migraram as respectivas reservas para este Plano, na proporção de 50% ou 100% do seu direito acumulado, dando origem ao Benefício Proporcional Diferido Saldado (BPDS), previsto para ser pago na data provável de aposentadoria no Plano BD Eletrobrás, considerando a respectiva elegibilidade ao benefício programado.

A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano e às alterações das premissas atuariais embasadas em estudo técnico elaborado por esta Entidade.

Resultado apurado no exercício:

Com relação à modalidade “Plano CD PURO”, não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto

que até o encerramento do exercício de 2014 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

O resultado negativo apurado no exercício de 2014 (R\$ 4.431.907,32) refere-se à modalidade “Plano BPDS” e ocorreu devido à alteração da tábua de mortalidade geral de “AT-2000 Basic masculina” para “AT-2000 segregada por sexo”, conjugada ao não atingimento da meta atuarial no ano. Tal valor representa somente 1,48% das provisões matemáticas dessa modalidade, com isso optou-se pelo não equacionamento deste déficit no presente exercício, em consonância com a legislação vigente.

Ressaltamos que, com exceção da parcela referente ao Benefício Proporcional Diferido Saldado, as Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Crédito Adicional por Invalidez e Crédito Adicional por Morte.

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadoras para custeio dos benefícios não programáveis de crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desses riscos, se cabível. Nessa conta são lançados, ainda, o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos, também, são aqui alocados.

O Fundo de Transição é constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão. A reversão desse fundo ocorre quando o herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

Conclusão:

Considerando que o resultado deficitário apurado na modalidade “Plano BPDS” é conjuntural, haja vista que

representa somente 1,5% do patrimônio de cobertura destinado ao pagamento dos benefícios dessa modalidade, espera-se que o Plano recupere seu equilíbrio nos próximos exercícios sem a necessidade de instituição de contribuições extraordinárias. Caso isso não ocorra, caberá a esta Entidade realizar o equacionamento do déficit em questão, nos moldes da legislação previdenciária.

Consideramos que à modalidade "Plano CD Puro" encontra-se equilibrada, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

► Plano CD ONS

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, Artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2014, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

◆ ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda Mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda Mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação

à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

◆ HIPÓTESES ATUARIAIS

Premissa	Regime
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa Real Anual de Juros	5,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana

A tábua de entrada em invalidez utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("LIGHT FRACA") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "Grupo Americana", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("AT-2000 Basic masculina") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "AT-2000 Basic segregada por sexo", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (10,14%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (12,07%). A rentabilidade da cota informada se refere ao perfil "ONS ELETROS", onde está alocada a maior parte do Patrimônio do Plano. Para 2015, projetou-se INPC em 5,74%.

O resultado acumulado no ano de 2014 no segmento de Renda Variável foi negativo em 0,66%, enquanto os segmentos de Renda Fixa e Empréstimos apresentaram um resultado positivo em 14,46% e

12,34%, respectivamente (valores nominais referentes ao perfil "ONS ELETROS").

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes para o próximo exercício foram estimadas em 8,16%, enquanto no exercício anterior o percentual era de 7,87%. Já as Contribuições Previdenciárias Normais da patrocinadora foram estimadas em 8,90% neste exercício, enquanto o percentual era de 8,23% no exercício anterior. Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a sobrecarga administrativa de 0,5% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições extraordinárias.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que os percentuais incidentes sobre o salário para fins de contribuição a partir da vigência deste plano de custeio (01/04/2015) serão: 1,32% de responsabilidade da patrocinadora (percentual similar àquele vigente até março de 2015) e 0,58% de responsabilidade do participante (percentual similar àquele vigente até março de 2015), em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2014 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desses riscos, se cabível. Nessa conta são lançados, ainda, o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos, também, são aqui alocados.

O Fundo de Transição é constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão. A reversão desse fundo ocorre quando o herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

► Plano CV EPE

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, Artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2014, dos participantes do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

◆ ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Auxílio-doença	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Crédito adicional por morte	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda mensal de aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal de aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

◆ HIPÓTESES ATUARIAIS

Premissa	Valor
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa real anual de juros	5,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo americana

A tábua de entrada em invalidez utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("LIGHT FRACA") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "Grupo Americana", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("AT-2000 Basic masculina") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "AT-2000 Basic segregada por sexo", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (11,79%) ficou abaixo da meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (12,07%). Para 2015, projetou-se INPC em 5,74%.

O resultado acumulado no ano de 2014 no segmento de Renda Fixa foi positivo em 14,46%, enquanto o segmento de Renda Variável apresentou um resultado negativo de 0,66% (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinadora para o próximo exercício foram estimadas em 13,52% (6,76% para os participantes e 6,76% para a patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 14,56% (7,28% para os participantes e 7,28% para a patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 4,00%. Adicionalmente, poderá incidir taxa de administração sobre o Patrimônio do Plano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 10,50% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

Há previsão de que no ano de 2015 será permitido aos participantes e assistidos a escolha de Perfis de Investimentos. Para aqueles que optarem por migrar do perfil "EPE ELETROS" para qualquer um dos demais perfis que forem criados, a sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais será equivalente a 3,00% e, adicionalmente, incidirá sobre o Patrimônio do Plano a taxa de 0,5% ao ano.

Variação das provisões matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano.

Resultado apurado no exercício:

Não houve resultado positivo ou negativo no exercício, visto que até o encerramento do exercício de 2014 não houve concessão de renda mensal vitalícia.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Auxílio-Doença, Crédito Adicional por Invalidez, Crédito Adicional por Morte, Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de auxílio-doença, pecúlio por morte, pecúlio por invalidez, crédito adicional por invalidez e crédito adicional por morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desses riscos, se cabível. Nessa conta são lançados, ainda, o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos, também, são aqui alocados.

O Fundo de Transição é constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão. A reversão desse fundo ocorre quando o herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

► Plano CD CERON

Objetivo:

Em consonância com a Resolução MPS/CGPC nº 23, de 06 de dezembro de 2006, Artigo 3º e Instrução MPS/PREVIC nº 09, de 14 de dezembro de 2010, anexo VI, elaboramos este parecer atuarial contendo todos os fatores relevantes utilizados para apuração dos resultados da avaliação atuarial de encerramento do exercício 2014.

Qualidade da base cadastral:

Os dados individuais, posicionados em 31/12/2014, dos participantes e assistidos do plano foram, após a realização de testes apropriados e devidos acertos efetuados, considerados adequados para fins desta avaliação atuarial.

◆ ADEQUAÇÃO DOS MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Pecúlio por invalidez permanente total	Repartição simples	Não aplicável
Pecúlio por morte	Repartição simples	Não aplicável
Renda mensal diferida decorrente da opção pelo benefício proporcional diferido	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal de pensão por morte	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal por aposentadoria	Capitalização	Capitalização financeira
Renda mensal por aposentadoria por invalidez	Capitalização	Capitalização financeira

Informamos que não ocorreram alterações nos métodos de financiamento adotados, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, sendo, portanto, todos considerados adequados.

◆ HIPÓTESES ATUARIAIS

Premissa	Valor
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio
Taxa Real Anual de Juros	4,50%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic M&F
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT-49 masculina
Tábua de Entrada em Invalidez	Grupo Americana

A tábua de entrada em invalidez utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("LIGHT FRACA") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "Grupo Americana", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A tábua de mortalidade geral utilizada no encerramento do exercício de 2013 ("AT-2000 Basic masculina") foi alterada, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2014, para a tábua "AT-2000 Basic segregada por sexo", visto que a mesma é mais aderente à massa de participantes dos Planos CDs e CV da Fundação.

A hipótese de taxa real de juros de 5,50% a.a. no encerramento do exercício 2013 foi alterada, com vigência

a partir de 31 de dezembro de 2014, para a taxa de 4,50% a.a.. A premissa de taxa real de juros (4,50% a.a.) foi apurada através de estudo técnico embasado, fundamentalmente, pela alocação patrimonial do plano e política de investimentos da Fundação.

Informamos que não ocorreram alterações nas demais hipóteses adotadas, com relação à avaliação atuarial realizada no exercício anterior, tendo sido todas as hipóteses devidamente analisadas por testes de aderência, em consonância com a legislação pertinente.

Rentabilidade apurada no exercício:

A rentabilidade da cota no ano (12,57%) superou a meta atuarial equivalente a INPC + 5,50% (12,07%). Para 2015, projetou-se INPC em 5,74%.

O resultado acumulado no ano de 2014 no segmento de Renda Fixa foi positivo em 14,46%, enquanto o segmento de Renda Variável apresentou um resultado negativo de 0,66% (valores nominais).

Plano de Custeio (custos para o exercício seguinte em relação ao exercício anterior):

As Contribuições Previdenciárias Normais (líquidas da sobrecarga administrativa) dos participantes e patrocinador para o próximo exercício foram estimadas em 15,18% (7,59% para os participantes e 7,59% para a patrocinadora), enquanto na avaliação atuarial anterior o percentual era de 14,88% (7,44% para os participantes e 7,44% para a patrocinadora). Ressaltamos que as contribuições são calculadas baseadas nos percentuais definidos pelos participantes e que os mesmos podem alterar tais percentuais, conforme previsão regulamentar. Adicionalmente, informamos que eventuais ingressos de novos participantes também implicarão na variação dos custos estimados para o próximo exercício. A sobrecarga administrativa incidente sobre as contribuições normais equivale a 3,00%. Adicionalmente, incide sobre o Patrimônio do Plano a sobrecarga administrativa de 0,8% ao ano. Não será aplicada sobrecarga administrativa sobre as contribuições adicionais.

Com relação à contribuição para benefícios não programáveis, informamos que o percentual de 11,50% das contribuições básicas de participante e de patrocinadora foi mantido em função de estudo realizado por esta Entidade. Ressaltamos que tal percentual é reavaliado anualmente, podendo este ser majorado, mantido ou reduzido, conforme o resultado do estudo.

O Regulamento deste Plano prevê, em seu Art. 47, a determinação em Plano de Custeio, pelo atuário responsável pelo Plano de um limite mínimo de valor de benefício a ser pago aos assistidos, nos casos de benefícios de prestação mensal continuada. Estabelecemos o valor de R\$ 224,37 como limite mínimo durante a vigência deste plano de custeio.

Variação das Provisões Matemáticas:

As Provisões Matemáticas deste Plano são constituídas apenas pelo saldo de conta dos participantes ativos e assistidos. A variação nas provisões matemáticas observada no período ocorreu devido às movimentações na massa de ativos e assistidos do Plano.

Resultado apurado no exercício:

Em função de sua modalidade, não haverá resultado positivo ou negativo neste Plano.

Outros fatos relevantes:

Os benefícios de risco deste Plano são: Pecúlio por Invalidez Permanente Total e Pecúlio por Morte.

O Fundo de Riscos é constituído pelos créditos referentes às contribuições efetuadas pelos participantes e/ou patrocinadora para custeio dos benefícios não programáveis de pecúlio por invalidez e pecúlio por morte, descontados os valores pagos para os benefícios não programáveis ou para pagamento de prêmio à seguradora contratada para administração desses riscos, se cabível. Nessa conta são lançados, ainda, o excedente de saldo não resgatado da Conta Básica de patrocinadora e as prestações mensais de benefícios consideradas prescritas. Demais recursos/despesas auferidos pelo Plano que não se enquadrem em qualquer um dos demais Fundos, também, são aqui alocados. O Fundo de Transição é constituído pelo somatório dos Saldos das Contas Individuais dos participantes que se desligaram do Plano, porém não realizaram a opção por um dos Institutos, bem como daqueles participantes e assistidos que faleceram e ainda não geraram pensão. A reversão desse fundo ocorre quando o herdeiro legal solicita os recursos ou quando o participante desligado se manifesta quanto à sua opção por um dos Institutos.

Conclusão:

Consideramos que o plano encontra-se equilibrado, dependendo apenas do pagamento das contribuições previstas no Plano de Custeio para manutenção deste equilíbrio.

[CAPÍTULO 7] DESPESAS

CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE INVESTIMENTO

DESPESAS DIRETAS DE INVESTIMENTOS - R\$ mil	TOTAL	FUNDOS RF	FUNDOS RV	CARTEIRA PRÓPRIA	ESTRUTURADO
Custódia	292	52	25	186	29
Controladoria	20	13	6	-	1
Gestão	1.784	86	1.483	47	168
CETIP	205	53	48	83	21
SELIC	51	11	4	35	1
ANBIMA	23	13	8	-	1
Taxa de Bolsa / Corretagem	1.025	-	497	527	-
CVM	178	69	57	-	52
Cartório	2	0	0	-	1
CBLC	18	0	8	10	-
Auditoria	38	7	13	-	19
Tx de Permanência	-	-	0	-	-
Consultoria	199	-	0	-	199
Performance	1.033	-	1.033	-	-
TOTAL	4.868	305	3.184	887	493

DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE INVESTIMENTOS R\$ mil	2014	2013
Pessoal e encargos	7.602	7.210
Treinamentos/congressos e seminários	21	77
Viagens e estadias	25	53
Serviços de terceiros *	1.420	1.450
Despesas gerais	764	734
Depreciações e amortizações	310	401
TOTAL	10.142	9.925

DESPESAS COM SERVIÇOS DE TERCEIROS	31.12.2014 R\$ mil
Consultoria Atuarial	283
Consultoria Contábil	103
Consultoria Jurídica	660
Recursos Humanos	6
Informática	1.407
Outras	378
TOTAL	2.837

* Inclui Consultorias Avaliação e Reavaliação de Imóveis e Consultoria e Análise de Riscos nos Investimentos.

[CAPÍTULO 8] ELETROS-SAÚDE



Apresentação

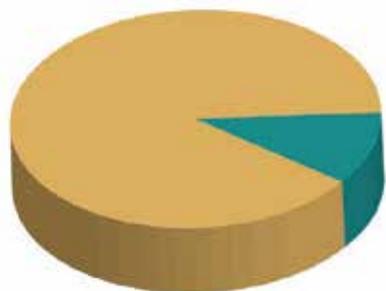
Durante o último ano, nos encontramos diante de um cenário essencialmente complexo, onde o ônus enfrentado pelo setor de saúde suplementar tem gradativamente se agravado: as novas tecnologias na área médica e cirúrgica, os materiais e medicamentos de ponta apresentam ano após ano custos extremamente elevados, muito superiores à inflação oficial (IPCA); somado a isso, o envelhecimento da população no Brasil é efetivo e leva ao aumento de doenças crônicas; além disso, a ineficiência do **Sistema Único de Saúde** acaba sendo suprida pela saúde suplementar, com um aumento constante de coberturas obrigatórias pela **Agência Nacional de Saúde Suplementar** (ANS).

O cenário do Eletros-Saúde é ainda mais difícil, pois não apresenta crescimento no número de usuários nos últimos anos e ainda conta com uma distribuição etária desfavorável, principalmente o Plano Eletros-Saúde Assistidos, que hoje é formado majoritariamente por usuários com mais de 60 anos (81%), número muito superior à média das operadoras (11%).

DEMAIS
OPERADORAS
(DADOS DA ANS)

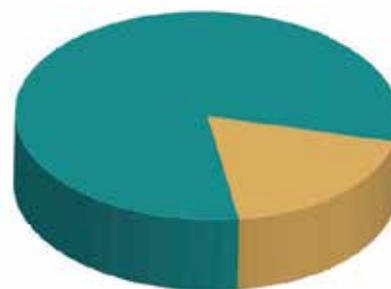
ELETROS-SAÚDE

Menos de
60 anos
(89%)



Mais de
60 anos
(11%)

Mais de
60 anos
(81%)



Menos de
60 anos
(19%)

Mesmo diante de todos estes desafios, o Eletros-Saúde vem obtendo êxito na **gestão do plano** e nas avaliações realizadas pela ANS. Recentemente, a Agência divulgou os resultados do **Índice de Desenvolvimento da Saúde Suplementar (IDSS) e do Programa de Monitoramento à Saúde**. Ambos comprovam que o esforço da equipe do Eletros-Saúde, com mudanças de processos em prol da qualidade da operadora, tem surtido efeitos positivos.

Mesmo com todas as limitações inerentes a um plano de autogestão de pequeno porte, o Eletros-Saúde foi novamente muito **bem classificado** pela ANS, obtendo a **média de 0,7435 no IDSS 2014** (ano base 2013). Este ano, o órgão regulador aumentou ainda mais o nível de exigência e foi extremamente crítica em sua avaliação e, por esta razão, o índice foi um pouco **inferior ao do ano passado (0,7789)**.

Para ilustrar o grau de dificuldade para atingir este índice, basta observar operadoras referências de mercado, como **AMIL (0,6981), UNIMED-RIO (0,7219) e Sul América (0,6602)**, que alcançaram **médias inferiores** à do Eletros-Saúde no último período verificado.

Este resultado nos coloca também **acima da média** das principais autogestões do **setor elétrico**, o que nos deixa cheios de orgulho.

O Eletros-Saúde também se destacou no **Programa de Monitoramento à Saúde**. O resultado de dezembro de 2014 certificou que o Eletros-Saúde apresenta um **baixo risco assistencial**, tendo obtido uma melhora de quase 31%, em relação à medição anterior – passando de uma média de 0,6777 para 0,8876, sendo 1,0 a nota máxima.

Além do aumento da qualidade assistencial, presenciamos ao longo do ano de 2014 um grande conjunto de mudanças operacionais. Em janeiro foram incluídos novos procedimentos no Rol de cobertura da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A partir daí, revimos alguns processos e deixamos de exigir autorização prévia para determinados procedimentos, como tomografias computadorizadas, exames de ressonância magnética, mamografias digitais, fisioterapia e RPG. Parte da burocracia foi facilitada, de modo a tornar mais prática a vida de cada usuário.

Entre as mudanças ocorridas internamente, a que merece mais destaque foi a absorção do atendimento pelo Eletros-Saúde. A partir deste fato, conseguimos identificar melhorias necessárias e oferecer um atendimento dedicado, garantindo aos usuários análises com maior grau de especialização e avaliações detalhadas sobre os casos apresentados. Isto se deve à integração do atendimento com as demais áreas técnicas, como autorização médica, regulação, auditoria e reembolsos, o que já se mostrou mais eficiente, com a redução do número de reclamações e consequente aumento na satisfação dos usuários.

Atuamos firme e com austeridade na redução de custos no âmbito interno, através de **cortes nas despesas administrativas**. Na condição de operadora de autogestão, o Eletros-Saúde é um plano **sem fins lucrativos**. Toda a receita arrecadada é revertida para **cobertura das despesas administrativas e assistenciais**. Mesmo com a estabilidade dos gastos administrativos, os valores dispendidos para custear as despesas assistenciais comprometeram a balança financeira da instituição no último ano.

Até o final de 2014, o Eletros-Saúde arcou com cerca de R\$ 26,3 milhões em **despesas assistenciais**, considerando os **três planos da modalidade pré-paga (Assistidos, Vinculados e Fundação)**, aproximadamente R\$ 4 milhões acima do previsto para o período. A **maior parte do ônus** foi provocada pelo Plano Assistidos, que ultrapassou em cerca de R\$ 2,1 milhões os cálculos atuariais e encerrou o ano com uma despesa assistencial de, aproximadamente, R\$ 22,1 milhões.



Atuamos firme e com austeridade na redução de custos no âmbito interno, através de **cortes nas despesas administrativas**. Na condição de operadora de autogestão, o Eletros-Saúde é um plano **sem fins lucrativos**. Toda a receita arrecadada é revertida para **cobertura das despesas administrativas e assistenciais**. Mesmo com a estabilidade dos gastos administrativos, os valores dispendidos para custear as despesas assistenciais comprometeram a balança financeira da instituição no último ano.

Até o final de 2014, o Eletros-Saúde arcou com cerca de R\$ 26,3 milhões em **despesas assistenciais**, considerando os **três planos da modalidade pré-paga (Assistidos, Vinculados e Fundação)**, aproximadamente R\$ 4 milhões acima do previsto para o período. A **maior parte do ônus** foi provocada pelo Plano Assistidos, que ultrapassou em cerca de R\$ 2,1 milhões os cálculos atuariais e encerrou o ano com uma despesa assistencial de, aproximadamente, R\$ 22,1 milhões.



Com **gastos individuais** de índice elevadíssimo, o caso mais flagrante registrou um sinistro equivalente a cerca de 10% do custo total do referido plano (cerca de R\$ 2,2 milhões). Para cobrir a alta de custos assistências foi necessário aplicar um **reajuste de 39,7%** para o Plano de Assistidos e **16,4%** para o de Vinculados, propostos com base em uma série de cálculos atuariais, visando o **equilíbrio financeiro** do Eletros-Saúde.

O Eletros-Saúde segue 2015 com a promessa de continuar encarando os desafios do setor, buscando **soluções de menor impacto** aos seus usuários. Hoje, mesmo com as adversidades inerentes ao nosso mercado, temos certeza que nossos usuários têm em suas mãos um **atendimento assistencial de qualidade**.

Através de campanhas, comunicados, encontros com usuários nas patrocinadoras e associações e mais uma série de ações, buscamos **estreitar os laços** entre o Eletros-Saúde e você, lembrando-o de uma **responsabilidade conjunta**. Nosso objetivo é garantir aos usuários a **manutenção de um plano que presta serviços da mais alta qualidade**, que pensa no seu futuro e possibilita a você um serviço de ampla cobertura e preço justo em relação aos preços praticados pelo mercado.

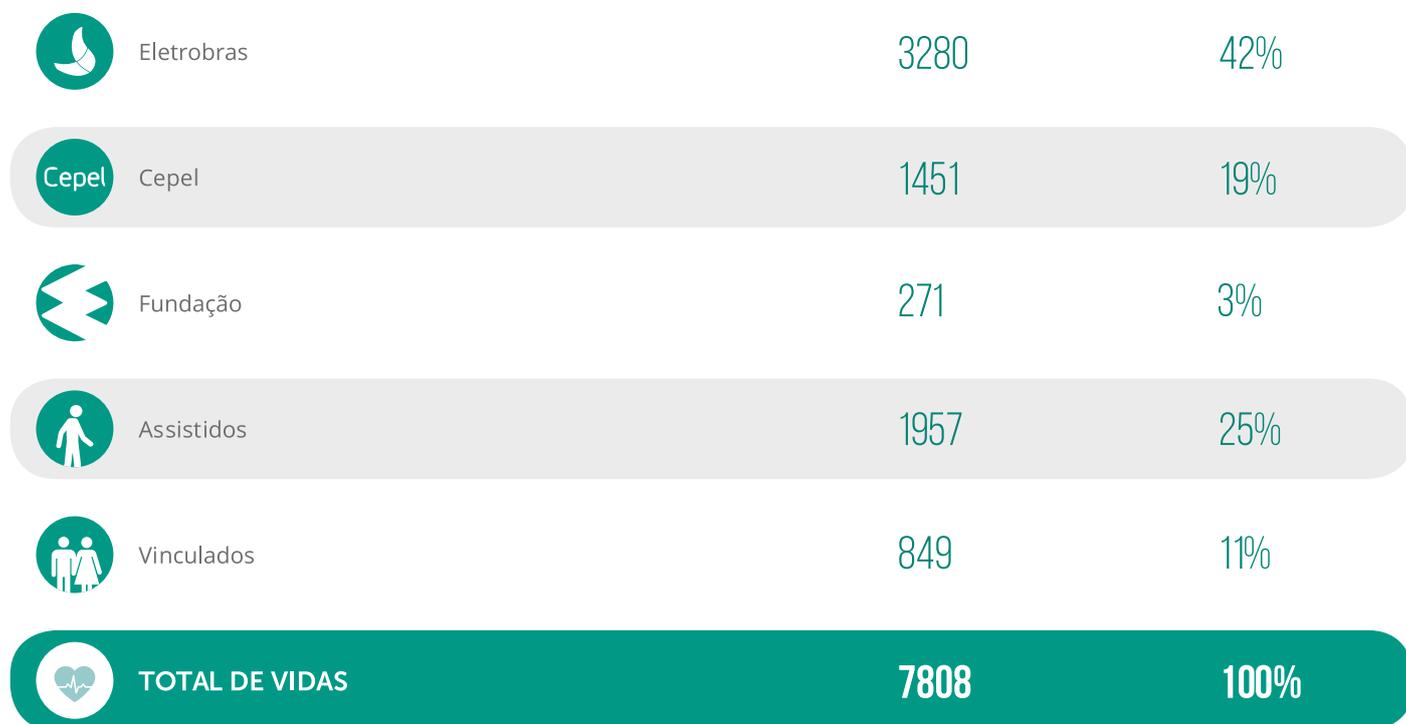


Mantendo o compromisso de agir com transparência e responsabilidade, aproveitamos esse espaço para reforçar que o **uso consciente do seu plano de saúde é a melhor saída** para enfrentarmos os novos obstáculos e as provações que 2015 nos reserva.

Rogério Braz
Superintendente Eletros-Saúde

ELETROS-SAÚDE EM NÚMEROS

◆ Número de usuários em 2014



Eletrobras				Cepel			
Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.	Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 - 18	580	302	278	0 - 18	250	117	133
19 - 23	191	89	102	19 - 23	117	63	54
24 - 28	64	29	35	24 - 28	69	34	35
29 - 33	254	118	136	29 - 33	41	21	20
34 - 38	336	163	173	34 - 38	61	29	32
39 - 43	245	128	117	39 - 43	86	38	48
44 - 48	222	93	129	44 - 48	104	40	64
49 - 53	300	129	171	49 - 53	177	83	94
54 - 58	385	200	185	54 - 58	200	99	101
59+	703	329	374	59+	346	174	172
TOTAL	3280	1580	1700	TOTAL	1451	698	753



Fundação

Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 - 18	65	35	30
19 - 23	18	11	7
24 - 28	17	8	9
29 - 33	25	13	12
34 - 38	27	9	18
39 - 43	30	12	18
44 - 48	25	15	10
49 - 53	32	10	22
54 - 58	21	10	11
59+	11	9	2
TOTAL	271	132	139



Vinculados

Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 - 18	104	52	52
19 - 23	20	10	10
24 - 28	155	73	82
29 - 33	170	86	84
34 - 38	168	83	85
39 - 43	135	65	70
44 - 48	54	21	33
49 - 53	28	11	17
54 - 58	0	0	0
59+	15	3	12
TOTAL	849	404	445



Assistidos

Faixa Etária	Total	Masc.	Fem.
0 - 18	60	33	27
19 - 23	49	33	16
24 - 28	21	12	9
29 - 33	4	3	1
34 - 38	6	3	3
39 - 43	13	4	9
44 - 48	14	2	12
49 - 53	40	6	34
54 - 58	105	27	78
59+	1645	747	898
TOTAL	1957	870	1087

REDE CREDENCIADA

	Odontologia	152
	Consultórios (PF ou PJ)	265
	Clínicas	193
	Laboratórios	15
	Serviços Diagnósticos	38
	Hospitais e Clínicas de Internação	79
	Farmácias	2
Total de Credenciados		744

INDICADORES DE UTILIZAÇÃO

- ▶ Consulta por beneficiário



MÉDIA DE **4,63 CONSULTAS**
POR USUÁRIO EM 2014

- ▶ Exames por beneficiário



MÉDIA DE **17,29 EXAMES**
POR USUÁRIO EM 2014

- ▶ Internação



Assistidos – **21% dos usuários** deste grupo se internaram ao longo de 2014 e consumiram, apenas com estas internações, **69% da receita** do mesmo grupo.



Vinculados – **9% dos usuários** deste grupo se internaram ao longo de 2014 e consumiram apenas com estas internações, **44% da receita** do mesmo grupo.



Fundação – **9% dos usuários** deste grupo se internaram ao longo de 2014 e consumiram apenas com estas internações, **22% da receita** do mesmo grupo.

- ▶ Demais Despesas Assistenciais:



Assistidos **R\$ 22.145.719,66**



Vinculados **R\$ 3.216.844,47**



Fundação **R\$ 937.357,00**

Como os planos Eletrobras e Cepel são pós-pagamento e as patrocinadoras arcam com 100% do custo assistencial, não faz sentido incluir as despesas destes produtos nas análises de utilização acima.

- ▶ Sinistralidade apurada



Assistidos **113%**



Vinculados **65%**



Fundação **63%**

- ▶ Despesas Administrativas – **R\$ 7.870.956,00**

QUALIDADE

- ▶ Número de atendimentos por tipo



Atendimentos Telefônicos
5.328



Atendimentos Presenciais
10.631



Atendimentos por e-mail
1.395

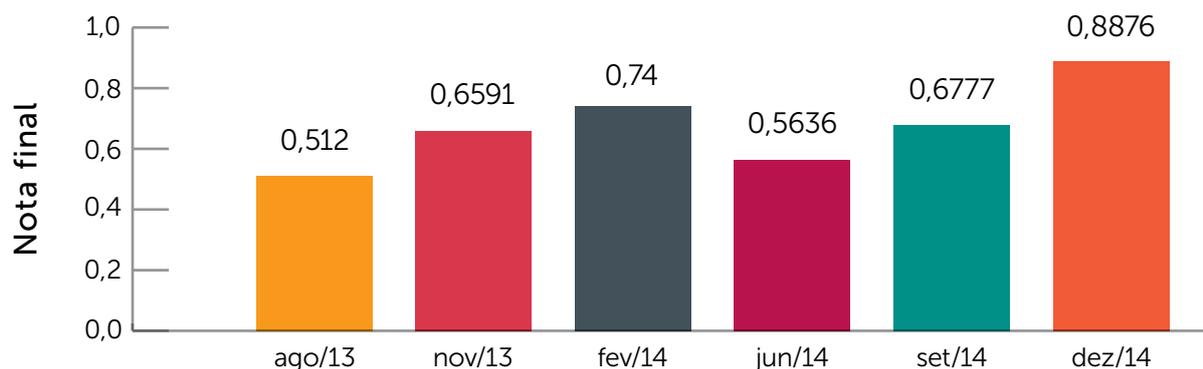


Atendimentos por correio:
9.059

- ▶ IDSS – **0,7435**

Anualmente, a ANS avalia as operadoras do sistema de saúde suplementar do País por meio do IDSS (Índice de Desempenho da Saúde Suplementar). Uma análise ampla que compreende uma combinação de fatores que medem a atenção à saúde, a situação econômico-financeira, a satisfação do usuário e a estrutura e operação dos planos oferecidos pela operadora, gerando notas que, somadas, podem atingir até 1,00 ponto e formam um ranking das melhores operadoras do País.

► Monitoramento Assistencial à Saúde - 0,8876



% de variação da nota final no processamento atual em relação ao processamento anterior: ↑ 30,97%

O programa de monitoramento à saúde é realizado pela ANS para avaliar o risco assistencial apresentado pelas operadoras de saúde suplementar. Como punição àquelas que desrespeitam suas determinações e atingem baixos índices nesta avaliação, a ANS suspende a comercialização de planos destas operadoras até que a situação seja revertida.

Mesmo diante das dificuldades que enfrentamos, por ser uma operadora de pequeno porte, informamos que o Eletros-Saúde está entre as melhores operadoras avaliadas. O resultado de dezembro de 2014 certificou que o Eletros-Saúde apresenta um baixo risco assistencial, tendo obtido uma melhora de quase 31%, em relação à medição anterior – passando de uma média de 0,6777 para 0,8876, sendo 1,0 a nota máxima.

ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Participantes, Patrocinadoras, Conselheiros e Diretores da FUNDAÇÃO ELETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL - ELETROS

1. ESCOPO DOS EXAMES

Examinamos as demonstrações contábeis do “Plano de Assistência à Saúde – PAS” (“Plano”) da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de

dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

2. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários, para evitar que as mesmas contenham distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

3. RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as citadas demonstrações estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nessas demons-

trações. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Plano para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Plano. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

4. OPINIÃO

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do "Plano de Assistência à Saúde – PAS" da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS em 31 de dezembro de 2014 e o desempenho de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

5. ÊNFASE

Conforme mencionado na Nota Explicativa 17.2, para cobertura da insuficiência do Patrimônio Social e do equilíbrio financeiro do "Plano de Assistência à Saúde – PAS", o Conselho Deliberativo aprovou o reajuste das contribuições em níveis considerados adequados e diferenciados para cada plano: Plano Eletros-Saúde Assistidos– 39,70%, Plano Eletros-Saúde Fundação – 20,80% e Plano Eletros-Saúde Vinculado – 16,40%.

6. OUTROS ASSUNTOS

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa 2, que descreve sua base de elaboração. As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de

Saúde Suplementar – ANS. O "Plano de Assistência à Saúde – PAS", para fins societários, é parte integrante das demonstrações contábeis da Fundação, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc.

Rio de Janeiro, 02 de março de 2015.

FERNANDO MOTTA & ASSOCIADOS

Auditores Independentes

CRCMG - 757/O – F – RJ



Luiz Alberto Rodrigues Mourão

Contador – CRCRJ – 046.114/O

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO

GESTÃO ASSISTENCIAL

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
ATIVO CIRCULANTE		9.703	15.074
Disponível	4	336	243
Numerários em Trânsito		-	18
Banco conta Depósitos		336	225
Realizável		9.367	14.831
Aplicações Financeiras		6.287	11.836
Aplicações Vinculadas a Provisões Técnicas	5.1	4.622	4.184
Aplicações Não Vinculadas	5.2	1.665	7.652
Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde	6	754	2.044
Contraprestação Pecuniária/ Prêmio a Receber		569	1.643
Participação dos Beneficiários em Eventos/ Sinistros Indenizados		185	401
Créditos de Operações de Assistência à Saúde não Relacionados	7	613	399
Bens e Títulos a Receber	8	1.713	552
ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.641	1.949
Realizável a longo prazo			
Depósitos Judiciais e Fiscais	9	2.641	1.949
TOTAL DO ATIVO		12.344	17.023

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO**GESTÃO ASSISTENCIAL**

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	Nota	Exercício findo em	
		31.12.14	31.12.13
PASSIVO CIRCULANTE		10.511	10.984
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	10	3.816	5.161
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para SUS		28	176
Provisões de Eventos/Sinistros a Liquidar para Outros Prestadores de Serviços Assistenciais		1.230	3.087
Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados (PEONA)		2.558	1.898
Débitos com Operações de Assistência à Saúde	11	2.549	1.906
Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios		2.549	1.906
Débitos com Operações de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	12	288	846
Provisões		3.221	2.538
Provisões para Ações Judiciais	15	3.221	2.538
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	113	85
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	14	403	357
Débitos diversos		121	91
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.434	3.612
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	3.434	3.612
PATRIMÔNIO SOCIAL	17	(1.601)	2.427
Patrimônio Social		1.885	1.849
Reservas		2.968	2.388
Reservas de Lucros		2.968	2.388
Déficit Acumulados		(6.454)	(1.810)
TOTAL DO PASSIVO		12.344	17.023

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**GESTÃO ASSISTENCIAL**

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contraprestações Efetivas/Prêmios Ganhos de Planos Assistência à Saúde	52.951	38.488
Receitas com Operações de Assistência à Saúde	53.104	38.628
Contraprestações Líquidas	53.104	38.628
Tributos Diretos de Operações de Assistência à Saúde da Operadora	(153)	(140)
Eventos Indenizáveis Líquidos/Sinistros Retidos	(54.106)	(35.343)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados	(53.445)	(35.746)
Eventos/Sinistros Conhecidos ou Avisados de Assistência a Saúde Médico-Hospitalar	(50.183)	(33.583)
Eventos/Sinistros de Assistência Odontológica	(3.262)	(2.163)
Varição da Provisão de Eventos/Sinistros Ocorridos e Não Avisados	(661)	403
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	(1.155)	3.145
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde	5.204	4.898
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	656	533
Receitas com Administração de Intercâmbio Eventual - Assistência Médico Hospitalar	360	296
Outras Receitas Operacionais	296	237
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(60)	(80)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde	(9)	(5)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(51)	(75)
Outras Despesas Operacionais de Plano de Assistência à Saúde Não Relacionados com Planos de Saúde da Operadora	(2.141)	(1.767)
RESULTADO BRUTO	2.504	6.729
Despesas Administrativas	(7.871)	(7.109)
Resultado Financeiro Líquido	723	579
Receitas Financeiras	1.182	1.035
Despesas Financeiras	(459)	(456)
RESULTADO LÍQUIDO	(4.644)	199

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2014

GESTÃO ASSISTENCIAL

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reservas de Superávit	Superrávit Déficit Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	2.237	2.127	(2.009)	2.355
Aumento do Patrimônio Social	(388)			(388)
Superavit Líquido do Exercício			460	460
Proposta da destinação:				
Constituições de Fundos de Reservas		261	(261)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.849	2.388	(1.810)	2.427
Aumento do Patrimônio Social	36			36
Deficit Líquido do Exercício			(4.064)	(4.064)
Proposta da destinação:				
Constituições de Fundos de Reservas		580	(580)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.885	2.968	(6.454)	(1.601)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO DIRETO

GESTÃO ASSISTENCIAL

(Em milhares de Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Atividades Operacionais		
Recebimento de Planos de Saúde	57.103	40.679
Resgate de Aplicações Financeiras	59.385	51.488
Outros Recebimentos Operacionais	11.852	20.194
Pagamento a Fornecedores/Prestadores de Serviços de Saúde	(62.368)	(48.781)
Pagamento de Pessoal	(4.211)	(4.244)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(660)	(848)
Pagamento de Tributos	(2.879)	(2.489)
Pagamento de Contingências (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	(995)	(645)
Pagamento de Aluguel	(174)	(132)
Aplicações Financeiras	(52.861)	(50.252)
Outros Pagamentos Operacionais	(3.489)	(4.305)
Caixa líquido das Atividades Operacionais	703	665
Atividades de Financiamento		
Pagamento de Juros - Empréstimos/Financiamentos	(230)	(236)
Pagamento de Amortização - Empréstimos/Financiamentos	(362)	(321)
Caixa líquido das Atividades de Financiamento	(592)	(557)
Variação Líquida do Caixa	111	108
Saldo Inicial	225	117
Saldo Final	336	225
Ativos Livres no Início do Período	7.877	8.400
Ativos Livres no Final do Período	2.001	7.877
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras - Recursos Livres	(5.876)	(523)

As notas explicativas integram as Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS é uma entidade fechada de previdência complementar e operadora de plano privado de assistência à saúde, sem fins lucrativos, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o nº 31390-4, classificada como autogestão. A ELETROS oferta e gerencia o programa de assistência à saúde e que tem por objeto a prestação continuada de serviços médico-hospitalares e odontológicos, destinados aos seus usuários.

Com o registro de cinco novos produtos na ANS, que passaram a vigor a partir de 01/01/2013, a ELETROS também operacionaliza a assistência médico-hospitalar e odontológica dos empregados das Patrocinadoras Eletrobras e Cepel, na modalidade de preço pós-estabelecido.

São usuários do Plano Eletros-Saúde na modalidade de preço pré-estabelecido:

a. Os assistidos e pensionistas da ELETROS e seus dependentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);

b. Os empregados da própria ELETROS e seus dependentes descendentes diretos até o 1º grau, cônjuges ou companheiros (as);

c. Ex-funcionários das Patrocinadoras, desde que participantes previdenciários;

d. Descendentes até 3º Grau dos titulares e cônjuges e colaterais até 2º Grau (irmãos e sobrinhos) dos planos Eletros-Saúde Assistidos, Fundação, Eletrobras e Cepel.

Os Planos Eletros-Saúde Assistidos e Eletros-Saúde Vinculados serão custeados exclusivamente pelos seus usuários, através de contribuições mensais, pelos resultados dos investimentos de suas aplicações financeiras, por eventuais doações, subvenções, legados e rendas extraordinárias. O Plano Eletros-Saúde Fundação será custeado por contribuições mensais em virtude da inscrição dos titulares e seus dependentes, repassadas integralmente pela ELETROS.

Em 31 de dezembro de 2014, o Plano Eletros-Saúde contava com 5.851 participantes ativos (5.821 em dezembro de 2013) e 1.957 assistidos (2.015 em dezembro de 2013).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, normas editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, em especial as Resoluções Normativas nº 290/12, 314/13, 322/13 e 344/13 nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A. BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- ▶ A provisão de eventos a liquidar é reconhecida com base nos avisos informados pelos prestadores de serviços de assistência à saúde;
- ▶ A provisão para eventos ocorridos e não avisados é calculada baseada na metodologia estabelecida pelo órgão regulador.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações contábeis são apresentadas na moeda Real, que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A Administração utiliza estimativas para mensuração de passivos cujos valores são baseados em premissas e hipóteses condizentes com as transações ou eventos incorridos ou a incorrer. As provisões técnicas são constituídas mediante cálculo definido pelo órgão regulador. As contingências passivas são mensuráveis de acordo com a classificação de probabilidade de perdas e critérios definidos para mensuração financeira.

3.3. APURAÇÃO DO RESULTADO

A. RECEITA

As contraprestações efetivas/prêmios ganhos devem ser apropriadas à receita no último dia do mês considerando-se o período de cobertura do risco, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos. Quando ocorrer o recebimento de mensalidades, em antecipação ao período de cobertura do risco, esses valores devem ser registrados no Passivo Circulante em uma conta específica denominada Receita Antecipada de Contraprestações/Prêmios.

Nos contratos com preços pós-estabelecidos, a apropriação da receita deve ser registrada da data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

B. CUSTO

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada. Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de provisão.

3.4. DISPONÍVEL (CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA)

São representados por depósitos bancários sem vencimento que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para o gerencia-

mento de seus compromissos de curto prazo.

3.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados a valor de mercado ou mantidos até o vencimento, quando aplicável.

As aplicações financeiras são classificadas como destinadas à negociação e como mantidos até o vencimento, os empréstimos a pagar e recebíveis. Os destinados à negociação são avaliados a valor de mercado, com seus efeitos reconhecidos no resultado.

A Fundação reconhece os empréstimos a pagar, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Fundação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os empréstimos a pagar são mensurados pelo valor de custo amortizado. Os ativos financeiros não derivativos da Fundação compreendem: Disponível (Nota nº 4); Aplicações financeiras (Nota nº 5); Créditos recebíveis e Empréstimos e financiamentos a pagar (Nota nº 14).

3.6. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido quando a empresa possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.7. PROVISÕES TÉCNICAS

São calculadas com base em metodologia estabelecida pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, excluindo-se a provisão de eventos a liquidar, que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde, efetivamente recebidas pelas operadoras, conforme estabelecido pela ANS (Nota Explicativa nº 10).

3.8. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES (PROVISÕES)

(I) ATIVOS CONTINGENTES

São reconhecidos contabilmente quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados, quando aplicável.

(II) PASSIVOS CONTINGENTES

São constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(III) OBRIGAÇÕES LEGAIS

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

4. DISPONÍVEL (CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA)

Os saldos disponíveis abrangem saldos financeiros com realização em até três meses ou menos a partir da data da contratação ou aquisição. Tais saldos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utili-

zadas na gestão das obrigações de curto prazo.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está representado por numerário mantido em conta corrente para pagamento de serviços de assistência à saúde e pelos valores para pagamento de despesas provisionadas, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Banco Eletrônico	-	18
Bancos conta depósitos	336	225
TOTAL	336	243

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Referem-se a aplicações em cotas de Fundos de Investimento, registradas pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e atualizadas em função do valor da cota de encerramento do balanço. A variação da diferença entre os valores das cotas e os de mercado é apropriada ao resultado.

São contabilizados pelo valor efetivamente desembolsado nas aquisições de cotas e incluem, se for o caso, taxas e emolumentos. Os montantes relativos aos fundos de investimento são representados pelo valor de suas cotas na data de encerramento do balanço.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, apresentam o montante de R\$ 6.287 mil e R\$ 11.836 mil, respectivamente. E estão representadas por:

5.1. APLICAÇÕES VINCULADAS A PROVISÕES TÉCNICAS

São recursos aplicados em fundos de investimentos de Renda Fixa dedicado ao setor de saúde suplementar - ANS, junto ao Banco Bradesco S.A., classificados como de renda fixa, vinculados à garantia de cobertura de reservas e provisões técnicas (Nota Explicativa nº 10), cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS.

A rentabilidade auferida pelo em 2014 foi de 10,44% (7,79% em 2013).

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Cotas de Fundo de Investimento	4.622	4.184
TOTAL	4.622	4.184

5.2. APLICAÇÕES NÃO VINCULADAS A PROVISÕES

Referem-se à aplicação em fundos de investimentos Multimercado Crédito Privado, junto ao Banco Alfa, adquirido com o propósito de ser ativa e frequentemente negociado. E, em caderneta de poupança.

O fundo obteve uma rentabilidade de 10,97% em 2014 (8,28% em 2013).

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Cotas de Fundo de Investimento	1.397	6.923
Caderneta de Poupança	268	729
TOTAL	1.665	7.652

6. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

O saldo da rubrica Créditos de Operações com Planos de Assistência à Saúde é composto como segue:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Contraprestação Pecuniária/Prêmio a receber	569	1.643
Participação dos beneficiários em Eventos / Sinistro Indenizados	247	412
(-)Provisão para perdas sobre créditos	(62)	(11)
TOTAL	754	2.044

6.1 CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA / PRÊMIO A RECEBER

Representam os recursos financeiros a receber pela contraprestação de serviços de assistência médico-hospitalar e odontológico com plano de assistência à saúde pós-estabelecido da Eletrobras e Cepel.

6.2. PARTICIPAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS EM EVENTOS INDENIZÁVEIS

Refere-se ao valor proveniente da coparticipação dos usuários em exames médicos ou odontológicos, tratamento seriados e próteses/órteses, de acordo com os percentuais estabelecidos na tabela geral de cobertura do Plano Eletros-Saúde. Parte significativa dos valores é descontada em folha de pagamento dos beneficiários o que reduz significativamente o risco de não realização.

6.3. PROVISÃO PARA PERDAS SOBRE CRÉDITOS

Foi constituída com base em pelo menos, uma parcela vencida há mais de 60 (sessenta) dias, a totalidade do crédito.

7. CRÉDITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Taxa de Administração	64	47
Ressarcimento de Convênio de Reciprocidade	549	352
TOTAL	613	399

7.1. OPERADORAS DE PLANOS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS

Refere-se ao Convênio de Reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico, com o objetivo de atender a seus usuários dando assistência médico-hospitalar. Os valores são faturados através de boletos enviados às empresas conveniadas, acrescidos da taxa de administração, que realizam o pagamento até a data de vencimento informada. A Fundação não possui histórico de perdas nessa operação.

8. BENS E TÍTULOS A RECEBER

O saldo desta rubrica refere-se basicamente ao valor do fundo rotativo da ELETROBRAS e CEPEL e do valor do ressarcimento de despesas administrativas dos convênios firmados com a ELETROBRAS e CEPEL:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Ressarcimento de despesas administrativas	591	271
Fundo Rotativo ELETROBRAS e CEPEL (a)	973	179
Outros valores a receber	149	102
TOTAL	1.713	552

(a) O Fundo Rotativo da ELETROBRAS e do CEPEL referem-se aos montantes a serem ressarcidos pela ELETROBRAS e pelo CEPEL em função da liquidação das despesas médico-hospitalares dos participantes dos seus planos de saúde.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Registra os valores correspondentes aos depósitos judiciais com contingências tributárias, trabalhistas e cíveis. Demonstramos a seguir a sua composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Tributários	2.279	1870
PIS	319	261
COFINS	1.960	1.609
Trabalhistas	362	30
Cíveis	-	49
TOTAL	2.641	1.949

10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES À SAÚDE

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisão de eventos a liquidar (a)	1.258	3.263
SUS	28	176
Médico Hospitalares	1.155	3.022
Odontológicas	75	65
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (b)	2.558	1.898
TOTAL	3.816	5.161

(a) Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos.

(b) Provisão para fazer frente aos pagamentos dos eventos que já tenham ocorrido e que não tenham sido avisados, constituída com base em cálculo definido pela Resolução Normativa ANS nº 209/09, a qual está registrada integralmente de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 25/09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

As provisões técnicas exigem a constituição de garantias financeiras, Ativos garantidores, a serem mantidas de acordo com as regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANS nº 159/07. A entidade possui lastro suficiente para garantir todas as provisões técnicas constituídas em 31 de dezembro de 2014 em decorrência das provisões realizadas para atendimento ao CPC nº 25.

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

Refere-se a mensalidades dos assistidos descontadas antecipadamente, na folha de pagamento dos planos previdenciários, antes do início do período de cobertura do risco, no montante de R\$ 2.549 mil (R\$ 1.906 mil 2013).

No mês da cobertura do risco efetua a baixa do montante e apropria a receita no resultado do período, atentando para o princípio da competência.

12. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE NÃO RELACIONADOS COM PLANOS DE SAÚDE DA OPERADORA

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Débitos a Prestadores de Assistência à Saúde (a)	54	244
Outros Débitos não Relacionados com Planos de Saúde	234	602
Fundo rotativo Eletrobras (b)	-	549
Valores a serem repassados a ELETROS (c)	232	53
Outros valores a pagar	2	-
TOTAL	288	846

(a) Refere-se a prestação de serviços médico-hospitalar/odontológico utilizados pelos usuários relacionados ao convênio de reciprocidade firmado entre o Plano Eletros-Saúde com outras fundações e empresas do setor elétrico.

(b) O Fundo Rotativo ELETROBRAS representa os recursos disponibilizados pela ELETROBRAS para fazer face aos pagamentos de despesas médico-hospitalares dos participantes do plano de saúde da ELETROBRAS.

(c) Refere-se aos valores das despesas administrativas a serem ressarcidas à ELETROS.

13. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os tributos e contribuições a recolher apresentava a seguinte composição:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
INSS	34	23
Imposto de renda retido na fonte	17	18
Imposto Sobre Serviços (ISS)	51	30
Outros	11	14
TOTAL	113	85

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A PAGAR

Refere-se a valores a pagar para a Fundação FABES, oriundos do saldo remanescente no Fundo Transitório, transferido em sua totalidade à Fabes, conforme decisão tomada na 164ª Reunião do Conselho Deliberativo da ELETROS, em 18 de dezembro de 2009, e o disposto no Termo de Acordo para Transferência de Créditos em favor da Fundação FABES (IPA-019-09), datado de 30 de dezembro de 2009.

A amortização do empréstimo com a FABES iniciou-se em janeiro de 2010, em continuação ao plano de amortização estabelecido anteriormente, com as seguintes condições:

Prazo de amortização: 15 anos

Reajuste: INPC

Taxa de juros: 0,5% a.m.

Periodicidade do reajuste: anual

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 está composto da seguinte forma:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Circulante	403	357
Não Circulante	3.434	3.612
TOTAL	3.837	3.969

15. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A ELETROS constitui provisão para contingências com base na opinião de seus advogados. Com isso, a entidade provisiona a totalidade dos processos classificados com risco de perda provável, a qual considera suficiente para cobrir eventuais perdas processuais. Os saldos provisionados estão demonstrados a seguir:

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Tributárias	2.287	1.870
PIS	320	261
COFINS	1.967	1.609
Trabalhistas	362	29
Cíveis	572	639
TOTAL	3.221	2.538

A ELETROS possui depósitos judiciais, quando requeridos, registrados em seu ativo referentes aos processos em andamento (Nota Explicativa nº 9).

16. ATIVOS GARANTIDORES

A Resolução Normativa nº 159/2007, alterada pela RN nº 209/2009 e RN nº 274/2011, da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações descreve a diversificação dos Ativos das Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde para aceitação como Ativos Garantidores das Provisões Técnicas. Demonstramos as Provisões Técnicas constituídas e as Garantias Financeiras, os Ativos Garantidores em Aplicações Financeiras Vinculadas e de Lastro.

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA	2.558	1.898
Provisão de Eventos a Liquidar para o SUS	28	176
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados há mais de 60 dias	648	1.084
Provisões Técnicas a serem Vinculadas	3.234	3.158
Aplicação Financeira Vinculada	4.622	4.184
(A) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados	1.388	1.026
Provisão de Eventos a Liquidar - Avisados Até 60 dias	582	2.003
Ressarcimento ao SUS	-	-
Provisões Técnicas a serem Lastreadas	582	2.003
Aplicação Financeira não Vinculada	1.665	7.652
Disponibilidades Bancárias	336	243
(B) Suficiência de Lastros	1.419	5.892
(C) = (A+B) Suficiência de Ativos Garantidores Vinculados e de Lastros	2.807	6.918

A RN 274/2011 estabelece que as operadoras de plano de assistência à saúde com até 100.000 (cem mil) beneficiários pode optar a vinculação de ativos garantidores para a parcela da Provisão de Eventos/Sinistros a

Liquidar referente aos eventos/sinistros que tenham sido avisados nos últimos 60 (sessenta) dias.

17. PATRIMÔNIO SOCIAL

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Patrimônio Social	1.885	1.849
Patrimônio Social	1.295	1.295
Patrimônio Mínimo Ajustado	590	554
Reservas	2.968	2.388
Fundo de Reserva	2.968	2.388
Fundo Garantidor	1.549	1.411
Fundo Parceria Banco Santander	1.419	977
(Deficit) <i>Superavit</i> Acumulados	(6.454)	(1.810)
TOTAL	(1.601)	2.427

17.1. PATRIMÔNIO MÍNIMO AJUSTADO (PMA)

O PMA representa o valor mínimo do Patrimônio Líquido da operadora de saúde, ajustado para efeitos econômicos, calculado a partir da multiplicação do fator "K", emitido pela ANS pelo capital base do qual é ajustado, anualmente, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Patrimônio Social Contábil	(1.601)	2.427
(+) Obrigações legais (*)	32	39
(-) Despesas antecipadas	-	-
(-) Intangível	-	-
Patrimônio Social Ajustado	(1.569)	2.466
Capital Mínimo Exigido	590	554
Insuficiência / Suficiência do PMA	(2.159)	1.912

(*)De acordo com a Instrução Normativa ANS 50/2012, o montante de obrigações legais refere-se ao saldo contábil de provisões judiciais fiscais e tributárias, excluído da parcela do depósito judicial, em 31 de dezembro de 2012.

17.2. PATRIMÔNIO SOCIAL AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido ajustado por efeitos econômicos,

para cobrir o maior montante entre os seguintes valores:

I - 0,20 (zero vírgula vinte) vezes a soma dos últimos 12 (doze) meses: de 100% (cem por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço preestabelecido, e de 50% (cinquenta por cento) das contraprestações líquidas na modalidade de preço pós-estabelecido; ou

II - 0,33 (zero vírgula trinta e três) vezes a média anual dos últimos trinta e seis meses da soma de:

100% (cem por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço preestabelecido e de 50% (cinquenta por cento) dos eventos indenizáveis líquidos na modalidade de preço pós-estabelecido.

A Operadora deve observar integral e mensalmente as regras da Margem de Solvência podendo, durante o prazo máximo de dez anos, contados a partir de janeiro/2014, na proporção cumulativa mínima de 1/120, a cada mês, do valor calculado. A seguir está demonstrada a posição de 31 de dezembro de 2014:

Descrição	Exercício findo em
	31.12.14
Patrimônio Social Contábil	(1.601)
(+) Obrigações legais (*)	32
(-) Despesas antecipadas	-
(-) Intangível	-
Patrimônio Social Ajustado	(1.569)
Margem de Solvência	
(A) - 0,20 vezes CPL - últimos 12 meses	791
(B) - 0,33 vezes EIL - últimos 36 meses	960
Maior entre (A) e (B)	960
Insuficiência	(2.529)

CPL - Contraprestações Líquidas

EIL - Eventos Indenizáveis Líquidos

Para recuperação do Patrimônio Social e do equilíbrio financeiro do Plano Eletros-Saúde, foi deliberada em 01 de dezembro de 2014, na 263ª Reunião do Conselho Deliberativo, o reajuste de 39,70% para o Plano Eletros-Saúde Assistidos, 20,80% para o Plano Eletros-Saúde Fundação e 16,40% para o Plano Eletros-Saúde Vinculados.

17.3.RESERVAS

► Fundo Garantidor do Eletros-Saúde

Foi constituído no exercício de 2006 e 2007 e tinha por finalidade a redução de déficit futuros.

A contribuição para o fundo garantidor foi calculada com base no percentual de 5% sobre as contribuições vertidas para o plano. A partir de julho de 2006, parte desses recursos foi utilizada para redução de mensalidades do Plano Eletros-Saúde na categoria de assistidos e pensionistas, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2011. Além disso, é rentabilizado mensalmente.

► Fundo Parceria Banco Santander

Constituído em outubro de 2011, com a transferência do saldo do extinto Fundo Assistencial, tendo como fonte de recursos a remuneração recebida mensalmente do Banco Santander, de acordo com contrato de parceria de serviços.

Os recursos oriundos do convênio com o Banco Santander, tem como contrapartida a centralização, naquele banco, dos pagamentos de benefícios dos assistidos e de salários dos empregados da ELETROS.

Conforme deliberação do Conselho Deliberativo da ELETROS, em sua 263ª reunião em 01 de dezembro de 2014, foi determinado que parte das mensalidades do plano Eletros-Saúde da categoria de assistidos e pensionistas fosse custeada pelo Fundo Parceria Banco Santander, a partir de dezembro de 2013. O valor unitário mensal de cobertura foi estipulado em R\$ 107,71 em 2014 (R\$ 107,71 em 2013), e vigorará até o próximo reajuste anual de mensalidade do Plano Eletros-Saúde.

18. DISTRIBUIÇÃO DOS SALDOS DE EVENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR.

Em consonância com o subitem 6.2.1., Capítulo I, Normas Básicas, da Resolução Normativa nº 344, de 20 de dezembro de 2013. Contemplamos, a seguir, os quadros da distribuição dos saldos de eventos médicos hospitalares, assistência médico hospitalar e outros.

MÉDICO HOSPITALARES

Em 31.12.14

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	1	20	-	22	4	-	47
Reembolso	-	-	-	6	-	-	6
TOTAL	1	20	-	28	4	-	53

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	49	461	122	840	24	378	1.874
Reembolso	30	2	6	164	-	42	244
TOTAL	79	463	128	1.004	24	420	2.118

Em 31.12.14

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	754	3.069	1.737	13.419	554	3.509	23.042
Reembolso	603	27	200	838	15	772	2.455
TOTAL	1.357	3.096	1.937	14.257	569	4.281	25.497

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	588	1.862	1.402	7.782	257	2.787	14.679
Reembolso	503	26	153	531	17	638	1.867
TOTAL	1.091	1.888	1.555	8.313	274	3.425	16.547

Em 31.12.14

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	1.098	3.285	1.398	11.109	582	3.151	20.623
Reembolso	706	41	1.307	603	21	1.298	3.976
TOTAL	1.804	3.326	2.705	11.712	603	4.449	24.599

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Exames	Terapias	Internações	Outros Atendimentos	Demais Despesas	Total
Rede Própria	-	-	-	-	-	-	-
Rede Contratada	832	1.856	1.066	7.371	291	2.036	13.453
Reembolso	215	10	409	228	7	426	1.295
TOTAL	1.047	1.866	1.475	7.599	298	2.462	14.747

18.2. PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICOS**Em 31.12.14**

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	-	-
Reembolso	-	-
TOTAL	-	-

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	84	84
Reembolso	5	5
TOTAL	89	89

Em 31.12.14

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	645	645
Reembolso	70	70
TOTAL	715	715

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	453	453
Reembolso	67	67
TOTAL	520	520

Em 31.12.14

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	2.012	2.012
Reembolso	535	535
TOTAL	2.547	2.547

Em 31.12.13

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido
- Carteira de Planos Coletivos Empresariais antes da Lei 9.656/1998

	Consulta Médica	Total
Rede Própria	-	-
Rede Contratada	1.377	1.377
Reembolso	177	177
TOTAL	1.554	1.554

19. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Pessoal	4.938	4.177
Serviços de terceiros (a)	813	702
Localização e funcionamento (b)	583	528
Tributos (c)	442	580
Despesas administrativas indiretas (d)	922	966
Outras	173	156
TOTAL	7.871	7.109

(a) Serviços advocatícios e de consultoria, entre outros;

(b) Utilização e manutenção das instalações da entidade, como luz, água, serviços de manutenção, etc.;

(c) Impostos e contribuições (IPTU, PIS, COFINS e taxa de saúde suplementar); e

(d) Este valor refere-se à parcela atribuída ao Plano Eletros-Saúde de acordo como o critério de rateio das despesas administrativas comuns da ELETROS.

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Outras	2.141	2.141
TOTAL	2.141	2.141

21. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	Exercício findo em	
	31.12.14	31.12.13
Receitas Financeiras		
Aplicações financeiras (a)	945	874
Outras	237	161
Total	1.182	1.035
Despesas Financeiras		
Empréstimos e financiamentos (b)	459	446
Outras	-	10
	459	456
Resultado Líquido Financeiro	723	579

(a) Refere-se ao rendimento das aplicações financeiras em fundos de investimentos de Renda Fixa.

(b) Refere-se aos encargos financeiros sobre valores a pagar para a Fundação Fabes.

22. EXPOSIÇÃO E GESTÃO DE RISCOS

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionados na Nota nº 3.2:

- ▶ Risco de crédito;
- ▶ Risco de liquidez; e
- ▶ Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

ESTRUTURA DO GERENCIAMENTO DE RISCO

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria, que realiza a identificação e análise dos riscos enfrentados, define limites e controles de riscos apropriados e monitora riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação. O Comitê reporta ao Conselho Deliberativo os riscos identificados e controles para mitigar tais riscos.

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um projeto ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Fundação. Os critérios para a escolha dos emissores de ativos, além de passarem por uma avaliação interna, tem seus ratings de crédito avaliados por agências nacionais como a Fitch Ratings Brasil e em indicadores de liquidez, solvência e outros.

RISCO DE LIQUIDEZ

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação.

RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactariam os ganhos e perdas da Fundação. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno. A Fundação dilui os riscos de mercado através de investimentos em seu fundo exclusivo, reduzindo significativamente os riscos, em função da autogestão desse fundo.

MENSURAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros passivos da Fundação estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos dos instrumentos financeiros da Fundação são equivalentes aos seus valores contábeis.

DIRETORIA EXECUTIVA



Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho
Presidente



Marcio Peres Silvado
Diretor de Benefícios Previdenciários



Luiz Guilherme de França Nobre Pinto Filho
Diretor Financeiro



CONTADOR RESPONSÁVEL
Cleber Leal
Contador CRC/RJ – 62.288/O-3

[CAPÍTULO 9] ADMINISTRAÇÃO



Nesta parte do relatório, apresentamos os quadros com a composição dos Órgãos Estatutários da ELETROS, compostos pela Diretoria Executiva (DEE), Conselho Deliberativo (CDE) e Conselho Fiscal (CFE), responsáveis pela administração e fiscalização da entidade.

Composição da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal em 31.12.2014.

DIRETORIA EXECUTIVA - DEE

MEMBROS	CARGO	PERÍODO DE GESTÃO
Afrânio Barreira de Alencar Matos Filho	Presidente	23.09.2013 / 22.09.2016
Marcio Peres Silvado	Diretor de Benefícios Previdenciários	23.09.2013 / 22.09.2016
Luiz Guilherme de França Nobre Pinto	Diretor Financeiro	06.01.2014/ 05.01.2017

CONSELHO DELIBERATIVO - CDE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO DO EFETIVO	PERÍODO DE GESTÃO DO SUPLENTE	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Rodrigo Madeira Henrique de Araujo - Presidente	João Vicente Amato Torres	23.09.2013 / 30.06.2015	01.03.2014 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Cleber José de Souza Villa Verde	Quirino Ponton Swensson	01.07.2011 / 30.06.2015	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Assistidos
Sergio Bondarovsky	Paulo Renato Portugal Gomes	19.11.2012 / 18.11.2016	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleitos Ativos/Assistidos
Rosane Barboza da Silva	-	05.09.2014 / 18.11.2016	-	Indicação CEPEL
Pedro Paulo da Cunha	Pericles Caria Coutinho	01.07.2011 / 30.06.2015	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
Alice Valderez de Andrade Salomão	José dos Santos Maia	11.04.2014 / 18.11.2016	08.11.2013 / 18.11.2016	Indicação ONS

CONSELHO FISCAL - CFE

MEMBROS	SUPLENTES	PERÍODO DE GESTÃO DO EFETIVO	PERÍODO DE GESTÃO DO SUPLENTE	FORMA DE PARTICIPAÇÃO
Orsino Borges de Oliveira Filho - Presidente desde 26.01.2012	Alessandra Lemos de Souza	01.07.2011 / 30.06.2015	01.07.2011 / 30.06.2015	Eleitos Ativos
Paulo Sergio Petis Fernandes	Marcelo Marrocos de Araújo	01.07.2011 / 30.06.2015	01.07.2011 / 30.06.2015	Indicação Eletrobras
Paulo Roberto dos Santos Silveira	Eleilson Santos Costa	19.11.2012 / 18.11.2016	19.11.2012 / 18.11.2016	Eleitos Assistidos
Marcio Kennedy de Almeida	Fernanda Baptista de Oliveira	19.11.2012 / 18.11.2016	19.11.2012 / 18.11.2016	Indicação ONS

De acordo com o princípio da paridade preconizada pela legislação e disposição estatutária, os Conselheiros Fiscais eleitos escolhem, dentre eles, o Presidente do Conselho Fiscal.

Juntamente com a composição do CDE, CFE e DEE, ilustramos abaixo as principais realizações do ano de 2014, de acordo com a esfera de competência de cada órgão estatutário.

CONSELHO DELIBERATIVO

Composto por 6 (seis) membros e respectivos suplentes, é o órgão de orientação superior da Entidade. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução ou reeleição. Os artigos 32 e 33 do Estatuto da ELETROS dispõem sobre as competências do CDE.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES:

- ▶ Aprovação das demonstrações contábeis consolidadas individuais por Plano de Benefícios, do exercício de 2013 e do Plano de assistência à saúde (Eletros-Saúde) amparadas em pareceres da auditoria independente e do Conselho Fiscal, e das demonstrações atuariais dos Planos de Benefícios do exercício de 2013/ Planos de Custeio para 2014, amparados nos respectivos pareceres atuariais;
- ▶ Acompanhamento do assunto Dívidas das Patrocinadoras;
- ▶ Acompanhamento e recomendações sobre o projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde do CNPJ da ELETROS;
- ▶ Aprovação da Política de Gestão de Pessoal;
- ▶ Aprovação da revisão do Planejamento Estratégico da ELETROS (2014 a 2016) com base na Gestão Integrada de Riscos;
- ▶ Aprovação da revisão do Planejamento Estratégico do Plano Eletros-Saúde (2014 a 2016) com base na Gestão Integrada de Riscos;
- ▶ Aprovação do Programa de Estímulo à Redução de Despesas Administrativas;
- ▶ Aprovação de compra de títulos de longo prazo NTN-B com vencimento em 2050 para os Planos CD-Eletróbras, CD-ONS, CD-CERON e CV-EPE, conforme proposto em estudos técnicos e recomendação do Comitê Executivo de Investimentos – CEI;
- ▶ Aprovação da Política de *Compliance* com os ajustes necessários na Política Geral;
- ▶ Aprovação da Política de Empréstimos;
- ▶ Aprovação da Norma de Empréstimos para o Plano CV EPE;
- ▶ Acompanhamento das providências relativas ao processo de alienação do Edifício Mario Bhering, face à desocupação do imóvel;
- ▶ Nomeação de alguns membros do CDE;
- ▶ Ciência dos Relatórios de Manifestação semestrais emitidos pelo Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;

- ▶ Aprovação de venda parcial de NTN-B 2050 para todos os Planos CD (CD-Eletróbrás, CD-ONS e CD-CERON) e para o Plano CV- EPE, conforme proposto, face às novas condições de mercado;
- ▶ Aprovação do Plano de Equacionamento do Déficit do Plano BD do exercício de 2013, conforme preconizado pela legislação;
- ▶ Aprovação da troca de Títulos indexados a Índices de Preços – Notas do Tesouro Nacional Série C- NTN-C por NTN-B para o Plano BD – Eletróbrás, quando atingida a taxa de retorno mínima de INPC + 6,30%, conforme proposta técnica recomendada pelo Comitê Executivo de Investimentos - CEI, face às novas condições de mercado;
- ▶ Aprovação do orçamento da ELETROS para 2015, com redução de gastos administrativos, incluindo a aprovação pelo Conselho dos indicadores de desempenho de gestão;
- ▶ Acompanhamento mensal dos indicadores de desempenho de gestão;
- ▶ Aprovação do orçamento do Plano Eletros-Saúde para 2015, com redução de gastos administrativos;
- ▶ Aprovação da taxa (limite) para cobertura das despesas administrativas, de acordo com o art. 6º da Resolução CGPC 29/2009;
- ▶ Aprovação da política de investimento para 2015 de cada plano de benefícios previdenciários e do plano de gestão administrativa;
- ▶ Aprovação da premissa de taxa real de juros do Plano de Benefícios BD - Eletróbrás / Cepel / ELETROS, consubstanciado no relatório da empresa de Consultoria Atuarial Externa responsável pela avaliação atuarial do Plano BD, a vigorar a partir de 31/12/2014;
- ▶ Aprovação da premissa de taxa real de juros dos planos de contribuição definida e variável administrados pela ELETROS, consubstanciado no relatório elaborado pela Gestão Atuarial - GAT responsável pela avaliação atuarial dos Planos CD e CV, a vigorar a partir de 31/12/2014;
- ▶ Aprovação das taxas de juros dos empréstimos financeiros e fundos prestamistas para 2015;
- ▶ Ciência do Encerramento da Fiscalização da

Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC e acompanhamento das recomendações;

CONSELHO FISCAL

Composto por 4 (quatro) membros e respectivos suplentes, é o órgão de apoio ao controle interno e de fiscalização das atividades econômico-financeiras da ELETROS. O período de mandato dos membros do CFE é de 4 (quatro) anos, vedada a recondução. O artigo 46 do Estatuto da ELETROS dispõe sobre as competências do CFE, reproduzido a seguir:

As conclusões, recomendações, análises e manifestações do Conselho Fiscal devem ser levadas, em tempo hábil, ao conhecimento do Conselho Deliberativo, a quem cabe decidir sobre as providências que eventualmente devam ser adotadas.

Destacamos as seguintes ações do CFE podem ser destacadas no exercício de 2014:

- ▶ Apreciou os balancetes mensais;
- ▶ Apreciou o acompanhamento orçamentário mensal e as justificativas trimestrais;
- ▶ Acompanhou os resultados trimestrais dos Planos;
- ▶ Emitiu parecer sobre as Demonstrações Contábeis auditadas e Atuariais do exercício de 2013, Planos de Custeio de 2014, tomando por base os pareceres atuariais;
- ▶ Emitiu os Relatórios de Manifestação semestrais do Conselho Fiscal, conforme Resolução CGPC 13/2004;
- ▶ Monitorou o assunto equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletróbrás;
- ▶ Recomendou aperfeiçoamentos nos documentos sob sua análise;
- ▶ Acompanhou os trabalhos e monitorou as recomendações sobre Controles Internos;
- ▶ Acompanhou a posição dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- ▶ Aprimoramento contínuo da atuação do CFE, tendo por referência os Guias e orientações da Superintendência

Nacional de Previdência Complementar;

- ▶ Acompanhou o reporte das ações para Implantação da Solução Integrada de Sistemas – Projeto SOMAR;
- ▶ Acompanhou o reporte do assunto referente ao processo de venda do Ed. Mario Bhering;
- ▶ Acompanhou o reporte do assunto referente ao projeto de segregação do CNPJ do Plano Eletros-Saúde;
- ▶ Acompanhou o reporte sobre as providências adotadas pela DEE para a melhoria do resultado do Plano de Gestão Administrativa;
- ▶ Ciência do Encerramento da Fiscalização da Superintendência Nacional da Previdência Complementar – PREVIC e acompanhamento das recomendações.

DIRETORIA EXECUTIVA

Composta por 3 (três) membros, que possuem mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução ou reeleição. Além de submeter ao CDE as propostas de matérias para deliberações, e dar o suporte técnico necessário ao CFE, cabe ressaltar que em 2014 a DEE supervisionou as ações do planejamento estratégico, projetos e metas, exercendo suas atividades de acordo com as diretrizes traçadas pelo CDE. As principais competências da DEE encontram-se estabelecidas no art. 37 do Estatuto.

Dentre as realizações de 2014, destacamos:

- ▶ A continuidade das negociações referente ao equacionamento do déficit técnico do Plano BD Eletrobrás;
- ▶ Aperfeiçoamento dos processos de cobrança em andamento com as patrocinadoras Eletrobras e Cepel;
- ▶ Aprovação de tabelas de temporalidade das áreas;
- ▶ Aperfeiçoamento do Critério de Rateio das Despesas Administrativas;
- ▶ Condução do processo de negociação para venda do Ed. Mario Bhering, face à desocupação do imóvel;
- ▶ Atuação nos trabalhos do Comitê Executivo de Riscos de apoio ao Comitê de Gestão de Riscos e Auditoria - CGRA;

- ▶ Apoio ao CDE no andamento das Propostas das Políticas Institucionais da ELETROS;
- ▶ Aperfeiçoamento do processo administrativo para a contratação de serviços;
- ▶ Implementação e estímulo às ações de redução de despesas administrativas: criação de grupo de trabalho para otimização das despesas administrativas; revisão e renegociação de contratos, dentre outras ações;
- ▶ Acompanhamento e supervisão dos trabalhos do Projeto SOMAR, dentre eles a criação de um grupo de trabalho com a participação de representantes de todas as diretorias, visando otimizar o processo de seleção referente à solução integrada de sistemas;
- ▶ Aprovação da constituição e Regimentos Internos dos Comitês Executivo e Estratégico de Tecnologia da Informação – TI, consolidando a Governança de TI;
- ▶ Supervisão e participação nas ações do projeto de segregação do Plano Eletros-Saúde do CNPJ da ELETROS;
- ▶ Implementação de aperfeiçoamentos no atendimento aos participantes e assistidos, dentre eles, melhoria do atendimento telefônico; segregação entre o atendimento do plano de saúde e o atendimento previdenciário;
- ▶ Aprovação do aperfeiçoamento das normas, procedimentos e controles da ELETROS;
- ▶ Supervisão do atendimento aos Escritórios e Fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, bem como o acompanhamento das recomendações;
- ▶ Supervisão do atendimento às Auditorias de Patrocinadoras.

[CAPÍTULO 10] CONTATOS



CENTRAL DE RELACIONAMENTO COM PARTICIPANTE ELETROS

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 2

Email: atendimento@eletros.com.br

Horário de atendimento presencial: de segunda a sexta, das 9h às 16h30

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, das 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 – 6º andar – Centro – Rio de Janeiro

CENTRAL DE RELACIONAMENTO ELETROS-SAÚDE

Telefone: (21) 2138-6000 – opção 1

Email: atendimento@eletrossaude.com.br

Horário de atendimento presencial: de segunda a sexta, das 9h às 16h30

Horário de atendimento telefônico: de segunda a sexta, das 8h às 17h

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro

FABES

Rua Uruguaiana, 174 – 5º andar – Centro – Rio de Janeiro
– CEP: 20050-092

Telefone: (21) 2179-4949

PLANTÃO ASSISTENCIAL DA FABES

Celulares: (21) 99464-7255
(21) 99931-3668 – linha adicional

Horário de atendimento: de segunda a sexta, das 17h às 8h e das 12h às 13h30

Sábados, domingos e feriados: 24h

EXPEDIENTE

O Relatório Anual de Informações é uma publicação da Fundação Eletrobrás de Seguridade Social - ELETROS exclusiva para seus participantes e assistidos.

Editoria: Coordenação de Comunicação e Marketing

Projeto gráfico e editorial: Infobase Interativa - www.iinterativa.com.br

www.eletros.com.br

 @fundacaoeletros

 /fundacaoeletros